



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 120

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 12 de setembro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e José Gabriel Eduardo (substituídos no decorrer da Sessão respetivamente pelo Deputado Carlos Freitas e pela Deputada Isabel Teixeira).*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 2 minutos.

Feita a chamada dos/as Deputados/as, a Sessão teve início com a [Interpeleção ao Governo Regional sobre transportes aéreos](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que constituiu o ponto nº1 da agenda.

Deste modo, e após a intervenção inicial a cargo do Deputado Vasco Cordeiro, seguiram-se no uso da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as:

António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Seguiu-se o ponto 2 da agenda relativo à [Anteproposta de Lei n.º 16/XII – “Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da](#)

Regularização dos «Chãos de Melhoras» apresentada pela Representação Parlamentar do IL.

Sobre esta iniciativa intervieram, primeiramente, o Deputado Nuno Barata (IL), na qualidade de proponente, ao qual seguiram-se os Srs./Sras. Deputados/as João Vasco Costa (PS), Alexandra Manes (BE), Sabrina Furtado (PSD), José Pacheco (CH), Paulo Estêvão (PPM), Pedro Pinto (CDS-PP), Vasco Cordeiro (PS), Pedro Neves (PAN), e ainda o Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel).

A Anteposta em referência foi aprovada por maioria.

Seguiu-se a apreciação e votação do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 60/XII – “Comparticipação de despesas na aquisição de produtos ou serviços médico-veterinários”, uma iniciativa do PAN.

A apresentação da mesma coube ao Sr. Deputado Pedro Neves (PAN), tendo-lhe seguido os/as Srs./Sras. Deputados/as Alexandra Manes (BE), Alberto Ponte (PSD), José Pacheco (CH), Gustavo Alves (PPM), Patrícia Miranda (PS), Pedro Pinto (CDS-PP), Nuno Barata (IL), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos proceder à chamada.

Sr. Secretário, faça o favor.

10 horas e 2 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Srs./Sras.
Deputados/as:*

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Cardoso.

Berto José Branco Messias.

Carlos Emanuel Rego da Silva.

Célia Otelinda Borges Pereira.

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.

Maria Isabel Góis Teixeira.

Joana Pombo Sousa Tavares.

João Vasco Pereira da Costa.

José Manuel Gregório de Ávila.

José António Vieira da Silva Contente.

José Gabriel Freitas Eduardo.

José Carlos Gomes San Bento de Sousa

Manuel José da Silva Ramos.

Mário José Dinis Tomé.

Marta Ávila Matos.

Patrícia Maria Melo Miranda.

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca.

Rui Filipe Vieira Anjos.

Sandra Micaela Costa Dias Faria.

Tiago Alexandre dos Santos Lopes.

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco.

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho.

Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes.

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte.

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental.

António Vasco Vieira de Neto Viveiros.

Carlos Eduardo da Cunha Freitas.

Délia Maria Melo.

Elisa Lima Sousa.

Flávio da Silva Soares.

Jaime Luis Melo Vieira.

João Bruto da Costa.

José Joaquim Ferreira Machado.

Luis Carlos Correia Garcia.

Marco José Freitas da Costa.

Maria Guilhermina Moniz Ourique da Silva.

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio.

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira.

Paulo Duarte Gomes.

Ricardo Beato Gomes Vieira.

Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Maria Salomé Dias de Matos.

Vitória Alexandra Correia Pereira.

Partido Popular (CDS-PP)

Rui Miguel Oliveira Martins.

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima.**

Alexandra Patrícia Soares **Manes.**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão.**

Gustavo Valadão **Alves.**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco.**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Barata Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves.**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado.**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos com o ponto um da nossa agenda, uma interpelação ao Governo Regional sobre transportes aéreos, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Regem esta matéria os Artigos 183º e 184º do nosso Regimento e os tempos definidos pela Conferência de Líderes já estão espelhados nos nossos painéis de controlo de tempo, mas recordo que são os seguintes:

o Partido Socialista e o Governo têm 28 minutos cada; o PSD tem 24 minutos; o CDS-PP tem 14 minutos; o BE e o PPM dispõem de 12 minutos cada; as Representações Parlamentares do CHEGA, do IL e do PAN dispõem de 10 minutos cada; o Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista resolveu chamar o Governo Regional a debate sobre o tema do transporte aéreo. Interessa, nesta intervenção inicial, explicar porquê e para quê uma das razões diretas para esta iniciativa do Partido Socialista, prende-se com a situação relativa à operação da companhia aérea Ryanair, nos Açores.

Pelo menos desde maio deste ano, que tem sido pública a existência da intenção da Ryanair de alterar profundamente a sua operação para os Açores.

Ao longo deste tempo, acompanhámos, em silêncio, as notícias sobre a evolução, ou sobre a suposta evolução das negociações, conforme elas foram sendo dadas pelo Governo Regional. No final do mês de agosto também foram dadas notas públicas da conclusão dessas negociações.

Aquilo que esperávamos, sinceramente, é que a transparência e a informação aos açorianos imperassem, mas cedo percebemos que essa era uma esperança vã.

As informações escasseavam, parecem ter sido retiradas a ferros e quando são dadas, até parecem um favor, uma graça, uma benesse que o Governo, que em tempos se quis arrogar da transparência, concede aos açorianos.

O Governo Regional atuou e atua, neste assunto, totalmente alheado do impacto que esta matéria tem na economia da Região e na economia de empresas e famílias açorianas.

Atua totalmente alheado da importância que uma informação clara, precisa, atempada e concreta tem para o planeamento por parte das empresas privadas, sobretudo as ligadas à área do turismo, o planeamento que essas empresas devem fazer.

Também neste assunto, uma inusitada e estranha arrogância e sobrançeria tomaram conta do Governo.

A 28 de agosto, pela boca do Sr. Presidente do Governo, remete-se à posição de *mestre-escola severo* e diz que “o Governo fez o que tinha a fazer e não vai reagir” àquilo que chamou de *comentaristas de circunstância*. Estava a referir-se à minha pessoa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E referiu-se bem!

O Orador: Mas não disse o que é que tinha feito.

A 31 de agosto carrega na nota e diz que nada mais a dizer e que os Açores têm que se habituar à economia não governamentalizada.

O tempo destas declarações e o contexto faz a piada por si. Só faltou dizer, para além daquilo que tinha sido acordado, algo que eu acredito que pensou e que o tom de enfado deixa transparecer: Cito o pensamento: “mas que chatice agora quererem saber o que o Governo negociou com a Ryanair” - fim de citação. E é dentro desse contexto que se há atos que valem mil palavras, acentua assenta e confirma a atitude displicente e de enfado com que foi tratado um assunto de importância fundamental.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Há, pois, três razões para este debate:

Primeira - há uma alteração das condições de acessibilidades aéreas à Região - isso parece-me óbvio e parece-me claro.

Em segundo lugar, esta alteração das condições de acessibilidades aéreas à nossa Região tem um impacto de dezenas de milhares de lugares disponíveis de e para a Região que interessa, efetivamente, perceber o contexto, as circunstâncias e os impactos que o Governo ajuíza que isso tem.

Em terceiro lugar, não menos importante, porque há um acordo envolvendo contrapartidas da Região, que o Governo quis manter secreto e fora do conhecimento dos açorianos.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Oh essa é boa!

O Orador: Mas se é certo que estas são as razões para ter sido suscitado este debate, interessa também ser claro nesta intervenção inicial em relação àquilo que nós esperamos que saia deste debate. Nós não pretendemos, de forma nenhuma, fazer a exumação deste processo. Nós não pretendemos, de maneira nenhuma, desenterrar aquilo que foi.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah não quer, não!

O Orador: O que foi, foi. Mas há empresários e há uma economia lá fora que precisam de saber algo que o Governo ainda não disse. Em primeiro lugar, o impacto económico que o Governo ajuíza que esta alteração de circunstâncias tem.

Qual é o impacto económico que o Governo considera que esta alteração de circunstâncias tem?

Em segundo lugar, quais as medidas que o Governo já tomou, ou pensar tomar, para obviar a esse impacto económico e para fomentar as condições que anulem e que ajudem, no fundo, a lidar com esse impacto económico?

Em terceiro lugar, a situação da alteração do contexto e dos termos de acessibilidades futuras aéreas à Região. Julgo que é importante que seja feita uma reflexão, que se conheça, no fundo, o pensamento do Governo Regional em relação a esta matéria.

Nós temos a privatização da TAP que está a decorrer. Nós temos a privatização da SATA que está a decorrer numa percentagem que, por opção política do Governo, vai de 51 a 85%.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E a da TAP é quanto?

O Orador: Nós temos a saída da Ryanair.

Nesse ponto de vista, e nesse contexto previsível de alterações, qual é a reflexão que o Governo Regional faz em relação a esta matéria? E em quarto lugar, e não menos importante, aquilo que são os postos de trabalho direta ou indiretamente ligados a esta operação da Ryanair, sobretudo em Ponta Delgada e na Terceira, quais os postos de trabalho que dentro daquilo que o Governo Regional acordou, é considerado como estando garantidos? Estes são aspetos que interessa esclarecer, não na perspetiva do debate político estéril, interessa esclarecer, na nossa opinião, porque é necessário que as empresas, a economia e os parceiros sociais ligados a essa área saibam com aquilo que podem contar.

Esse aspeto é fundamental, tendo em conta também o peso que o setor do turismo tem na nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Diz o nosso Regimento que, querendo, o Governo Regional pode usar da palavra neste momento.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, tem a palavra.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Primeira coisa, este processo foi totalmente transparente. Este processo esteve em conversações com quem tinha que estar durante o tempo que teve que estar até se ultimar o processo.

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Findo o processo, é absolutamente transparente, é do conhecimento, há um comunicado público, há uma entrevista minha, é exatamente isso que se passou com a Ryanair, *ipsis verbis*.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Está na praça pública para todos os açorianos conhecerem.

Portanto, rejeito completamente as suas afirmações de falta de transparência, de falta de informação atempada e de arrogância do Governo, porque tiveram a informação toda no momento em que ela existia **toda**, porque ela só existe **toda** quando terminam as conversações.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Não há informação a meio dum processo que envolve várias partes.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Envolveu a Ryanair, envolveu o Governo, a Visit Azores, a ANA e a VINCI e o Turismo de Portugal. Aliás, nada disto é novo para si, Sr. Deputado, nada disto é novo para si, porque se quisermos *exumar e desenterrar* coisas, não faltarão nos seus governos. Portanto, nada disto é novo para si.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esta situação passou-se consigo em relação à Easyjet. O que é que fez?

Era o mercado a funcionar - foi isso que disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Em 2017 quando a Easyjet deixou a Região levando consigo a Portway que era o *handling*, deixando muitos funcionários também no desemprego, numa altura em que não é como agora, em que o desemprego era efetivamente um processo complicado de se arranjar novos empregos, agora não felizmente - agora há falta de mão de obra, como toda a gente sabe - deixou para trás gente desempregada. Foi-se embora a Easyjet e o que é que o Governo fez na altura para segurar a Easyjet...?

Era o mercado a funcionar. Há declarações suas no telejornal que posso recordar-lhe: “é o mercado a funcionar”.

Considerava a saída da Easyjet “com normalidade, é o normal”, é o quadro do espaço aéreo da liberalização, do mercado, o mercado a funcionar”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Era muito caro!

Deputado Tiago Branco (PS): Mas a senhora está a citar ou está a citar *mais ou menos*?!

A Oradora: Houve outra situação com a Delta.

O que é que fez para segurar a Delta? Nada, Sr. Deputado!

Tentaram, estiveram em Nova Iorque... quer *desenterrar* isso também?!

Foram a Nova Iorque e não conseguiram que a Delta viesse e que ficasse?!

Olhe, pois, já agora aproveito para dizer que a United vai continuar a voar para os Açores no próximo verão, por muito que isso vos custe!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: É que efetivamente, a dada altura, eu pensei (e ainda estou em dúvida) se a vontade do PS era mesmo que a Ryanair se fosse embora e que tudo isto não desse certo, mas deu certo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: A posição de princípio da Ryanair era deixar os Açores. E nós fizemos tudo para que isso não acontecesse.

Portanto, ter atingido o objetivo da Ryanair se manter nos Açores e fazer os voos, obviamente mais reduzidos no inverno, e eles falam e alegam o fraco desempenho da Ryanair. E se nós compararmos - e com certeza que todos compraram, - de facto, houve uma grande afluência de voos da TAP e da SATA, mas principalmente da TAP, que concorreram, em preço, relativamente à Ryanair. Isto são análises de mercado, não estou a fazer aqui de advogado da Ryanair. Mas nós temos que analisar o mercado e, de facto, chegou a voar por 49 euros para Lisboa (levando o trolley gratuitamente incluído) e a Ryanair por 47 euros, pagando trolley. Portanto, perdeu mercado também por sua livre iniciativa na forma de estar no mercado, mas que perdeu, efetivamente.

Deputado Carlos Silva (PS): Ah a culpa então é da TAP?

A Oradora: Isto significa que fizemos tudo. Conseguimos o objetivo de manter. Temos uma operação de verão robusta, temos uma operação de inverno

mais adequada àquilo que a Ryanair considera que é o seu espaço no mercado no inverno, e é uma empresa privada, nós não podemos alterar as suas estratégias, os seus padrões de rentabilidade, aquilo que é a sua visão do mercado e da rentabilidade que pretende obter em cada mercado e prefere fazer voos noutros lados.

Alegou taxas altas, fomos sempre resolvendo; alegou as taxas de segurança, também o Governo da República ajudou e pagou e resolveu rapidamente a publicação das taxas.

Deputado António Lima (BE): E pagou sim senhora.

A Oradora: A ANA (VINCI) também fez o que podia em termos de taxas aeroportuárias. O Turismo de Portugal esteve sempre connosco, fomos ultrapassando passo a passo, no entanto há uma situação que não se consegue ultrapassar que são os *slots* de Lisboa, mas isso é outra história que a gente vai ter que falar, porque daqui para frente nós vamos ter esse problema gravíssimo, aliás, a SATA referiu isso quando queria aumentar o número de lugares de verão para fazer o escoamento de passageiros e não conseguiu, teve que ir buscar um Acmi 777 e um Acmi 767 para, com os mesmos *slots*, levar aviões maiores e transportar mais passageiros.

Este é todo um processo que está intrincado, mas nós não podemos de forma alguma, como açorianos, esquecer esta questão do aeroporto de Lisboa. Já tinha chamado a atenção para isso e volto a chamar aqui.

Portanto, Sr. Deputado, para dizer que tudo isto se passou, tudo isto chegou a bom porto, temos uma operação que é aquela que a Ryanair considera adequada e são eles, como empresa privada – como o senhor dizia, e bem - que tem de definir aquilo que considera a operação adequada para eles. E tudo isto chegou ao final no dia em que fizemos o comunicado, pois nessa altura, estávamos em condições de dar toda a informação. Ou seja, a partir do momento em que o

processo está em condições de ser público, foi público. É isso que lhe quero dizer.

Em relação às questões que coloca, Sr. Deputado, também já pus aqui algumas.

O senhor preocupou-se com isso quando saiu a Easyjet?!

Sabe me dizer quais foram os postos de trabalho que se perderam?! Sabe dizer na altura como é que resolveu?!

Deputados Carlos Silva e Tiago Branco (PS): A senhora é que tem que esclarecer, em vez de fazer perguntas.

A Oradora: Olhe, ficou a Ryanair, ficou a TAP e ficou a SATA puseram mais voos, felizmente continuámos a crescer, temos crescimentos extraordinários do ponto de vista de dormidas e de hóspedes. Ainda neste semestre, mais quase 20% (18.8%) de crescimento de hóspedes. E isso significa precisamente que o mercado funciona, porque quando alguém sai do mercado, alguém ocupa esse espaço. Está provado, desde 2017...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que quando alguém sai do mercado, se o mercado é possível, se o mercado cresce, se o mercado é rentável, alguém aparece.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então para que é que o Governo está a pagar 3 milhões à Ryanair?!

A Oradora: E é essa a situação que se vai colocar. E, portanto, Sr. Deputado, nós cá estamos. O turismo continua a crescer, as alternativas são a TAP, a SATA e outros que já manifestaram interesse em saber o que é que se vai passar - agora já é público, também já sabem o que é que se vai passar. Portanto, a partir daí nós estamos, sobretudo, satisfeitos por termos conseguido, não o resultado que queríamos, mas o melhor resultado possível para manter cá uma companhia de referência que tem a maior rede de distribuição do mundo, a maior rede de promoção do mundo, cujo site tem mais de um bilião de visitas e

25 milhões de subscritores por email. E nós continuamos nessa rede e o nome dos Açores continua em todo o mundo a ser promovido.

Esse é o principal objetivo.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E em relação ao futuro?!

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado.

Muito bom dia a todos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar-vos no início desta IV Sessão Legislativa da XII Legislatura, a última, e que certamente será fundamental para os açorianos em termos do seu futuro e do nosso futuro coletivo. Começo dizendo que devo confessar que depois da explicação dada pela Sra. Secretária especificamente em relação a esta questão da permanência da Ryanair em voar para os Açores, bem como da manutenção do próximo Verão IATA com o mesmo número de disponibilidade para voar para os Açores, é com um enorme estupefação - eu nem sei bem definir o sentimento que tenho, se chega a ser vergonha alheia - talvez não seja...

Deputado Manuel Ramos (PS): É mais vergonha própria!

O Orador: ... por ver o Deputado Vasco Cordeiro do alto daquela tribuna, com um ar de líder do futuro dos Açores e de quem sabe o que é melhor para o transporte aéreo e eu já não vou falar da questão da exigência de transparência, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. O senhor até há bem poucos anos, era quem não respondia a requerimentos, quem não prestava esclarecimentos, quem nunca disse o que nós ainda hoje gostaríamos de saber o que aconteceu na questão da saída da Easyjet ou até na saída da Delta, não sabemos. Em relação a transparência, eu nem vou por aí, porque não é esse o foco deste debate. Mas em relação a transportes aéreos, o Dr. Vasco Cordeiro – imaginem! - o Deputado Vasco Cordeiro que esteve aqui nestas bancadas 24 anos, 20 dos quais na bancada do Governo, talvez o maior responsável nesta Região pela relação dos Açores com o exterior, pela mobilidade aérea e pela dimensão que, de facto, os Açores podem e deviam ter em termos da sua notoriedade, vir agora falar de planeamento, de acessibilidades, de milhares de passageiros e do impacto económico... eu quero lembrar os açorianos do pensamento político do Deputado Vasco Cordeiro e do Partido Socialista, no que diz respeito à mobilidade aérea e a transportes aéreos.

Estes senhores que estão ali sentados, foram os mesmos que durante anos impediram a liberalização do espaço aéreo e a abertura dos Açores.

Deputado José Ávila (PS): Isso é mentira!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Falso!

O Orador: Fomos nós - não foram os senhores - e o CDS, foram Passos Coelho e Paulo Portas que abriram os Açores ao mundo e permitiram a expansão e a notoriedade do destino Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Fomos nós, não foi o senhor!

O que o senhor queria, o que estes senhores e o Partido Socialista queriam, era que não existisse abertura do espaço aéreo açoriano. A última carta que o senhor enviou ao Governo da República sobre mobilidade aérea, enquanto Membro do Governo dos Açores, era para manter tudo na mesma, não era para a abertura do espaço aéreo a mais ninguém. E nessa obsessão de manter tudo na mesma, pelo caminho, faliu a SATA, porque obrigou a SATA a supostamente ir buscar turistas dos que iam ao supermercado, comiam nos quartos de hotéis, estendiam a roupa na varanda, porque era essa a sua visão do turismo. Essa é que era a vossa visão do turismo, era obrigar a SATA a ter rotas altamente deficitárias, para trazer algumas pessoas para os Açores que nunca cá viriam nem sequer em *low cost*.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor abusou da praia este verão, abusou do sol?! Isso faz mal!

O Orador: O senhor era contra as *low cost*! Isso está provado!

Foram estes senhores que impediram anos e anos os Açores de realmente se darem a conhecer ao mundo e de hoje o turismo ter a expansão que tem.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Vai reescrever a História agora!

O Orador: Não vou reescrever a história, porque enquanto Sócrates, César e Vasco Cordeiro tiveram as rédeas do destino da mobilidade aérea nos Açores, continuámos sem liberalização do espaço aéreo.

Deputado Berto Messias (PS): Bateram todos os recordes de turismo.

O Orador: E foi Passos Coelho e Paulo Portas que no Governo da República o obrigou a si e ao Governo dos Açores a abrir o espaço aéreo às *low cost* e às companhias aéreas que nos deram notoriedade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não há-de acreditar em tudo o que as empresas de comunicação lhe dizem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, eu fico mesmo espantado!

E confesso que quase não acredito na sua postura, porque a sua visão do turismo e da promoção dos Açores era 32 táxis em Londres por 55 mil euros num universo de 23 mil táxis. O senhor achava que ter um autocolante a cada 780 táxis que passavam era *promoção turística*.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu nem sequer sei do que é que está falando.

Olhe para a frente, deixe-se de olhar para trás!

O Orador: Isso não trouxe ninguém aos Açores, Sr. Deputado Vasco Cordeiro! Aquilo que a Sra. Secretária Berta Cabral lhe deu como exemplo do que é a promoção dos Açores, é aquilo que estamos a fazer agora. 32 táxis em 23 mil... tinham que passar 780 táxis para nós vermos um autocolante dos Açores em Londres. Isso não é promoção turística. Promoção turística não é ter vacas na Praça de Espanha, Sr. Deputado Vasco Cordeiro que foi o que o senhor fez e era essa a sua visão. E depois de Passos Coelho e Paulo Portas não só abrirem o espaço aéreo, como criaram o subsídio social de mobilidade, nós pagávamos 300 euros - é bom que os açorianos relembrem a história - para viajar para o continente. E passámos a pagar 134 euros, graças aos governos do PSD e também do CDS na República, que o obrigaram a abrir o espaço aéreo açoriano e a criar a tarifa social de mobilidade.

Fomos nós, não foram os senhores!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está errado, é mentira!

Não é por repetir uma mentira várias vezes que ela passa a ser verdade!

O Orador: Não foi o senhor que vai ali àquela tribuna e que se faça mais, o senhor foi contra tudo isso!

Está aqui a carta, Sr. Deputado...

Sr. Presidente, já que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está manifestamente incomodado em dizer que é mentira, e ouve-se certamente nos apartes, depois forneceremos a carta para ser distribuída...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor está-se a repetir-se!

O Orador: ... porque é do conhecimento público, acho que até já foi distribuída - deve estar no seu arquivo algumas cinco ou seis vezes, mas o senhor não liga a isso - mas para também todos termos noção do que realmente estamos a discutir, quando se fala de transportes aéreos e de mobilidade aérea dos açorianos.

Nós pagávamos os tais 320 euros, passámos a pagar os 134 euros e depois começámos nos Açores a exigir com normalidade, e esse pensamento já vinha de há muito tempo, a achar que não fazia sentido um passageiro da Graciosa ir para São Miguel quase pelo mesmo preço que ia para Lisboa; ou um passageiro de Santa Maria ou Pico pagar eventualmente até mais do que ir para Lisboa. Exigimos e propusemos. E os senhores do Governo não quiseram que houvesse uma tarifa Açores que desse mobilidade aérea interna aos açorianos e que revolucionasse o conhecimento que os açorianos têm das ilhas!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: *Era impossível, era ilegal, diziam.*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O senhor ainda continua amiúde a dizer que é ilegal, que acha que não devia ser. O senhor achava que era impossível. Dizia que nós não tínhamos propostas credíveis.

Nós revolucionámos, enquanto Governo da República, a mobilidade aérea dos açorianos com o continente. E o turismo nos Açores que hoje nunca seria o que

é, se não fosse a abertura do espaço aéreo e revolucionámos também, enquanto Governo desta Região nesta Coligação...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh senhor que disparate é esse?!

O Orador: ... com esta maioria parlamentar e com esta composição parlamentar, a sua visão retrógrada da mobilidade aérea dos açorianos!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah, a minha visão é retrógrada?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, perante o seu histórico...

Deputado José Ávila (PS): E o seu histórico?!

O Orador: ... perante aquilo que o senhor atrasou o desenvolvimento dos Açores em termos de transportes aéreos e de mobilidade aérea, eu comecei por dizer e por achar que se calhar era vergonha alheia, mas na verdade ... eu tenho é pena de si!

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não está neste mundo!

O senhor está alheado da realidade!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

O acordo que o Governo anunciou com a Ryanair é uma vergonha, é uma humilhação para os Açores.

É a humilhação dos Açores perante um grande interesse, o interesse duma multinacional que teve 633 milhões de euros de lucro só no ano passado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais um que não quer a Ryanair.

O Orador: O povo dos Açores vai pagar, pelas suas mãos e pelas mãos do Presidente do Governo, 2 milhões de euros para encerrar uma base, para fazer despedimentos, para reduzir drasticamente o número de voos duma empresa que – repito - teve 633 milhões de euros de lucro no ano passado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deviam ter ouvido o Sr. Secretário das Finanças, há negócios que não se fazem!

O Orador: Vamos pagar para despedir, pagar para reduzir, pagar para encerrar. É esta a política e o acordo que a senhora tem para apresentar aos Açores e aos açorianos e açorianas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Como é que fazia o Bloco de Esquerda? Diga lá!

O Orador: É um acordo – repito – vergonhoso e obsceno!

O Governo que diz querer acabar com a subsidiodependência, vai subsidiar os super-ricos, porque a esses subsídios chamam-lhes de *incentivos*. Mas se for para os mais pobres são subsídios e esses “têm que acabar”. E isso tudo no mercado que os senhores acabaram de dizer pela voz do Sr. Deputado Bruto da Costa que é o mercado liberalizado, é um mercado livre a funcionar. E o que é que nós fazemos?

Subsidiámos quem quer operar nesse mercado livre.

Bem a noção do mercado livre... o Sr. Deputado Nuno Barata dirá o mesmo, mas a vossa noção de mercado livre nem na China existe.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É na Venezuela.

O Orador: Essa noção do mercado livre não existe, é uma efabulação que os senhores criaram em que subsidiam empresas privadas no mercado livre.

É um mercado liberalizado no papel. E o grande problema é que é o povo dos Açores quem paga para outros ganharem muito dinheiro à custa dos nossos impostos.

Se esse subsídio fosse entregue, como acordado e anunciado pelo Governo, à Ryanair através dum concurso público, com um vencedor que já está decidido à partida - já sabemos quem é - a Ryanair que vai receber 2 milhões de euros, em qualquer Estado de Direito, estaríamos a falar de corrupção clara. Há um concurso com um vencedor pré-determinado, sabemos que isso seria uma entrega de dinheiro ilegalmente, corrupção clara em qualquer Estado de Direito.

Deputado Nuno Barata (IL): O Senhor está enganado!

O Orador: Com este subsídio entregue à Ryanair por *portas e travessas* – com a Visit Azores e outros intermediários pelo meio e pequenos ajustes diretos – é, então, tudo *promoção do destino* e é tudo legal... *como a imperial*.

Estamos num Estado que não se dá ao respeito e um Governo que efetivamente não se dá ao respeito.

O Governo subsidia a Ryanair para continuar a voar para os Açores, contornando as regras da contratação pública, contornando as regras da legalidade. Mas, na verdade, na essência, é tudo a mesma coisa.

Em qualquer Estado de Direito – repito - isso não poderia ser feito, não pode ser feito, porque é ilegal. Nos Açores, governados pelo PSD, CDS e PPM é tudo normal.

O Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, diz que isto é o *mercado a funcionar* e que por isso, *que chatice... nada se pode fazer, é a vida, nada se pode fazer*.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Bom é fechar os Açores!

O Orador: Ao mesmo tempo, passa um cheque de 2 milhões de euros por ano à Ryanair. *É a vida, nada se pode fazer*, exceto pagar, exceto passar um cheque a quem definitivamente não precisa dele. E ao mesmo tempo, neste contexto de redução de voos significativa da Ryanair, o Governo de José Manuel Bolieiro privatiza a SATA, entregando ao tal mercado que diz que sobre ele *nada pode fazer*. Ao mesmo tempo, o Governo de António Costa privatiza a TAP, entregando ao mercado que José Manuel Bolieiro diz *que chatice, nada pode fazer*.

Os Açores ficarão, então, entregues ao mercado e às chantagens da Ryanair e de outros, num contexto muito pior, sujeito a chantagens muitíssimo piores em que o único meio que poderíamos ter para contrapor essas chantagens e defender os Açores, está nas mãos do mercado que Bolieiro diz *nada pode fazer*.

Sra. Secretária, como é que o Governo explica que vai pagar 2 milhões de euros para alguém despedir, reduzir voos e fechar uma base?! Como é que explica isso?!

Como é que explica que sejam os açorianos e açorianas a pagar à Ryanair para despedir, para encerrar, para deixar os Açores pior servidos do que estavam?!

Que acordo é esse que o Governo ainda diz que foi... *um bom acordo!* Como é que explica e como é que garante que no dia seguinte à privatização de 85% da SATA Internacional, e no dia seguinte à privatização da TAP, teremos ligações ao exterior em todas as gateways atuais? Como é que garante isso hoje?!

Como é que garante isso aos açorianos e à nossa economia?!

Deputado João Vasco Costa (PS): Como é que garante isso?

Deputado Vasco Cordeiro (PS):Essa é que é essa!

O Orador: Como é que garante que teremos transporte de doentes e de macas?!

Deputado João Vasco Costa (PS): De barbatanas e óculo!

O Orador: Como é que garante que teremos transporte de carga aérea como temos hoje?!

Serão as *low cost* a transportar carga aérea?! - tanto quanto sei não transportam. Como é que garante que a nossa economia e a nossa mobilidade não estará nas mãos desses interesses que não são os interesses dos Açores?!

Esta é também é uma questão da autonomia, porque numa região insular e arquipelágica, ter uma garantia de que nós temos acesso ao exterior em condições mínimas e decentes, é um fator da autonomia regional. Não é apenas uma questão de mobilidade, é uma questão de proteção da nossa economia e da autonomia. E este é efetivamente um debate sobre o futuro, porque é isso mais interessa e é preciso debater o futuro. E há aqui nesta Casa alguém ou um partido que não aceita este futuro que entrega nas mãos do mercado, a Sata Internacional, a TAP e quer subsidiar a Ryanair. E esse partido é o Bloco de Esquerda e é este debate que é preciso fazer, ou seja, como é que enfrentamos o futuro no contexto atual? A Sata Internacional que o Governo atual da direita quer privatizar, é um instrumento fundamental para a defesa dos Açores e da nossa autonomia.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já?! Ainda é muito cedo!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Veio o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fazer um discurso previsível, sem nenhuma novidade, sem nada anunciar para o futuro, sem projeto, renegando o seu passado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Esse discurso também já era previsível!

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, fez um discurso que eu que sou em determinados contextos alguém que até aprecia as suas capacidades de oratória...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que não Doutor, olhe que não!

O Orador: ... obviamente, fiquei profundamente desiludido.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah ainda vai ficar com uma depressão!

O Orador: Já sabíamos que não tinha projeto para o futuro. Ficámos a saber que também não quer ter memória em relação ao passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas eu vou fazer algo importante que é relembrar V. Exa. daquilo que disse, porque V. Exa. tem que ser um pouco como que *abanado* para acordar em relação a declarações que proferiu anteriormente.

Dizia V. Exa. o seguinte, quando outra empresa abandonou a Região em 2017: “O mercado estava completamente aberto. Conforme já foi salientado, e isso tendo em conta também as razões que foram invocadas pela empresa, deve naturalmente também ser tida em conta na análise que se faz desta situação. Ou seja, nós não estamos aqui numa situação dum compromisso que foi quebrado. É uma situação em que há liberalização do espaço aéreo e se calhar, isso também devia ser relembrado. Este tipo de consequências também acontece e devia ser relembrado por aqueles que tanto defendem a liberalização do espaço aéreo”.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isso é o que o senhor dizia!

O Orador: Que o senhor era contra.

“É o mercado a funcionar. Felizmente que nós temos outras possibilidades de resposta e felizmente, o mercado está a dar sinais em termos de crescimento em número de passageiros”.

Veja V. Exa. o senhor dava esta resposta em 2017, ainda com números relativamente miseráveis. Veja bem quais são os números que nós podemos dar agora com recordes que temos obtido ao longo de todos estes anos! Números muitíssimo superiores!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas veja bem que isto foi em relação à Easyjet. Mas também tínhamos aqui uma resposta da Sra. Secretária da Energia, Ambiente e Turismo, quando saiu a DELTA em 2019. Não foi assim há tanto tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi assim há tanto tempo!

O Orador: “Tudo fizemos do ponto de vista comercial para que assim não fosse. Mas a companhia deu nota de que apesar de ter taxas de ocupação acima dos 80% dos seus voos, contava com um preço médio mais elevado. Portanto, optou por outras rotas onde considera conseguir maior rentabilidade.

Trata-se de uma opção estratégica duma companhia privada que está no direito de o fazer”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E agora?!

O Orador: Isto em relação à DELTA.

Deputado Tiago Branco (PS): A Delta... que só voava no verão.

O Orador: E, por isso, este era o vosso discurso. E por falar em arrogância e em relação às explicações que eram dadas e à densidade das mesmas, perguntava ao Bloco de Esquerda, em relação à Ryanair e sobre vários cenários de crescimento ou de saída da empresa, a resposta do Partido Socialista ao requerimento é esta:

“A questão colocada é especulativa”.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Grande resposta!

O Orador: Era este, digamos assim, o conteúdo, a densidade, a transparência, o exercício de informação que era feito pelo seu Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: *É especulativo!*

Por isso, Sr. Deputado, não foi assim há tanto tempo.

O que é que lhe aconteceu, Sr. Deputado?

O que lhe quero dizer é que se não tem projeto, se tem o passado que tem, as questões que aqui colocou são meramente... *especulativas*, Sr. Deputado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso quase teria piada se não fosse um assunto sério!

O Orador: E em relação ao Bloco de Esquerda, o seu discurso fez-me lembrar as carpideiras, porque levou o tempo todo a dizer mal da Ryanair e de tudo quanto é empresa privada e, agora, nestes últimos dias não pára de chorar por causa da Ryanair.

Deputado João Vasco Costa (PS): Dá-lhe vontade de rir?!

Os senhores não têm noção do mal que estão a fazer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Oh Sr. Deputado, esse é o número das carpideiras!

Quer dizer, os senhores disseram mal a vida toda da empresa, agora que a empresa vai reduzir a sua presença, não param de chorar na cerimónia que V. Exas. organizaram.

Deputada Alexandra Manes (BE): Menos!

Deputado João Vasco Costa (PS): Vocês nem tem noção do que é que estão fazendo!

O Orador: Aliás, não foram V. Exas. porque em relação a essa matéria, foi o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que organizou a cerimónia.

Por isso, no que me diz respeito, considero que esta é obviamente uma decisão que se insere dentro das regras do mercado, isso é difícil de explicar ao Bloco de Esquerda, porque não quer mercado nenhum e, portanto, é evidente que se insere dentro das regras do mercado. Devo dizer com inteira responsabilidade, que era melhor que não tivesse sucedido. É evidente que para a economia dos Açores e para os operadores, era bom que a empresa mantivesse a sua atividade, mas considero que, nesta matéria, o Governo fez o que está dentro das suas competências, aquilo que lhe era possível no atual contexto e a verdade é que em relação ao que a empresa pretendia fazer, o que é importante reter é que a operação se mantém, não saiu como a EasyJet ou a DELTA com a resultados catastróficos na vossa altura e que aqui, o Governo conseguiu mesmo neste contexto, conter os danos.

Evidentemente, depois é o mercado a funcionar como V. Exas. diziam.

Deputado António Lima (BE): Não é o mercado a funcionar!

O pior é que não é!

O Orador: Agora o que aconteceu da nossa parte é que em relação à gestão deste processo, foi possível, mesmo assim, manter uma operação que mantém

uma parte muito significativa do que era a da operação da Ryanair nos anos anteriores. E isso sim, é muito significativo e é muito importante.

Só mais um dado, para terminar, porque que já fiz uma intervenção muito longa (só agora reparei no tempo) e só para dizer o seguinte: Ao contrário de V. Exa. graças ao crescimento da economia dos Açores, graças à aposta de vários operadores, foi possível termos hoje muito mais empresas estrangeiras a efetuar voos para a Região Autónoma dos Açores. E isso também é importante. Por isso, é que quando uma delas diminui sua atividade, estamos agora muito menos expostos do que no seu tempo, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Tiago Branco (PS): Não diga mentiras!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para desejar a todos uma boa Sessão Legislativa e um bom período legislativo. De regresso depois da minha ausência, durante o período legislativo de julho, nada melhor do que uma discussão sobre o mercado para um liberal falar. Nada melhor do que uma discussão desta natureza, para um liberal esgrimir os seus argumentos.

Sra. Secretária Regional da Secretaria... *dos Estudos:*

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

A Senhora veio a esta Casa justificar, perante a intervenção e os desafios do Sr.

Deputado Vasco Cordeiro, uma intervenção no mercado, ao mesmo tempo que defendeu o mercado. Eu percebo a do mercado.

Eu assisti este inverno passado, por exemplo, a um avião da Ryanair estacionado permanentemente na placa sul do aeroporto de Ponta Delgada. E, portanto, percebo que a companhia tenha procurado um mercado para aquele avião que esteve parado quase um inverno inteiro na placa sul do aeroporto de Ponta Delgada. Aliás, demorou. A empresa é tão grande que alguém andou descuidado nos *excel* e não reparou que aquele avião estava parado ali, porque se tivessem reparado mais cedo, provavelmente a base de Ponta Delgada tinha fechado mais cedo.

A Senhora, tal como eu e como todos os Srs. Deputados, deve estar ao corrente das notícias de que o mercado emissor nacional está a baixar. Os portugueses não têm dinheiro para viajar. Os portugueses viajaram muito em 2021, em 2022, porque tinham aforrado durante a pandemia, e agora já está a faltar dinheiro para viajar.

O mercado essencial da Ryanair é o mercado de Lisboa e Porto para os Açores. É normal que mesmo mantendo algumas taxas de ocupação, a Ryanair tenha tido um preço médio de tarifa mais baixo. Aliás, é isso que todos nós procuramos na Ryanair, são as tarifas mais baixas, pois só compramos as mais altas quando não há alternativa.

Portanto, o Partido Social Democrata, até pela boca do seu líder parlamentar a respeito da tarifa Açores e da retroatividade, acaba por dizer que o mercado funciona, mas é preciso intervir no mercado.

Ora, nós não acreditamos nisso. Nós acreditamos que o mercado funciona, até porque nós acreditamos numa coisa, isto é, nós acreditamos no potencial dos Açores para atrair companhias aéreas e para atrair mercados. Nós não acreditamos na artificialidade dos mercados. Nós acreditamos nos Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Aí é que está!!

O Orador: Quem não acredita nos Açores é que se vê obrigado a pagar a pessoas para virem para aqui. Não, nós temos que manter a notoriedade do destino e fazê-lo de uma forma efetiva, porque nós temos que acreditar nas nossas ilhas. Nós não temos que pagar a ninguém para vir para aqui.

Deputado José Pacheco (CH): Agora é que disseste tudo!

O Orador: Temos que fazer com que nos principais mercados emissores nos conheçam de facto. Isto é que é importante. E neste aspeto, não vou gastar mais tempo, até porque posso precisar duma segunda intervenção. Aqui também sobre os contratos, não foi dita a verdade aos açorianos, nem no passado nem agora. Porque a Sra. Secretária Regional dos Estudos falhou em imensas entidades, falou num sem número de entrevistas e em contratos que foram feitos, mas ainda hoje ou ontem, ficámos a saber que, afinal, até foi a Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo que pagou o contrato da Ryanair. E no seguimento da intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado da bancada *venezuelana*, também é preciso dizer que esse tipo de subterfúgio não é absolutamente claro. Quando se paga a uma entidade para fazer um contrato com um terceiro, isto não é claro – desculpem, mas não é claro; nem sequer é moralmente aceite por quem acredita no mercado.

Portanto, eu não vou prolongar esta minha intervenção sobre este assunto do transporte aéreo, porque pode me faltar algum tempo para esclarecer melhor aquilo que está por esclarecer.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu devo confessar, enfim, não propriamente surpreendido, já nada me surpreende na bancada do Governo e na bancada dos partidos que o apoiam - o

PSD, o CDS e o PPM - mas há aqui algumas coisas que já estão a entrar no domínio duma realidade alternativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foram tantos anos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o senhor a dizer isso?!

O Orador: Quer dizer, o Sr. Deputado João Bruto da Costa levanta-se do seu lugar e diz: “porque os senhores não queriam o turismo, os senhores não queriam a acessibilidade aérea à Região, os senhores limitaram... deixaram números miseráveis turismo...”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não!

Não deixámos *números miseráveis*, porque nós intervimos!

O Orador: Ó Sr. Deputado João Bruto da Costa por onde é que andou?!

O senhor abusou do Sol este verão e isso fez-lhe mal!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe o nível!

Deputado José Ávila (PS): Ah agora já é preciso o *nível*?!

O Orador: Eu gostava só de dizer o seguinte: primeiro, a liberalização do espaço aéreo dos Açores foi negociada e acordada com o Governo do Partido Socialista, com muito orgulho e com resultados que estão à mostra para toda a gente e isso custa muito aos senhores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas a sensação que dá é que os senhores reuniram-se, conciliaram e disseram assim: “Bom, o Vasco Cordeiro vai atacar o acordo e, portanto, a malta vai andar aos círculos (como os filmes de cowboys de antigamente) dá uns gritos, atira umas lanças ao Vasco Cordeiro e é o acordo”.

Por acaso os senhores ouviram-me criticar o acordo?!

Os senhores ouviram-me dizer que o Governo devia ter impedido?!

A única coisa que eu perguntei foi os termos do acordo e, sobretudo, uma coisa

em relação à qual, me parece, o Governo está distraído. Nós temos a privatização da TAP, a privatização da SATA e agora a Ryanair, com esta postura. Acho que é preciso começar a pensar nas acessibilidades dos Açores para o continente. E os senhores dizem: “porque o Vasco Cordeiro em 2017, disse isto “.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor nunca quis, nem sequer pensou nisso!

O Orador: Ó Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu percebo, os senhores estão incomodados, estão nervosos, estão inquietos, mas que é isso senhores?!

Tenham calma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estou preocupado consigo!

O Orador: Isso faz-vos mal à saúde! Tenham calma!

Os senhores por acaso ouviram-me explorar as dissonâncias dentro do Governo a propósito desse assunto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais dissonâncias?!

O Orador: Eu estou calado. Mas acho que os açorianos têm direito a, pelo menos, perceber o pensamento do Governo em relação a isso.

Segundo aspeto: a Sra. Secretária Regional, na entrevista que dá ao jornal Diário dos Açores, fala em 155 mil euros – se não me falha a memória – anualmente, na operação para a Terceira e 600 e tal mil euros para São Miguel (na promoção da rota Stansfeld /Ponta Delgada).

Ao todo, quanto é que envolve esse acordo?

Porque no jornal a Senhora diz que 600 e tal é para 2024.

Essa promoção de Ponta Delgada tem também 2 anos de validade? Portanto, nós estamos a falar de 1 milhão e 200 e tal mil euros?

Nós estamos a falar, no total, de mais de 3 milhões de euros desse acordo?

É um crime perguntar isto?!

É algo que justifique toda essa irritabilidade?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor é que está irritado!

O Orador: E os senhores vêm com 2017?!

Ó senhores, em 2017 a Easyjet saiu e ficou a Ryanair. E ficou, porque o Governo do Partido Socialista tinha conseguido pôr duas companhias *low cost* a voar para cá – tão simples quanto isso.

Sra. Secretária, sobretudo, há uma coisa que me preocupa: é que na mesma entrevista – que é a única fonte de conhecimento que a gente tem em relação a este assunto - que deu ao Diário dos Açores (o que não diria o Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas isso é outra conversa!) foi perguntado, se há mais companhias aéreas interessadas em voar para os Açores? E a resposta da Sra. Secretária é qualquer coisa como isto: “é natural que existam outras companhias aéreas atentas ou que, proativamente, possam ter interesse em novas oportunidades nos Açores”.

O que é que isso quer dizer, Sra. Secretária?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É mais do que especulativo.

O Orador: O que é que isso quer dizer?

Pode haver outras companhias interessadas?

Sra. Secretária, o inverno de 2023/2024 foi-se.

O inverno de 2024/2025 já está a ser preparado. E a Senhora dá uma resposta destas?!

O que é que está a ser feito do ponto de vista concreto?

Quais são as companhias que estão a contatar?

É através da ATA? É através da Secretaria?

Eu acho que isto são coisas que, quem tem uma empresa, tem que saber, precisa de saber, para saber com o que é que pode contar. E a resposta que os senhores me dão é “porque o senhor em 2017 disse isso, e os senhores assim... e os senhores assado... e o senhor fez... e o senhor aconteceu”.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É falso!

O Orador: Oh senhores, pelo amor de Deus!

Eu bem percebo que o que vos convinha mais era que eu entrasse mudo e saísse calado desta Assembleia.

Tirem o *cavalinho da chuva*, isso não vai acontecer!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Bem-vindos, todas e todos os Deputados e Membros do Governo a esta Sessão Legislativa, a última da nossa Legislatura, espero que todos os trabalhos corram bem.

Começamos logo de imediato com esta Interpelação para animar as hostes. E começo, também, com uma provocação, mas é uma provocação sentida.

Se a nossa divisa do brasão fosse uma pessoa - *antes morrer livres que em paz sujeitos* - devia estar a chorar, neste momento, depois da negociação deste Governo com uma empresa já sobejamente conhecida como agressora, altiva e arrogante com os governos de vários países da Europa. E estes Açores foram subservientes a uma empresa privada e depois ainda tiveram a lata de dizer que *é o mercado a funcionar*. É o mercado a funcionar, mas com a *mãozinha nas costas* da Ryanair para avançar mais do que outra empresa privada. Isto não é *o mercado a funcionar*. Nem que seja dado 1 euro, estamos a abrir uma porta que nunca mais iremos conseguir fechar em termos de chantagem de empresas privadas para um governo que tem autonomia.

Deputado Gustavo Alves (PPM): A porta já estava aberta.

O Orador: Pior ainda: este Governo é responsável, e tem a responsabilidade, de ter a imagem de todos os Açores e dos açorianos, da forma como se comporta das nossas ilhas para o mundo. E demonstrou que basta alguém – e não é sequer querer chorar ou sequer negociar – duma forma altiva e arrogante dizer “ou fazem aquilo que eu quero ou então eu vou-me embora” para nós fazermos exatamente o que as empresas querem.

Isso é uma humilhação total para o Governo Regional...

Deputado Gustavo Alves (PPM): A malta dos hotéis e dos alojamentos locais não diz isso!

O Orador: ... que o PAN não aceita por parte de qualquer governo ou de qualquer empresa, tendo em conta que há casos em que temos que meter na balança tanto os nossos empresários e aquilo que podem perder, bem como também a imagem dos Açores.

Neste momento, não podemos fazer isso devido à subserviência do Governo Regional, perante uma empresa que tenta destruir governos. E basta lembrar aquilo que aconteceu no Governo da República que fez exatamente o mesmo, sendo que nos Açores nós não estivemos à altura, ou seja, em vez de atuarmos com a nossa hombridade e com a coragem pela qual devíamos ser reconhecidos, fomos totalmente subservientes a uma empresa que já devia ter ido embora, pela forma como trata os Açores e os açorianos.

Exatamente como disse o Deputado da IL, a nossa imagem é bem mais importante. E se pensarmos pequenino e não defendermos os Açores com a imagem que temos e com a importância que temos lá fora em termos de turismo, então estamos muito mal, isto não vai aguentar, este turismo vai rebentar muito rapidamente.

Obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ao contrário do que o senhor diz, é exatamente isso que está a ser feito!

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Nem um euro!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é um ziguezague ideológico!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Eu tenho aqui a carta que o Governo do Partido Socialista enviou ao Governo da República em 11 de maio de 2012 e que sugere como obrigações de serviço público:

Lisboa/Ponta Delgada;

Lisboa/Terceira;

Lisboa/Horta;

Funchal/Ponta Delgada;

Lisboa/Horta;

Funchal/Ponta Delgada;

Porto/Ponta Delgada;

Lisboa/Santa Maria;

Lisboa/Pico;

Porto/Terceira.

Não havia nenhuma rota para abrir o mercado a outras companhias. O senhor não queria abrir o mercado aéreo dos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

Isso é mentira!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): É verdade, Sr. Deputado, está escrito.

O Orador: O senhor pode querer levar o debate para o nível do sol que cada um de nós apanhou na cabeça, certamente apanho mais porque estou mais a descoberto, mas o debate deve ser levado para aquele que é seriamente aquilo que já são as conclusões que podemos tirar dum breve momento.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah sim, até porque o único *cérebro* aqui nesta sala é o senhor!

O Orador: O PAN, o Bloco e aparentemente a Iniciativa Liberal, apresentaram as suas visões sobre aquilo que deve ser o comportamento relativamente ao mercado aéreo e à promoção turística dos Açores e têm uma visão de que não se deve de maneira nenhuma fazer promoção dos Açores por estas vias.

Deputado Nuno Barata (IL): Não foi isso que eu disse!

O Orador: O Sr. Deputado depois pode corrigir.

Na perspetiva do Bloco de Esquerda, do PAN e (aparentemente) da Iniciativa Liberal, a Ryanair podia-se ir embora que não devíamos ter feito esforço nenhum para que ela permanecesse a voar para os Açores. Nós não consideramos isso, nós não achamos isso correto.

Nós achamos correto que perante uma companhia aérea como a Ryanair, não é nem estar de joelhos nem pedinchar, é negociar para manter aquela que é a maior companhia aérea e que maior promoção dá dos Açores, o que realmente dá notoriedade ao destino, mantendo-a num site como o da Ryanair e com a oferta de voos da Ryanair durante todo o ano.

Essa é a nossa visão.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro achava que pagar 1 milhão e 600 de prejuízo Porto/Munique, 1 milhão de prejuízo Lisboa/Fortaleza, 800 mil Funchal/Paris ou 600 mil Funchal/Oslo, era boa política de transportes aéreos.

Só neste prejuízo destas rotas a que o senhor levou a SATA, levou mais dinheiro aos açorianos que alguma vez nós vamos pagar à Ryanair para

continuar a fazer uma promoção excelente dos Açores em todos os mercados mundiais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Tiago Branco (PS): O Algarve é que está a dar!

O Orador: E não só.

O senhor demonstrou naquela entrevista que foi citado já várias vezes, a propósito da saída da Easyjet, que mesmo nessa altura em 2017, o senhor atirou-se ao PSD e ao CDS por termos levado o senhor a aceitar a liberalização destas rotas, dizendo que a culpa da Easyjet sair era daqueles que quiseram a liberalização, *agora não se queixem*. Foi isso que o senhor disse!

O senhor demonstrou aí que ainda era contra a liberalização do espaço aéreo!

O senhor demonstrou hoje que é contra no seu comportamento e na forma como lida com este assunto.

Sim, o seu comportamento na oposição tem sido de prejudicar constantemente aquele que tem sido o esforço do Governo em levar a bom porto esta negociação com a Ryanair! Tem sido isso que o senhor tem feito.

A Sra. Secretária até teve bastante bonomia...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ohhhhh!

O Orador: ... quando disse que a taxa que a taxa de segurança aeroportuária foi aprovada pelo Ministério das Infraestruturas, porque levou 3 meses a fazer esse despacho; um despacho que tinha a recomendação das próprias instituições reguladoras de Portugal; que não era apenas um capricho da Ryanair; levaram 3 meses a aprovar um despacho que favorecia efetivamente as negociações para a permanência da companhia nos Açores.

O senhor nunca quis. O senhor não quis a tarifa Açores e continua a não querer e continua a achar que a forma que nós encontrámos de mobilidade dos açorianos lhe causa dano político!

Isso é que é triste da sua parte!

É ver que não obstante o sol que cada um apanha durante o verão, o senhor vem a este Parlamento e torna-se um perfeito desconhecido perante aquele que foi 8 anos Presidente do Governo e 24 anos membro de um governo da Região Autónoma dos Açores, porque nega o seu passado, não quer relembrar aquelas que são as suas responsabilidades e vem aqui com propósitos e com intenções que, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não é para si, não é para o líder da oposição, não é para o maior partido que quer governar os Açores.

Aquilo que tem sido a sua atuação tem sido de prejuízo para os Açores e de procurar criar entraves ao sucesso deste Governo naquilo que está a fazer em termos do futuro dos Açores. E isso devia penalizá-lo e vai certamente penalizá-lo no futuro.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aproveito também a ocasião para no regresso - não às aulas - ao Parlamento, desejar felicidades e bom trabalho nesta reta final.

Eu quando li o título do que seria este debate - transportes aéreos - vindos do verão, vindos das férias daqueles que conseguiram ter, imaginei que íamos falar aqui das ligações aéreas entre ilhas, por exemplo do avião cargueiro, e duma série de coisas.

Na verdade – pasme-se! – viemos falar duma coisa que é o transporte aéreo dos Açores para o exterior, que depende (para quem está a ver isto em direto) única e exclusivamente da Ryanair. Foi esta a mensagem que passou, ou seja, uns tentam segurar a todo o custo a Ryanair e outros dizem que se calhar não é a todo o custo.

Foi dito aqui, e bem – é o que o CHEGA defende e tem dito – que muito mais do que nós andarmos aqui em chantagens das promoções malucas que nós – Governo Regional ou Açores – fazemos, abanando com dinheiro às companhias aéreas, é sim, promover o destino Açores como um destino de excelência, para o qual qualquer companhia aérea queira para cá vir.

Muito honestamente, eu não sei se funciona assim, ou se não funciona assim.

A verdade é que nos outros países funciona assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não senhor, nos outros países não funciona assim.

O Orador: Na nossa terra, só funciona tudo quando atiramos dinheiro para cima dum problema.

A verdade é que nós não acreditamos nos Açores! Nós não, porque eu acredito! E o Sr. Deputado da IL também o disse e o outro Sr. Deputado também o disse... a promoção dos Açores. E por falar em promoção dos Açores, eu lembro aqui um compromisso que o CHEGA fez com o Governo Regional no último orçamento, em que nós propúnhamos ter uma agenda digital e em papel, distribuída nos grandes centros de viagens de promoção turística. Mas sobre essa agenda... zero!

Chegámos ao fim do verão e não tínhamos nada. E vamos chegar ao próximo ano e não vamos ter nada.

Esta não é a lógica. A lógica é promover os Açores. E as companhias aéreas vêm para cá, porque isto é um destino apetecível. Podemos dar algumas benesses, sim, não sou contra, mas não podemos cair em chantagens como temos caído ao longo dos anos. E vindo do PS, esse tipo de discurso, muito mal vos fica, porque nunca acreditaram que este era um destino apetecível, era apenas um destino apetecível se houvesse subsidiação. Nós somos contra a subsidiação. Nós somos pela valorização do produto. E, neste caso, o produto chama-se Açores, é um produto apetecível. E sendo apetecível, temos é que nos focar na boa promoção do nosso destino, que não há-de ser só duma ilha nem de duas, há-de ser de nove ilhas, feita de forma equilibrada, por forma a que qualquer companhia aérea lhe apeteça fazer e até alguns circuitos inter-ilhas. Tudo o resto é estarmos aqui a dizer aos açorianos que se Ryanair se for embora, vocês ficam presos nos Açores. E isto não é visão que o CHEGA tem.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passada quase 1 hora do início deste debate, e apesar de terem sido colocadas muitas dúvidas ao Governo, persistem questões por esclarecer, Sra. Secretária que não foram respondidas.

Já aqui foi questionado pelo Partido Socialista quais são as entidades envolvidas no acordo feito com o Governo? - a Sra. Secretária não esclareceu.

Qual é o custo total dessa operação? - também não esclareceu.

Qual é o prazo do acordo? Se é, de facto, para 2 anos ou se é um prazo diferente?

Que contrapartidas é que foram colocadas pelo Governo Regional? Que avaliação fez o Governo, do impacto que esta redução de voos tem nos Açores, na economia regional e, sobretudo, no inverno, porque é aí que está o maior problema?

É que vir aqui anunciar o aumento de rotas para o para o verão, não vai resolver o problema do inverno, Sra. Secretária. E se nós queremos, de facto, apostar e combater os efeitos da sazonalidade, perante uma redução superior a 70% do número de lugares disponíveis para o inverno, o Governo não pode aqui vir responder com um anúncio duma companhia que vai passar a voar no verão. Essa não é a resposta que os empresários esperam, sobretudo, quando as maiores dificuldades que existem no turismo nos Açores, concentram-se no período de inverno, pois o período de Verão, felizmente, é extremamente apetecível e atrativo, sendo que há muitas companhias a operar no verão IATA. E, portanto, há dúvidas que não foram esclarecidas.

Há, também, uma questão muito relevante sobre qual é o impacto que o Governo estimou da redução do número de lugares que foi avançado? A Câmara de Comércio e Indústria de Angra fala em mais de 156 mil lugares que são reduzidos ou que são cortados. Qual é o impacto que isso tem para a economia regional, Sra. Secretária?

Presumo que o Governo quando entrou nas negociações com a Ryanair, tenha feito uma análise de impacto no mercado e, portanto, o que é que tem para nos dizer a esse respeito?

O que é que vai acontecer com os postos de trabalho da base de Ponta Delgada, quer pilotos quer tripulantes?

Eu percebo que são postos de trabalho duma empresa privada, mas o Governo quando entra para umas negociações tem isso em mente para também minimizar esse impacto e, por isso, o que que foi conversado com a companhia?

Ou agora os pilotos vão trabalhar na restauração? É isso que nos vai dizer? Falta mão de obra, então tudo serve.

Portanto, Sra. Secretária, há questões muito pertinentes, há dúvidas e, neste momento, existe muita incerteza, sobretudo em São Miguel, porque os empresários esperam realmente previsibilidade e isso não está a acontecer.

É bom relembrar, neste Parlamento, que no orçamento para 2023 houve também um corte significativo das verbas alocadas à promoção turística e nós agora começámos a ver consequências desta redução na promoção turística feita atempadamente, logo, há aqui várias nuvens que se colocam no nosso horizonte, ao mesmo tempo que temos a SATA a ser privatizada em quase 75/85% e a TAP também caminha para um processo de privatização.

Tudo isso resulta numa grande incerteza para os próximos tempos, sobretudo no inverno e, sobretudo, numa incerteza que coloca sobre os açorianos a hipótese de haver um grave retrocesso na nossa mobilidade. E aí obviamente um governo responsável tem que ter isso em consideração e terá que tomar medidas que possam compensar esse impacto brutal.

Por isso, ficamos a aguardar os seus esclarecimentos que, mais do que responder ao Partido Socialista, é importante que respondam aos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Tiago Branco (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Houve aqui várias intervenções, vou tentar ir a elas todas no sentido um pouco cirúrgico, porque o tempo também não me permite ir muito além.

Começo pelo Sr. Deputado António Lima, para dizer-lhe que não me surpreende, dada a sua ideologia, a forma como encara a questão da Ryanair e da promoção dos Açores e do turismo nos Açores, nesse aspeto é coerente. O que não é coerente é que dia sim, dia não, considere que está em causa a mobilidade dos açorianos e nos dias não, considere que a Ryanair não interessa os Açores. E, portanto, não pode a propósito do mesmo tema, ter duas posições diferentes. E, depois, alega os lucros da Ryanair, etc. etc. Eu digo-lhe que a dimensão da Ryanair é como os supermercados, impõem-se ao mercado; impõem-se ao mercado nos Açores; impõem-se ao mercado em todos os sítios, países e regiões para onde viajam. Impõem-se, porque eles têm conhecimento do seu próprio poderio, do ponto de vista promocional e do ponto de vista da conectividade. Têm consciência disso. É como um supermercado que entra de mansinho com o fornecedor e, dali a dias, o fornecedor está dependente dele. É assim que eles trabalham, não depende de nós. Eu até percebo que o senhor até gostasse que nós privatizássemos ou nacionalizássemos a Ryanair, mas essa não é a filosofia dos Açores, nem nós temos condições para o fazer. O que estamos neste momento a fazer, é tentar que a Ryanair, através da promoção turística – e volto a lembrar que só estar no site da companhia, significa ser visitado por mais de 1 bilião de pessoas e que o site da Ryanair tem 25 milhões de subscritores por email; só isso, já nos dá uma enorme visibilidade, notoriedade e uma promoção automática que não está na promoção do destino em concreto em si mesmo.

Portanto, este é o caminho que seguimos e as conversações ocorrem dentro duma lógica de empresas privadas em que se fosse possível segurá-los, certamente o PS, quando teve no Governo, também teria assegurado as companhias que se foram embora.

Não é possível segurá-las, porque são empresas privadas, têm a sua vontade própria e a sua lógica de funcionamento privado e de acordo com o mercado.

Sobre esta questão queria deixar claro que por muito que o Sr. Deputado abomine a situação de lucros excessivos da Ryanair, nós aí só temos que sujeitar-nos àquilo que eles entendem que o nosso mercado exige.

Deputado João Vasco Costa (PS): E os termos do acordo?

A Oradora: E aqui volto ao Sr. Deputado Nuno Barata para confirmar que é verdade, a Ryanair teve o avião parado, porque as rotas não eram suficientemente rentáveis. E quando se fala que fazia não sei quantos voos, de facto, não fazia, porque ninguém tem o controlo sobre os voos que eles fazem, nem ninguém os pode obrigar a fazer os voos que eles, em princípio, pensariam fazer ou tinham expectativa de fazer. Cancelaram e criaram dificuldades, é verdade, mas apesar de tudo, é uma companhia que nos permite conectividade, é uma companhia que traz turismo para os Açores, é uma companhia que os nossos empresários apreciam e que dentro desse contexto, temos a obrigação, como responsáveis, de fazer a promoção necessária e adequada para manter a companhia cá. Todos os destinos fazem promoção. Eles estão a desativar a Alemanha, neste momento...

Deputado Carlos Silva (PS): E a Madeira?

A Oradora: ... basta ler a entrevista que o CEO da Ryanair deu a um jornal alemão. Eles desativam dos destinos onde, eventualmente, não têm o nível de rentabilidade que esperam. É assim em todo o lado e nos Açores também é.

Isto é o mercado a funcionar, seja com a Easyjet seja com a Delta, ou agora com a Ryanair. Agora, nós temos que fazer ver a diferença. A diferença é que uns foram-se mesmo embora e os outros, apesar de tudo, estão cá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

A Oradora: Essa é que é a grande diferença, estão cá.

Em relação a outras questões, designadamente da conectividade, eu queria lembrar que se hoje a Azores Airlines está em privatização, é porque alguém enterrou a Azores Airlines.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Desde que a senhora está no Governo é só lucros!

A Oradora: Foi preciso fazer um processo de reestruturação, um acordo com a União Europeia que impõe e obriga a privatização da SATA. E quem desgraçou - como costuma dizer o Sr. Secretário Regional das Finanças - a Azores Airlines, está sentado nessa bancada!

É por essa razão que nós estamos a privatizar a Azores Airlines. Mas há mais, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são as medidas do Governo para mitigar isso?

A Oradora: Porque é que hoje estamos num processo de privatização da TAP? Porque a TAP já tinha sido privatizada, porque Governo da República do Partido Socialista, resolveu renacionalizar a TAP e hoje tem a TAP novamente a ser privatizada, num processo bastante complexo e que, não deixo de reconhecer, quer a TAP quer a SATA estão, neste momento, em dois processos de privatização. Mas se a SATA com todos os seus problemas, garantiu a conectividade da Região, certamente que nas mãos privadas, por maioria de

razão e com uma melhor racionalidade de gestão, continuará a servir os Açores e a garantir a nossa conectividade.

Deputado Tiago Branco (PS): *Conetividade é levar 15 dias para sair duma ilha?!*

A Oradora: Não deixa de ser a Azores Airlines. E a TAP, também se diga, apesar de estar num processo de privatização, já aumentou significativamente o número de voos para os Açores durante o inverno, a Sata Internacional já aumentou também muito significativamente os voos para o inverno e é assim que o mercado funciona.

Quando há pouco perguntava o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quem eram as outras companhias que nos tinham abordado, acha o Sr. Deputado que num meio dum processo de conversações que terminou agora, eu ia já dizer que já estamos aqui a falar com A, B ou C?!

Está dito na entrevista, é uma coisa pensada, proativamente falaram connosco. E nós durante as negociações e as conversações decidimos que isso não era tema para no meio de conversações estar a atender chamadas e perguntas de outros operadores.

Deputados Tiago Branco e Carlos Silva (PS): Ah não pode dizer?! Deve ser a *Euroatlântica Air Fly*.

A Oradora: É assim com ética e deontologia que se fazem conversações sérias. E, por isso, elas chegaram ao fim com os resultados que conhecemos, não sendo aquilo que nós desejaríamos é, apesar de tudo, um bom resultado.

Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em relação ao Sr. Deputado José Pacheco, também lhe queria dizer que a agenda cultural está praticamente pronta,

Está para ser agora carregada na plataforma, porque este é um processo digital e tem as suas complexidades e, portanto, penso que dentro de 30 dias poderemos ter a agenda cultural, pelo menos em termos digitais, já a funcionar.

Em relação a tudo isto, sendo que há aqui perguntas repetidas, eu queria apenas sublinhar que o acordo é efetivamente para 2 anos, por muito que custe aos senhores, porque nós não vamos ter a mesma incerteza deste ano no próximo ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o valor?

A Oradora: O acordo é para 2 anos e o valor que está para 2024, é o mesmo para 2025, com a diferença que as rotas internacionais vão duplicar. Stansted, e Nuremberga vão duplicar. E, portanto, em 2024 são 630 mil por ano e a partir de 2025, se se mantiver a duplicação – vamos ver como é que o mercado se comporta – obviamente que o valor duplica. Ou seja, nesse sentido, o acordo é absolutamente transparente.

Deputado António Lima (BE): Porque é que a senhora mentiu...?

Deputado Nuno Barata (IL): Ui, o mercado funciona e a gente continua a pagar! Está lindo!

A Oradora: Queria, também, dizer mais uma coisa que talvez os senhores não saibam.

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que a gente não sabe?

A Oradora: No vosso tempo o apoio às rotas domésticas para a Terceira, pagas pelo Fundo de Turismo e pelo Governo da República, era 1,5 milhão de euros.

Em 2022, quando este Governo tomou posse, o Governo da República (deixou em 2020, mas o acordo terminava em dezembro de 2022) deixou de pagar, disse que não suportava mais. E foi o Governo Regional que teve que suportar o ano passado todo o apoio para as rotas domésticas, negociou o valor para 1 milhão 390 mil. Portanto, o Governo da República que pagou desde 2016 até 2022, 1,5

milhão por ano... faça as contas, Sr. Deputado. Deixou de pagar para o ano de 2023 e nós...

Deputado António Lima (BE): Então porque é que a senhora mentiu...?

A Oradora: Ó Sr. Deputado, os acordos têm fins e princípio. E em 2022 o Governo da República deixou de pagar e o ano passado (2022 para 2023) o inverno e o verão foram já pagos por este Governo, porque o Governo da República deixou de pagar.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Qual é a dúvida?!

A Oradora: Qual é a dúvida?!

Não está a perceber que o Governo da República deixou de pagar?! Como, aliás, tem deixado de pagar muita coisa, como aliás não manda para cá as verbas do Lorenzo?! Como, aliás, não resolve o problema do OSP?!

Tem dúvidas sobre isso?!

Eu estou lhe a dizer que o Governo da República não resolve as OSP, não paga as verbas do Lorenzo, não resolve um conjunto de problemas, como em 2022 deixou de pagar as rotas domésticas. Ou seja, o inverno de 2022/2023 e o verão de 2023, não pagou. E nós, a Região, é que substituímos através do Fundo da Apoio à Coesão, pagou essa verba – 1 milhão 390 mil.

No vosso tempo os senhores tinham 1,5 milhão pago pelo Governo da República e 1,5 milhão pago pela Região, 3 milhões de euros, era quando pagavam à Ryanair por 1 ano, porque 2 anos eram 6 milhões e por aí adiante.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh senhora essas contas não estão certas! A senhora foi mal informada!

Isso não está bem explicado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Está bem explicado, porque há um requerimento do Bloco de Esquerda ao qual nós respondemos e já mandámos o segundo contrato que é 1 milhão e 200 + 345.

Deputado Tiago Branco (PS): Porque é que a senhora não mostra esses resultados?!

A Oradora: Está aqui. Já enviei.

Portanto, o Governo da República deixou de pagar. Mais uma situação complexa.

Em 2024, a operação doméstica está num milhão 155 mil. E a Internacional está com 630 para 2 rotas por semana. O dobro disso para 4 rotas por semana.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por deixar aqui uma palavra de apreço ao Governo, concretamente à Secretaria com a tutela dos transportes, pela forma como no seio das dificuldades que é negociar com a Ryanair, ter conseguido um acordo que mantém (ainda que com redução) a atividade no inverno e mantém, também, praticamente inalterado a programação no verão de 2024, sendo que é um acordo para 2 anos, o que dá alguma estabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós todos sabemos como é que funciona a Ryanair, a maior companhia europeia de aviação de *low cost* e a forma agressiva como trabalham no mercado.

Eu recordo que o Governo de Marrocos fez um acordo, no final do ano passado, para intensificar a operação da Ryanair em Marrocos, em que paga anualmente 18 milhões de euros. E há um conjunto de cidades europeias para manterem a Ryanair, pagam por aquilo que a companhia traz exatamente pela dimensão de mercado que tem.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então é só uma questão de pagar?!

O Orador: É evidente que o ideal era que a Ryanair viesse aos Açores com o máximo de voos possíveis, mas que viesse a custo zero e que não fosse necessário pagar a promoção. No entanto, há promoção associada, há aqui um equilíbrio custo/benefício que nós entendemos que é claramente favorável aos Açores. Mas eu não deixo de sentir aqui as dificuldades que os empresários podem sentir pela diminuição dos voos de inverno que naturalmente afetam. Mas contas feitas por alto - eu não tenho os dados exatos - no caso de S. Miguel, serão menos 7 voos semanais no inverno Iata, durante 5 meses (a 200 passageiros por cada voo) poderemos estar a falar de 30 a 40 passageiros a menos e que não deixa de ser relevante, ainda que outras companhias possam compensar essa redução.

Porém, há aqui uma questão essencial que é bom lembrar ao Sr. Deputado Carlos Silva: nós estamos em 2023 e temos os dados que podemos comparar o 1º semestre deste ano com o 1º semestre de 2022. Ora, estes dados animam os empresários e animam a economia dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E mais uma vez eu vou ter que recordar que os voos inter-ilhas, comparando o 1º semestre de 2022 com o de 2023, vemos um aumento de 19% e nos voos internacionais, comparando os mesmos semestres, também

verificamos um aumento de 36%, sendo que no conjunto, temos um aumento de 21%, juntando as três categorias de voos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, estes dados são relevantes para a economia dos Açores, são relevantes para os empresários dos Açores e, naturalmente, criam expectativas. E quando há uma notícia menos boa, no meio de expectativas elevadas, temos que levar a sério e temos que encontrar soluções.

O Governo conseguiu manter as rotas da Ryanair, embora reduzidas, mas manteve-as, o que é importante e renovo aqui o nosso apreço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas eu esperava que o Partido Socialista e o Deputado Vasco Cordeiro, preocupados que estão com os transportes aéreos dos Açores, tivessem tido também uma palavra para aquele que é o atraso do Governo da República na aprovação do concurso das rotas de serviço público Faial, Pico e Sta. Maria.

Deputado Carlos Silva (PS): Esse debate é amanhã!

O Orador: Era bom que tivessem falado nisso, porque esta sim é uma situação que vem prejudicando a SATA desde há 5 anos, em cerca de 10 a 12 milhões de euros por ano. E o Partido Socialista, enquanto foi Governo cá e Governo na República, nunca fez absolutamente nada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a assistir a um debate que às vezes parece um conversa de surdos. Os argumentos dum lado e do outro, mas quem mais fala de mercados à exceção do Deputado da Iniciativa Liberal, é sempre aquele que mais nega o mercado. A própria Sra. Secretária acabou de confirmar. A senhora acredita imenso no mercado. Mas por si, nem se vendia a Azores Airlines, só se vai vender, porque o Governo anterior a levou praticamente à insolvência. Eu percebo, é aquele pesar da mãe criadora a ver o padrasto destruir o bem que criou. Mas não é por aí, Sra. Secretária, a venda da Azores Airlines, como bem sabe, é uma necessidade da Região Autónoma dos Açores e uma imperiosa obrigação por via das decisões da União Europeia e da Autoridade da Concorrência. Mas essa obsessão com a retroatividade, leva-vos a usar argumentos que nos cansam definitivamente.

Eu devo dizer que mesmo concordando, ou tendendo a concordar, que a Ryanair, aliás, qualquer uma das companhias *low cost* europeias, são bons veículos de promoção do destino Açores, terei de discordar quando percebo na intenção do Governo Regional dos Açores, do momento, o depositar destes ovos todos no mesmo cesto. Eu não quero ficar dependente de monopólios da Ryanair. Eu não quero que os Açores fiquem dependentes de monopólios da Ryanair. Até porque eu sei, porque foi público, que logo a seguir à saída de Easyjet –2 anos depois ou 1 ano e meio – que essa companhia fez notar todos os destinos para os quais voava que sairia de todos os destinos onde continuasse a haver subsídios a companhias aéreas, fossem elas estatais ou não. É público,

toda a gente sabe disso e toda a gente que acompanha essa situação conhece este facto.

O Sr. Deputado António Vasco Viveiros que tem menos retroatividade e menos tarifa Açores do que o seu líder parlamentar, honra lhe seja feita, comparar Marrocos com os Açores... eu diria que 3 milhões de euros à Ryanair nos Açores para os 18 milhões de euros de 16 voos diários para Rabath, 14 voos para Fez, 16 voos para Agadir – e já fui ver o resto, porque não tive tempo! – Sr. Deputado, a gente tem que fazer um esforço para tentar perceber de que realidades é que estamos a falar.

De facto, os contratos que estão a ser celebrados nos Açores são hercúleos para essas companhias, mas sobre esse assunto, ainda vou mais profundo. É que a Sra. Secretária Regional respondeu a todos, respondeu a tudo, mas como de costume, esquece-se sempre dum pormenor que, neste caso, não é pormenor, é *por maior*.

Esqueceu-se de esclarecer sobre a obscuridade deste contrato feito com a Câmara de Comércio Indústria de Angra do Heroísmo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegados a este ponto do debate, eu não tenho palavras para o chorrilho de contradições que se ouve de várias bancadas, a começar pela bancada do Governo.

Antes de ir aí com mais pormenor, Sra. Secretária, eu gostaria que a senhora tivesse tido a transparência, ou a tentativa de transparência, com respostas a requerimentos que agora tentou fazer ao dizer valores com mais pormenor, mas nós não queremos valores, queremos é o acordo que assinou com a Ryanair.

O que é que está lá escrito? E quais são os intermediários que estão pelo meio e que mecanismos e que encontraram para contornar a lei? Porque é disso que se trata.

Sra. Secretária, nós perguntámos muito recentemente, em junho, ao Governo, que contratos existiam, desde que o espaço aéreo está liberalizado – como gostam de dizer – com a Ryanair? Entre o Governo e entidades públicas financiadas pelo Governo?

A senhora enviou-nos um contrato de 275 mil euros mais IVA e esqueceu-se de anexar um conjunto de contratos que são públicos e estão publicados no portal base porquê? Porquê?!

Eu não acredito que seja incompetência, porque a senhora sabe os valores e sabe-os se calhar de cor, aliás, admite que já subsidiou a Ryanair.

Bem, nesta terra subsidia-se tudo, até a Ryanair!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é nova, esconder uma coisa que é pública!

O Orador: Aliás, durante anos a fio, o Bloco de Esquerda acusava o anterior Governo do Partido Socialista de subsidiar a Ryanair, diziam que era tudo mentira, isso não existia, não havia subsídios à Ryanair, mercado estava liberalizado e hoje nós sabemos que tínhamos razão, havia subsídios, há subsídios e vão continuar a existir subsídios.

Isso é um chorrilho de contradições de todos os partidos que apoiam este se dizem os *pais* e as *mães* deste modelo: PSD, CDS e Partido Socialista, porque todos dizem que foram eles que liberalizaram o céu dos Açores. Mas são os mesmos a subsidiar para se voar num mercado que dizem que é livre.

Bem, eu sinceramente não encontro maior contradição do que os *pais* deste modelo de transporte aéreo, todos aqui presentes neste Parlamento. Isso é lamentável!

Mas este debate é sobre o futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor queria a Ryanair cá ou não?!

O Orador: Ó Sr. Deputado Bruto da Costa, eu não disse que queria ou não. A Ryanair é livre de voar para cá, se entender que sim, tal como quaisquer outras companhias aéreas que estejam licenciadas. Agora o que nós temos que ter é uma companhia aérea que nos garanta que não ficamos na mão e sujeitos às chantagens da Ryanair, da Easyjet, da Air France ou de qualquer companhia aérea que não seja nossa. É desse instrumento da autonomia que os senhores querem abdicar.

A Sra. Secretária diz “não, nós temos que privatizar a SATA, deixaram-nos uma desgraça”. É verdade, estava uma desgraça, mas não foi o Sr. Presidente do Governo que dizia que a Região pode manter os 49% e que nesta matéria, por razões doutrinárias, o nosso entendimento é que o capital social privado não é um problema?!

Não é este Governo que cria, e quer, privatizar por razões **doutrinárias?!**

É a doutrina, é o dogmatismo ideológico do Governo que põe em causa a mobilidade e a economia dos Açores, porque esse é que é o problema de fundo. E é esse problema que nós temos que esclarecer e debater.

O Governo vai manter esta privatização quando a TAP vai ser privatizada? - já sabemos que não faltam interessados.

Mais dia menos dia, a Ryanair reduz ou faz chantagem para reduzir a operação. Vamos manter a privatização da SATA Internacional? Que nem garante a existência da SATA Internacional daqui a 3 anos?! É isso que nós queremos?!

O Governo quer vender a empresas a consórcios que devem milhões à SATA?!

É nesse tipo de negócio que o Governo está metido?!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não sei do que é que o senhor está falando.

O Orador: Bem, isto é realmente um cenário extremamente preocupante. E é sobre esse cenário que o Governo tem que responder. Ou seja, se vai manter a privatização da SATA neste contexto?

Se vai manter a privatização da SATA, quando os interessados não têm qualquer credibilidade nem experiência em gerir uma companhia aérea comercial como é a SATA, da qual os Açores dependem?!

É em consórcios aventureiros, sem qualquer credibilidade que o Governo quer colocar os Açores?!

Nós temos, felizmente, outro caminho que passa por manter a SATA Internacional, recuperá-la e não entregar os Açores nas mãos do mercado.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo e regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 01 minuto.

Vamos dar continuidade à interpelação.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Há pouco quando dei o exemplo de Marrocos - deixo aqui uma palavra de solidariedade pela situação que decorre em Marrocos neste momento, acho que todos nós partilhamos essa preocupação – dei o exemplo daquilo que é a política de uma companhia, mas não fiz as contas se o negócio de Marrocos tinha sido melhor ou pior do que o negócio da Região. Mas também não

esperava que o senhor tivesse feito essas contas tão depressa, aliás, esperava era que a sua posição, perante esta negociação, fosse uma questão de princípio e não uma questão de melhor ou pior negócio, mas pronto. Se é de melhor negócio, partilhamos essa sua preocupação, pois quanto melhor for o negócio para a Região, todos nós estaremos de acordo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado António Lima, e bem, tem mostrado preocupações com as acessibilidades, mas eu também espero que essa sua preocupação, que é legítima, também traduza em parte, porventura uma atitude diferente relativamente à importância do turismo dos Açores. É porque aquilo que tem sido as suas intervenções em matérias em que se discute acessibilidades ou taxas turísticas, tem sido sempre uma preocupação de excesso de turismo. E aquilo que é a sua preocupação neste momento de melhoria das acessibilidades, também espero que seja uma visão ligeiramente diferente e menos negativa daquilo que representa o turismo para os Açores.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça o favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um pedido de palavra muito rápido, só para esclarecer o Sr. Deputado António Vasco Vieira Neto de Viveiros que, na verdade,

é mesmo uma questão de princípio; não vale a pena tentar aqui agitar esse *fantasma*, porque isso não colhe. É uma questão de princípio. Mas como o vosso princípio, apesar de apelar ao mercado, não é o mesmo princípio nem a mesma visão sobre o mercado que eu tenho, eu desafiei o Sr. Deputado a fazer essas contas, porque na verdade, se o senhor fizer contas comparadas com outros destinos onde a Ryanair tem negócios dessa natureza -que eu não sei se são obscuros como este foi feito ou se são diretamente feitos com o Rei de Marrocos - o que é verdade é que o senhor vai chegar à conclusão que aquilo que

os contribuintes dos Açores vão pagar por este negócio que agora foi feito, é muito mais do que aquilo que o Rei de Marrocos vai pagar ou está a pagar, neste momento, à Ryanair.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): E...?

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Pedia-lhe duas informações o mais concretas que puder: todo este processo se desenrolou no sentido de chegar à sua conclusão muito próximo do inverno 23/24, a minha pergunta é se há algumas medidas, e quais são, que estejam em preparação para lidar com o impacto desta redução no inverno nesse período.

Em segundo lugar, pedia-lhe se podia confirmar o valor global do acordo? São 3,5 milhões de euros ou mais?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa aguarda inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Há pouco colocou uma questão concreta que eu queria esclarecer, ou seja, o contrato com a Câmara do Comércio vem de 2015, desculpe, de dezembro de 2016, um contrato celebrado entre o Turismo de Portugal e a Câmara de Comércio e Indústria de Angra ao abrigo do PREIT, um apoio de 1 milhão e meio de euros para apoiar a operação doméstica da Ryanair.

(Aparte inaudível do Deputado Nuno Barata)

A Oradora: A Ryanair voa para a ilha Terceira desde 2016. E portanto, é daí que vem e foi essa operação à qual foi dado continuidade em 2023, quando o Turismo de Portugal, através do Governo da República, deixou de suportar esse contrato de promoção. Isto foi o ano passado e, a partir daí, a Região assumiu esse encargo de 1 milhão e meio de euros do Turismo de Portugal, através da Câmara de Comércio, mais os contratos diretos do Governo, anterior a este Governo, somavam 3 milhões de euros.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Muito concretamente, para dizer aquilo que já disse aqui.

No primeiro ano do acordo, 1 milhão e 55 mil para a operação doméstica ao abrigo deste acordo que já vem desde 2016 e que a Região passou a assumir a partir de 2022; e 630 mil para duas rotas internacionais que são Stansted e Nuremberga.

Para 2023, portanto, anos diferentes, isto é, para o segundo ano do acordo, 1 milhão 255 mil euros para fazer quatro rotas - duas para Nuremberga, duas para Stansted – em princípio, é isso que irá acontecer, ou seja, duplicar os voos para

Stansted e Nuremberga, duas rotas que estão a ser consolidadas e que estão muita procura, aliás, Stansted é das rotas que está em primeiro lugar para a própria Ryanair na sua rota geral, e mantém-se 1 milhão 155 mil euros para a rota doméstica, portanto, 2 anos distintos; num ano 1 milhão 155 mil mais 630; o segundo ano, se se fizer o dobro das rotas (é o dobro do valor para as rotas internacionais) mais 1 milhão 155 mil para a rota doméstica da Terceira.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Nas minhas contas, no primeiro ano são 630, se houver duplicação dessas ligações há uma duplicação do valor, isto é, nos 2 anos estaremos a falar de 1 milhão e 800 mil...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não.

O Orador: Não...?

630 mil mais 1.2 milhão, ou seja, estaremos a falar só nesse caso, de 1 milhão e 800 mil (estou a falar do global) e no caso das ligações nacionais, 1 milhão 155 mil num ano e 1 milhão 155 mil no segundo, igual...? É isso? 2.3 milhões de euros mais 1.3, dá mais de 4 milhões de euros.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Dá 4200.

(* **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Nos 2 anos.

(* **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): A Sra. Secretária já explicou isso tantas vezes!

O Orador: Sra. Secretária, o valor global da operação é mais de 4 milhões de euros? É o global dos 2 anos? É isso que eu estou a perguntar. Qual é o valor global?

Eu percebi que era um dado que não tinha, que em relação ao segundo ano, nas ligações internacionais, está dependente da condição de duplicarem o valor, certo?

A minha pergunta é: duplicando o número de frequências, o valor global da operação fica enquanto?

Muito obrigado.

(* **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): É fazer as contas.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo, faça favor, tem a palavra.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Sr. Deputado, eu percebo que queira ter o valor dos 2 anos, mas as pessoas têm que perceber quanto é cada ano e o total de cada ano, no primeiro ano é 1.8 e no segundo ano é 2.3.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Mas qual é o valor total?

Não foi bem isso que a senhora disse ao jornal.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Mais inscrições?

Bom, não havendo mais inscrições...

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou aqui em auxílio do Sr. Deputado Vasco Cordeiro...

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**): Que bem precisa!

O Orador: ... porque a interpelação que o senhor pediu estava quase a concluir-se, daí se pode ver que havia muito pouco de objetivo e de necessidade, ou de informação adicional, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro trouxe para este debate.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro é o único Presidente do Governo que tenha exercido funções anteriores nessa condição e que agora lidera também o maior partido da oposição e que agora se apresenta também a eleições para o ano que vem. E tem aqui um problema que é o ter que responder pelo seu passado. E a questão é a seguinte: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quero fazer-lhe algumas perguntas, se me for permitido.

Em aos resultados de 2019, este Governo conseguiu melhores resultados em termos de transporte de passageiros do exterior para os Açores, conseguiu ou não conseguiu? - primeira pergunta.

Segunda pergunta: em relação aos voos territoriais, este Governo conseguiu ou não conseguiu (comparando 2019 com 2022) melhores resultados do que aqueles obtidos pelos governos presididos por V. Exa.? Conseguiu ou não conseguiu?

Sr. Deputado, tendo em conta os dados que já se conhecem em relação a este ano, é ou não verdade que este ano representa um ano com um crescimento muito significativo, ou seja, o que eu lhe pergunto é se temos ou não temos muito melhores resultados do V. exa. tem para apresentar em relação ao momento em que exerceu funções?

A pergunta é esta em relação a estas questões: temos ou não temos mais empresas a voar para os Açores do que V. exa. teve até 2019?! Temos ou não temos?

Sr. Deputado, responsa-me: quantas empresas estão a voar para os Açores atualmente?

Temos mais ou menos?

E já agora, quantas temos a voar para os Açores, Sr. Deputado?

É ou não é um sucesso a tarifa Açores que V. Exa. considerava ilegal?!

Continua a considerar a tarifa Açores ilegal?!

Reconhece ou não que é um sucesso e se retira a objeção que na altura colocou em relação à legalidade dessa mesma medida? Tenho mais perguntas para lhe colocar, mas para já, fico à espera que me responda estas questões.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições... Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o encerramento desta figura regimental é feito pelo interpelante e apenas pode responder o Governo, eu não queria que o debate terminasse - permita-me, Sr. Presidente, esta inscrição de última hora –sem fazer notar algo que é verdadeiramente importante nesta interpelação que nos trouxe o Partido Socialista e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Foi importante nós percebermos que há, neste momento, um Governo dos Açores que tem, pela consistência e pela coerência demonstrada ao longo dos anos em que está no exercício de funções e antes disso na oposição, o mesmo entendimento sobre o que deve ser verdadeiramente a mobilidade aérea dos açorianos, seja no inter-ilhas seja na relação com o exterior, e por via disso também, a possibilidade dos Açores se abrirem ao mundo e poderem receber

turistas, dando a conhecer também aquela que é a excelência da nossa qualidade de vida, em termos ambientais, de sustentabilidade e de beleza neste arquipélago no meio do Atlântico. E essa diferença foi notória ao longo dos anos pelas atitudes que cada um assumiu nas funções que desempenhava. Nós durante o tempo que tivemos na oposição com a nossa propositura, durante o tempo que fomos Governo da República, com a obrigação de abertura do espaço aéreo, é bom repetir, os açorianos devem saber a verdade: se fosse por Vasco Cordeiro, por Carlos César e por José Sócrates, nunca se abria o espaço aéreo dos Açores a outras companhias aéreas. Foi preciso Passos Coelho e Paulo Portas obrigarem Vasco Cordeiro e Carlos César a cederem na abertura do espaço aéreo e na criação da tarifa social de mobilidade. Isso, sim, revolucionou os Açores em termos de abertura posterior.

É preciso também relembrar que se fosse por Vasco Cordeiro e pelo Partido Socialista, nós não tínhamos tarifa Açores e andávamos a pagar praticamente o mesmo que pagamos para ir para o exterior, para Lisboa, Porto ou Faro, do que se pagava por Graciosa/Sta. Maria, ou um São Jorge/Corvo.

Essa é que foi a grande revelação, em termos deste debate, foi podermos balizar esta distinção entre duas propostas políticas e dois percursos diferentes, em termos da relação dos Açores com os transportes aéreos e com a mobilidade aérea. Mas também ficámos a saber que na perspetiva doutros partidos nesta Casa representados, não deveríamos ter feito todo o esforço que fizemos, em termos da promoção dos Açores, por via duma companhia aérea como é a Ryanair.

Deputado José Ávila (PS): E os encaminhamentos? E os transportes marítimos?

O Orador: Nós temos que reconhecer a posição dos *players* no mercado, para beneficiarmos com a sua atuação, numa perspetiva de garantir a sustentabilidade também do turismo e a sustentabilidade dos investimentos que

os empresários da Região fazem nesse propósito. E é esse esforço que este Governo fez e que foi também substancialmente diferente - e é bom que os açorianos também se lembrem e saibam disso - daquele que foi o esforço feito pelos governos liderados por Vasco Cordeiro, quer com o abandono da Easyjet, quer com o abandono da Delta, quer mesmo com aquela obsessão sempre mantida, de que não deveria ter sido liberalizado o espaço aéreo dos Açores, porque isso trazia dificuldades para a governação do Partido Socialista.

Nós sabemos que a vossa visão - e é bom que este debate tenha acontecido para marcar essa diferença - era outra. Se fosse pelo Partido Socialista, se fosse por Vasco Cordeiro, nós hoje não tínhamos o espaço aéreo liberalizado, não tínhamos a relação que temos com o mercado mundial de turismo e não tínhamos também a relação de proximidade no inter-ilhas como temos atualmente, por via da implementação da tarifa Açores.

É bom que os açorianos marquem bem neste debate a diferença que cada um promove, em termos do futuro dos Açores, e aquilo que nós somos efetivamente capazes de fazer em termos de coerência e de consistência nas propostas, e aquilo que foi o Deputado Vasco Cordeiro, hoje na oposição, a dizer uma coisa e, no passado no Governo, a praticar outra.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado José Ávila (PS): Nisso o senhor é especialista.

Ai o que o senhor dizia no passado e já não diz agora!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não teve a cortesia de me responder, dispondo ainda de 8 minutos, por isso, eu vou responder às minhas próprias perguntas, já que o Dr. Vasco Cordeiro não quis responder; e não quis responder, porque as respostas não lhe são favoráveis?

Sim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, comparando 2019 com 2022, sim, foram transportados muito mais passageiros, vindos do exterior, para os Açores. Conseguimos melhores resultados do que V. Exa. conseguiu. Essa é que é a sua dificuldade, neste debate e em quase todos os debates.

Sim Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também chegou muito mais gente do território continental, os nossos resultados são muito melhores do que aqueles que V. Exa. obteve.

Sr. Deputado, sim, há mais companhias, muito mais companhias, a voar para os Açores, dezassete, neste momento, só em 2021 chegaram mais sete companhias, e temos muito mais companhias

a voar para os Açores. São melhores resultados do que V. Exa. conseguiu.

Sim, Sr. Deputado, em termos de mobilidade interna a tarifa Açores é um sucesso e os açorianos não querem que o senhor acabe com ela e a considere ilegal.

Sim, Sr. Deputado, a dificuldade que V. Exa. teve neste debate é que o seu passado, do seu passado muito recente, o senhor obteve muito piores resultados. E não tenho é tempo para falarmos aqui de algo que é a situação em que V. Exa. deixou a SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, nesta matéria, o Sr. Deputado só tem para apresentar resultados muito piores do que aqueles que nós apresentamos e daqueles que nós conseguimos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições, eu darei a palavra, se entender por bem, à Sra. Secretária para encerrar o debate da parte do Governo e depois seguir-se-á o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao este debate, eu gostaria de começar por dizer que não tendo este acordo com a Ryanair sido aquilo que nós desejaríamos foi, apesar de tudo, um bom acordo, muito bom acordo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque a alternativa era esta: deixar sair a Ryanair. A Ryanair queria deixar os Açores, esse era o seu ponto de partida, por várias razões que aqui já foram referidas. E conseguiu-se, apesar de tudo, manter a Ryanair nos Açores, com uma operação de verão robusta e com uma operação de inverno que permite tê-la entre nós e podermos estar no mapa internacional onde está a Ryanair. Esta é a realidade e esta é a grande diferença entre o que se passou em 2023 e o que se passou em 2017.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

A Oradora: Esta é que é a grande diferença, porque em 2017, não estou a dizer que o Governo da altura não queria segurar a Easyjet - com certeza que queria - não conseguiu, não fez os possíveis, não sei. O que sei é o resultado: a Easyjet foi-se embora. A Delta foi-se embora. Hoje, nós conseguimos segurar a Ryanair nos Açores. Essa é uma realidade indesmentível.

Sendo assim, nós temos que considerar que o desfecho foi positivo. Conseguimos mais, conseguimos um plano a 2 anos, para dar estabilidade ao nosso sistema setor turístico, conseguimos previsibilidade e, também, dar uma palavra de confiança a Ryanair...

Deputado António Lima (BE): *Festinhas e miminhos!*

A Oradora: ... para que saibam que nós desejamos que eles aqui se mantenham por um período, neste momento 2 anos, mas que - esperemos nós - seja qual for o Governo, por muitos mais, embora nós não queiramos estar dependentes da Ryanair, de todo. A Ryanair é mais um *player*, é mais uma companhia que nos permite conectividade, uma grande companhia a nível internacional que desejamos continue connosco, da mesma maneira que desejamos que SATA Internacional continue connosco, que a TAP Internacional continue connosco e se outras companhias vierem, como já aqui também foi referido fizeram contactos, são bem-vindas - fizeram elas (companhias) os contactos proactivamente. Serão bem vindas.

Portanto, a questão é essa. E também importa dizer que, desde já. a Azores Airlines aumentou, numa decisão estritamente comercial, os voos para o inverno, que a TAP já aumentou, muito mais ainda, e está em todos os sites a promoção da TAP para os próximos tempos em termos de voos para este próximo inverno que começa em novembro como toda a gente sabe, e que o mercado seguramente responderá a algum vazio que possa ficar em termos de procura.

É isto que nós desejamos e confiamos, porque é assim que funciona o mercado também. Da mesma maneira, quando algumas companhias foram embora, outras vieram e o assunto foi-se resolvendo em termos de equilíbrio de procura e de oferta ao longo do tempo.

Como aqui já foi referido, o acordo no primeiro ano representa 1 milhão e 800 mil euros (cerca de) e no segundo ano, duplicando as rotas internacionais, caso isso aconteça, 2 milhões 310 mil.

Em cada um destes anos, ficamos bem abaixo dos valores que noutros anos anteriores, designadamente no tempo do governo anterior, valores da promoção turística para rotas nacionais e internacionais. Esta é a questão queria eu queria aqui referir...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Porque há uma tentativa de somar tudo, mas é 1.8 num ano, 2.3 no outro, no ano seguinte; dantes era 3 milhões de euros todos os anos, ou seja, 3 + 3 + 3 desde 2016, dá pelo menos 1,5.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh senhora isso não é assim!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

Deputado Carlos Silva (PS): É 3 milhões ou é 1?

A Oradora: 3 milhões com as rotas internacionais. 1,5 é para a rota doméstica, Sr. Deputado, é preciso conhecer um bocadinho mais os dossiers para falar deles, é preciso ir um bocadinho mais fundo.

Deputado Tiago Branco (PS): Isso é que é humildade democrática!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Como deve calcular, não falta arquivos na Secretaria.

Presidente: Sra. Secretária, tem de terminar.

A Oradora: Vou terminar, Sr. Presidente.

Para dizer que temos que considerar que a promoção é um investimento. Era um investimento já no tempo do Partido Socialista, é um investimento no tempo deste Governo. O investimento não é um custo, o investimento não é um gasto. A promoção é um investimento reprodutivo. E se nós considerarmos que o turismo representa - e é no mínimo - 12% do PIB, nós já estamos a falar em 538 milhões de euros por ano que entram na nossa economia através do turismo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E por isso mesmo, é preciso mais respeito quando se fala do turismo. É preciso mais respeito pelos empresários turísticos. É preciso mais respeito pelo que isso representa em termos de criação de postos de trabalho e em termos de riqueza.

Presidente: Sra. Secretária...

A Oradora: 500 milhões de euros, 12% do PIB. Só 12% do PIB, porque hoje em dia, garanto-lhe que é mais do que isso. E, portanto, dito isto...

Presidente: Sra. Secretária tem que terminar se faz favor.

funciona.

A Oradora: O mercado funciona, o mercado tem direito a ações de promoção, as ações de promoção estão em marcha, como estavam já e seguindo a linha do Governo anterior e os proveitos do turismo estão, graças a Deus, a crescer mais e mais todos os anos: 18% de aumento este ano.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Secretária, foram 2 minutos e 30 a mais.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente pela sua tolerância.

Presidente: Não me agradeça.

Tem a palavra para encerrar o debate o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação, promovida por iniciativa do Partido Socialista, pretendia esclarecer um conjunto de questões concretas, relativas ao recente acordo feito pelo Governo Regional com a companhia Ryanair para os próximos dois anos, sobre as acessibilidades aéreas à nossa Região.

Não tivemos, obviamente, todas as respostas que esperávamos.

Não tivemos uma resposta sobre qual a avaliação que o Governo Regional faz do impacto económico que esta redução de voos da Ryanair traz para a nossa economia.

Não tivemos uma resposta quanto aos postos de trabalho que, direto ou indiretamente ligados à operação da Ryanair, o Governo Regional garantiu no âmbito deste acordo.

Não tivemos uma resposta quanto às medidas concretas que estão a ser preparadas e implementadas já para o próximo inverno.

Tudo isto é importante para os Açores.

Estas respostas, acreditávamos nós, e, sobretudo, julgamos que são respostas devidas, tendo em conta o valor financeiro que está aqui em causa, que oscila entre, no mínimo, 3,6 milhões de euros de acordo e um máximo de 4,2 milhões de euros pagos em dois anos à Ryanair, se a variação está ligada a haver ou não uma duplicação das rotas internacionais.

Mas, mesmo no pior cenário possível de 3,6 milhões de euros, é um valor elevado. É um valor muito elevado e que interessa ser, nos seus termos concretos do acordo, devidamente dissecado quanto àquilo que traz.

Não foi possível, por ausência de respostas do Governo, fazê-lo nesta sessão. Lamentamos.

Há um facto que resulta claro e que, em nome do Partido Socialista, eu gostaria de salientar como contributo e como assunto ou tema colocado à consideração do Governo.

A partir deste acordo, o destino Açores está mais dependente do que já esteve, sobretudo naquilo que tem a ver com as suas ligações com o continente e com o mercado continental.

O facto é que estas companhias aéreas têm o **modus operandi** que têm. Não o vamos caracterizar agora, mas isso deve servir de alerta naquilo que tem a ver com acessibilidades aéreas de e para o continente, os Açores estão mais expostos e mais dependentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as OSP's?

O Orador: E é importante que se tenha em atenção isso para precaver o futuro. E é exatamente neste sentido de precaver o futuro que eu gostaria, em nome do Partido Socialista/Açores, de concluir este debate apresentando cinco contributos, cinco propostas concretas ao Governo para lidar com esta situação:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora já não podem ser contraditadas.

O Orador: A primeira delas tem a ver com algo que ressaltou deste debate e que ressalta, no fundo, de tudo aquilo que temos ouvido das pronúncias públicas de diversas entidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A sua noção de democracia é fazer propostas no fim do debate!

Deputado José Pacheco (CH): Isso não é assim que funciona.

O Orador: Sr. Presidente, eu não sei se posso concluir.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro encerre o debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já devia ter encerrado!

O Orador: Em primeiro lugar, há algo que resulta deste debate:

É necessário reforçar o diálogo e a concertação com aqueles que estão ligados a este setor, neste aspeto em concreto. Nós tivemos pronúncias de parceiros sociais, da Câmara de Comércio, disseram que tudo isto tinha sido conduzido com secretismo, e é necessário chamar, e essa é a primeira proposta, empresários, Câmaras de Comércio, Associação de Alojamento Local, a AHRESP e avaliar em conjunto os impactos que esta redução dos voos traz para cada um dos setores de atividade e para a economia, quer em relação ao inverno de 23/24, que já está aí, quer em relação ao inverno de 2024/2025, que é o horizonte desse acordo.

Reparem, nós não culpamos o Governo pela Ryanair ter querido sair dos Açores.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Era o que faltava!

Deputado Tiago Branco (PS): Era o que a senhora faria se estivesse na oposição!

O Orador: O Governo não consegue evitar, como nenhum Governo, qualquer companhia de dizer isso.

Mas o que está aqui em causa não é o que a Ryanair faz, o que está aqui em causa é o que o Governo dos Açores faz para defender as empresas, as famílias e o emprego da nossa Região, a nossa economia, face a uma situação inesperada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A **segunda proposta** que me parece importante, nós já ouvimos a Sra. Secretária dizer que quer a Azores Airlines, quer a TAP, reforçaram os

seus voos, mas eu julgo que o que falta aqui - é essa sensação com que se fica, uma visão global daquilo que está a acontecer em termos de disponibilidade de lugares para o próximo inverno. E, por isso, chamar a TAP e chamar a Azores Airlines e pedir-lhes uma reavaliação da sua disponibilidade de reforço de voos para o próximo inverno e para 2024 e 2025, parece-me essencial para dar um sinal às empresas quanto àquilo que é expectável nesta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chamar quem?

Terceira proposta: Este assunto, por muito que nós não queiramos, este assunto causa danos reputacionais ao destino. A notícia de que a Ryanair vai reduzir voos, causa de danos reputacionais ao destino.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com a sua *ajuda* então, tem sido ótimo!

O Orador: E eu acho que é essencial o Governo Regional, isoladamente, ou em articulação com a Associação de Turismo dos Açores, lançar uma campanha – chamem-lhe - de esclarecimento, de promoção, no mercado nacional quanto à questão das acessibilidades aéreas à Região. É preciso combater a desinformação quanto à disponibilidade de acesso aéreo para a Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A desinformação que o senhor promoveu!

O Orador: Quarta proposta, quarto contributo.

Penso que seria útil o Governo Regional dar prioridade máxima à preparação do inverno de 2024 a 2025, não é o 2023/2024, esse já está aí. O Inverno de 2024/2025 é e deve ser uma prioridade quanto à preparação desse inverno em conjunto com os empresários, as Câmaras de Comércio, as Associações de Alojamento Local, a AHRESP. No fundo, preparar esse inverno que será aquele que, à partida e em concreto, todas essas medidas poderão ser rentabilizadas.

Quinta proposta, reavaliar, refletir pelo menos, os termos do processo de privatização da Azores Airlines.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Cá está, mais uma *areia para a engrenagem!*

O Orador: Nós não discordamos, porque esse é um compromisso assumido pela Região e desse ponto de vista não há contestação, quanto à privatização de 51%. É o que está negociado com Bruxelas, é um acordo assumido.

Mas, por opção deste Governo, a privatização pode ir até aos 85%. E isso significa perder um conjunto de poderes que qualquer acionista, a partir ou até 66% da titularidade tem e que a partir daí deixa de ter.

O facto é que, da forma como está construído o caderno de encargos, daqui a três anos, quem vencer a privatização, pode mudar a sede da empresa, pode despedir, pode vender, pode fazer o que quiser.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com a sua solução já tinha fechado! Já nem havia SATA!

O Orador: Esta situação da Ryanair é um alerta para que seja repensado e refletido este processo, que pode efetivamente condicionar aquilo que é a disponibilidade de lugares para a nossa Região.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente – eu julgava que tinha 7 minutos, mas afinal parece que só tenho 5.

Eu gostaria de terminar só, realçando, uma última conclusão deste debate. E que é, no fundo, também uma recomendação.

Eu acho que é já tempo, é já tempo, deste Governo Regional e os partidos que o suportam, o PSD, o CDS e o PPM, se preocuparem mais com os Açores do que com o Vasco Cordeiro e o Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está, assim, encerrado este debate.

Pergunto à Câmara se há disponibilidade para avançarmos com o ponto 3 da agenda?

Sr. Deputado Nuno Barata está em condições de avançar para o ponto 3?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É para solicitar um intervalo de 19 minutos, Sr. Presidente.

É regimental, está concedido.

Encerramos os nossos trabalhos para almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas.

A Conferência de Líderes decidiu que o ponto 2 será abordado amanhã da parte da manhã.

Avançamos para o ponto 3 da nossa agenda com a Anteposta de Lei nº 16/XII, “primeira alteração à lei nº 72/2019, de 2 de setembro - regime jurídico da regularização dos chãos de melhoras já as constam do nossos painéis de controlo dos tempos, o PS, o Governo e a Iniciativa Liberal dispõe de 22 minutos o da regularização dos chãos de melhoras.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar da IL.

Os tempos constam dos nossos painéis de controle: o PS, o Governo e a Iniciativa Liberal dispõem de 22 minutos, o PSD de 20 minutos, o CDS-PP de 14 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM de 12 minutos cada, o CHEGA e o PAN de 10 minutos e o Sr. Deputado Independente tem 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a apresentação da iniciativa.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O presente diploma foi apresentado, como alguns recordarão, naquela tribuna na data da sua apresentação, precisamente a 12 de janeiro deste ano.

Foi já amplamente debatido em sede de Comissão, onde todos aqueles que foram ouvidos, foram unânimes em concordar com o teor do diploma, o qual vem alterar, através de anteposta de lei, dado que se trata dum diploma que tem que ser aprovado na Assembleia da República, e que entretanto o Governo do Partido Socialista tinha aqui trazido em 2019 e que se prende com a regularização dos “chãos de melhoras”.

Problema que incide mais em alguns concelhos da ilha de São Miguel do que em outros concelhos dos Açores, mas pelo que apurámos ao longo das audições, também existe aqui e acolá este problema. Esta noção de proposta de lei basicamente vem alterar, em relação àquilo que está em vigor, vem alterar o regime de destaques previsto no Regulamento das Urbanizações, permitindo destaques no mesmo prédio, sem esperar pelo prazo de 10 anos.

Em nosso entender, este é um procedimento que vem facilitar bastante alguns dos casos que estão ainda por resolver, um pouco porque as câmaras municipais também não procederão aos necessários planos pormenor e, além disso, vem trazer também uma pequena alteração ou uma pequena novidade relativamente aos incentivos para a aquisição não só dos “chãos de melhoras”, como estava

previsto no diploma anterior, mas também permitir incentivos ou apoios aos proprietários do chão para aquisição de benfeitorias.

Parece-nos que, assim, fica garantida a equidade entre uns e outros. É um processo que não decorre da vontade de uns e de outros, porque se decorresse dessa vontade certamente já estavam todos resolvidos, é um processo que tem que dar entrada nos tribunais onde tem que ser resolvido. Mas *tout cour*, são estas as duas alterações que aqui trazemos, entretanto há uma substituição integral que tem a ver apenas com a entrada em vigor que não altera substancialmente o diploma.

É isto que nos apraz dizer sobre este diploma. este diploma. Tudo o resto já foi aqui dito e até debatido na altura.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de me pronunciar sobre o diploma em concreto, gostaria de perguntar ao proponente relativamente ao Artigo 9º - na questão dos incentivos - o que é que pretende exatamente e a quem pretendem conferir esses incentivos, para que nós possamos dar uma opinião mais cabal e avalizada sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Anteproposta que o partido Iniciativa Liberal nos apresenta “Primeira alteração à Lei n. 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico de regularização

dos “Chãos de Melhoras”, vem no seguimento daquela que é uma situação que se arrasta há séculos, do tempo dos Terratenentes, baseado no sistema feudal em que as grandes propriedades eram pertença de famílias do topo hierárquico social, onde permaneciam enormes contradições nas relações pessoais e de classe, com um sistema de exploração dos trabalhadores agrícolas que, ao longo dos tempos, perpetuou os privilégios da casta terratenente que sustentou o fascismo e o atraso social e económico endémicos das localidades, no nosso país.

Em 2019, na passada Legislatura, nesta mesma Casa, foi apresentada e debatida uma proposta que visava resolver as situações que persistem nos Açores e que envolvem as pessoas que construíram as suas habitações, nestes terrenos, de uma enorme ansiedade, com o receio de perderem as suas casas.

No entanto, a crónica falta de recursos humanos e técnicos nas câmaras municipais da nossa Região, não conseguiram, em tempo útil, proceder aos devidos planos de pormenor, o que torna o processo de regularização dos Chãos de Melhora, lento e de difícil resolução.

Portanto, no que concerne à alteração proposta para o artigo 6.º, nada temos a opor, uma vez que permitirá uma agilização do processo.

Relativamente à alteração do Artigo 9.º, que pretende colocar em letra da lei as benfeitorias como elegíveis ao regime de incentivos de apoio, não concordamos. E passo a explicar.

Como foi várias vezes abordado nas audições aquando da análise desta proposta, esta alteração pode levantar sérios problemas às pessoas que construíram a sua habitação permanente nestes terrenos.

Vejamos, o Direito à Habitação está consagrado na CRP; temos um grave problema de oferta de habitação, agravado pelo desinvestimento crónico num parque habitacional público; estamos num período auge de especulação imobiliária em que os preços praticados pelo mercado imobiliário são

incomportáveis para uma região marcada pela precaridade no trabalho e baseada na prática do ordenado mínimo.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a possibilidade de abrir esse regime de incentivos para a aquisição das benfeitorias aos proprietários dos terrenos, poderá representar na perda de habitações para um conjunto considerável de famílias nesta Região.

Além disso, e como foi referenciado pelo representante da ANAFRE, em Comissão, não nos podemos esquecer que estas situações ocorrem fora dos centros urbanos, localidades já por si marcadas pela baixa densidade demográfica, podendo acirrar o despovoamento, bem como a perda de postos de trabalho, uma vez que estes terrenos são utilizados, na sua maioria, para a agricultura e pecuária.

Não podemos simplesmente ignorar dois factos: o direito potestativo para a aquisição dos solos, por parte dos proprietários, já se encontra previsto em letra da lei e as pessoas detentoras destes terrenos têm, na sua maioria, melhor condição económica.

O que poderá acontecer com a aprovação desta alteração ao Artigo 9.º é a contribuição de decisores políticos para uma, ainda maior, injustiça social, acentuando a estratificação social no século XXI.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, esta é uma iniciativa que pretende corrigir algumas injustiças e, principalmente, agilizar processos.

Começando do início, todos sabemos que principalmente na ilha de São Miguel, do que vamos tendo conhecimento, do que nos dizem das pessoas que nos

procuram, sabendo que temos mecanismos para a resolver ou ajudar a resolver este problema, os “chãos de melhoras” tem sido de facto um assunto que se perpetua no tempo, noutras ilhas resolveu-se doutras formas, alguns concelhos – porque não podemos tratar de forma igual o que muitas vezes não é igual - algumas câmaras municipais têm tentado da forma que podem auxiliar neste tipo de processos, principalmente os donos das benfeitorias e o poder público deve servir efetivamente primeiro, para cuidar das pessoas com os mecanismos que a lei permitir.

O que se verifica, neste momento, e que já devia ter sido tratado há algum tempo, é que as próprias câmaras municipais muitas vezes têm que arranjar outros mecanismos que não proceder aos efetivos destacamentos aos planos de pormenor necessários e que, na atual lei, até bastante morosos, porque há um período em que só se pode fazer um destaque a cada 10 anos. Portanto, para 10 moradias ou para 10 benfeitorias, estaríamos a falar quase de 100 anos. Isto é incomportável em qualquer democracia.

O poder público deve, sim, analisar estes processos ao pormenor que eles exigem e pôr-se de facto ao lado das pessoas facilitando, não só neste caso os municípios, mas também quem vive todos os dias, ainda com processos destes na sua casa que muitas vezes é uma habitação permanente, na maioria das vezes é uma habitação permanente, de famílias que muitas vezes recebem comunicação do proprietário a dizer que a situação tem que se resolver. O facto é que estas famílias têm entrado em quase pânico, porque não têm como se defender, a não ser através do atual sistema de incentivos em vigor, aprovado, e bem, como disse a Sra. Deputada Alexandra Manes aqui nesta Casa em 2019.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação às câmaras municipais, ao ponto que diz respeito à agilização destes processos, concordamos naturalmente com ele e achamos que

da forma mais célere que se puder resolver de uma vez por todas este problema nos Açores, tanto melhor e assim será, da nossa parte assim será. Contudo, não podemos ter a mesma análise em relação ao Artigo 9º, porque achamos também que primeiro devemos perceber quem são estas pessoas, onde é que elas estão, se as habitações são permanentes, se não são, e fazer um levantamento rigoroso sobre a situação de cada família que vive nestes termos. E, portanto, abrir os dois sistemas de incentivos em simultâneo, parece-nos perigoso e a proposta que deixamos, então, a nossa, aliás, é que se faça a agilização destes processos, um levantamento rigoroso em que vivem estas famílias em relação às suas habitações e o poder público também tem que servir para tranquilizá-las, para acalmá-las no sentido de que nunca perderão a sua casa, fonte do seu trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E reparem, como toda a gente sabe aqui dentro, estas famílias para terem aquelas casas, nem sequer puderam ter crédito bancário, portanto, todas aquelas casas são fruto de muito trabalho e de muito suor destas pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Devemos primeiro cuidar destas e depois então, numa outra fase, mais à frente quem sabe, regularizar, a outra parte dos terrenos.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa aguarda inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Da parte do CHEGA, iremos aprovar esta proposta, até porque vimos esta realidade ainda há muito pouco tempo numa das freguesias de São Miguel – as Sete Cidades, tal como existe também noutros locais. Achamos que temos que ultrapassar este problema e já é tempo de o fazer o quanto antes.

Por isso, temos aqui a aprovação do CHEGA.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não havendo mais inscrições e apesar de, em sede de Comissão, já ter esclarecido a maior parte destas dúvidas, em primeiro lugar, quero dirigir-me honrosamente ao Sr. Deputado João Vasco Costa - é sempre um prazer debater consigo como me fiz ao longo das nossas vidas, também aqui nesta Casa é um prazer - para esclarecer naquilo que concerne ao Artigo 9º, e também para chegar ao problema ideológico do Bloco de Esquerda que coloca dúvidas sobre este assunto, gostaria de dizer que, desde logo, está garantido pelo direito potestativo, que adquirem as benfeitorias, ou o inverso, aquele que for detentor de maior valor patrimonial. E aí não está em causa que o que se pretende seja posto em causa neste Artigo 9º.

A Sra. Deputada Sabrina Furtado disse, e bem, que a maioria destas casas são habitação permanente, para no fim, justificar o voto contra do Partido Social Democrata, dizendo que isto põe em causa as pessoas e que é preciso fazer (mais) um trabalho aturado para avaliar de quem são as casas, para que é que elas servem e *aqui d'el rei* que as pessoas vão ficar sem casa.

Ora, este é um diploma cuja alteração que nós aqui trazemos, vem precisamente resolver aquelas questões que o primeiro diploma - como já disse várias vezes -

em boa hora o Governo do Partido Socialista, então em 2019 aqui trouxe, mas que não resolveu na totalidade, precisamente por causa desse processo moroso que obrigava as câmaras municipais a fazerem planos de pormenor e a identificar as parcelas e as situações.

Ora, casos - penso que na Comissão até citei um caso da freguesia do Cabouco, mas há outros – em que as benfeitorias estão abandonadas há muitos anos, não servem para habitação permanente, nem sequer para habitação de férias, e que os seus proprietários (dos terrenos) não conseguem adquirir as benfeitorias, porque também não têm condições económicas para o fazer. Ora, esta via obviava a esses problemas.

Mais há, casos em que as benfeitorias realizadas nos terrenos destes *malévolos senhores* tiranos dos Séculos XVIII e XIX, estão transformadas em grandes casas de veraneio em zonas expostas ao mar, em zonas nobres, como por exemplo a freguesia dos Mosteiros, em que os seus proprietários já nada têm a ver com os supostos *explorados* pelos senhores terratenentes de então, que – veja-se! – eram tão maus que davam o chão aos seus trabalhadores para construírem as suas casas. Veja-se só!

Deputada Alexandra Manes (BE): Ah tão bonzinhos que eles eram!

O Orador: Aliás, é sempre de atirar roqueiras, quando se ouve o Bloco de Esquerda falar desses assuntos, como se fosse comparável aquilo que se passava nos Açores nos séculos XVIII e XIX com aquilo que se passa nos Açores hoje, mas enfim!

Deputado António Lima (BE): Era uma maravilha!

O Orador: É a demagogia de alguma esquerda que gosta de trazer para aqui estes assuntos.

Deputada Alexandra Manes (BE): É a História!

O Orador: Ora, no nosso entender não alterar este diploma com este artigo, é fazer aquilo que dizia Don **Fabrizio, Príncipe de Salina**: “é mudar alguma

coisa para que tudo fique na mesma”.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Feita a explicação que, no fundo, não explicou grande coisa, mas foi uma tentativa e eu agradeço em nome do Partido Socialista que o tenha feito, gostaria de dizer que a correção das injustiças, como dizia a Sra. Deputada Sabrina Furtado, é uma coisa que já aconteceu quando foi feita esta lei e, de facto, as câmaras depararam-se com impossibilidades de resolução do problema por falta de agilização e, por isso, nós entendemos que este diploma trazido pela Iniciativa Liberal faz sentido para desburocratizar e para facilitar a resolução desses problemas que são muito antigos e realmente é uma ajuda importante para as pessoas resolverem os seus problemas e estamos perfeitamente de acordo consigo. Daí quererem dizer que essas injustiças já procuraram ser resolvidas com o diploma anterior. Foi só isso.

Depois, feito o esclarecimento que não esclareceu grande coisa, pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, nós não podemos concordar que se estenda o regime de incentivos aos proprietários, porque o exemplo que deu do Cabouco pode ser replicado noutros exemplos noutros locais em que uma única pessoa é dona do terreno todo e é pouco crível, ou pelo menos não é muito aceitável, que não tenham condições para a das propriedades para essas benfeitorias.

Portanto, nós votaremos favoravelmente ao Artigo 6º da sua proposta, votaremos contra o Artigo 9º da sua proposta e em votação final, o Partido Socialista abster-se-á na votação, exatamente porque a Iniciativa Liberal quando apresentou uma proposta de substituição integral, nós acreditámos que pudesse vir daí a correção a este Artigo 9º, mas não, foi apenas a questão da

entrada imediata após publicação. E, portanto, para nós é assim que funciona e é assim que faremos.

Penso que a Iniciativa Liberal certamente perceberá, sem qualquer ponta de demagogia ou adjetivação que queira dar, uma posição perfeitamente aceitável e racional até, porque a outra não é muito.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada. Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra novamente, porque o Sr. Deputado Nuno Barata referiu-se a mim como alguém que vinha aqui justificar uma coisa com outra.

Sr. Deputado, eu não sou mulher de meias palavras, nunca fui e não vou começar agora.

O voto do PSD é tão claro quanto isto:

Votaremos a favor deste diploma, da agilização de todos estes processos e para quem nos ouve lá em casa, não podemos concordar com o Artigo 9º - e a democracia é assim, às vezes a gente concorda, às vezes a gente não concorda. Não podemos concordar, para quem nos ouve perceber, que os donos dos terrenos também recebam apoio público para comprar as casas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Achamos que todos os processos de donos das casas devem ter prevalência, devem ter uma análise pormenorizada, para que possamos saber quem são estas famílias, tranquilizá-las e continuar a usufruir do sistema de incentivos, esse sim público, que existe.

Portanto, os donos das casas poderem, como podem hoje, adquirir os terrenos, sim senhor. Os donos dos terrenos poderem, a partir de hoje, com dinheiro público, adquirir as habitações destas pessoas, não senhor.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à posição do PPM sobre esta matéria, a nossa posição é de que de forma nenhuma vamos votar favoravelmente ou abster-nos e, portanto, viabilizar à mesma como o Partido Socialista pretende, viabilizar um diploma que inverte completamente a filosofia da criação desta legislação, é que os proprietários dos terrenos possam adquirir as benfeitorias e tenham um apoio da RAA nesse sentido. E, portanto, perpetuando assim, ou tentando restabelecer, o sistema de terratenentes que foi desmantelado no âmbito da criação da Região.

Portanto, da nossa parte, da parte do PPM, não vamos apoiar nunca uma legislação que cria, por via deste Artigo 9º, que cria este tipo de inversão absoluta daquilo que se pretende com a criação desta legislação. Agora, pelo que eu vejo, ou percebi mal...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Percebeu muito mal.

O Orador: ...ou então não percebo que o Partido Socialista, mesmo com o Artigo 9º, viabilize através da abstenção, o diploma em causa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, bem lembrado!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(Apartes inaudíveis trocados entre os Deputados Vasco Cordeiro, João Bruto da Costa e Paulo Estêvão)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já veremos quem vota a favor e quem vota contra.

Ainda não estamos na votação, por isso permitam que o Sr. Deputado Pedro Pinto use da palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa que a Iniciativa Liberal nos traz, isto é uma espécie de *Cavalo de Tróia* vestido de uma capa de bonomia - para usar um termo que o Sr. Deputado muito gosta – porque tem aqui o (alteração) tal Artigo 9º, onde, caso seja aprovado, fica prevista a possibilidade dos proprietários dos terrenos receberem financiamento público para adquirirem as chamadas benfeitorias, ou seja, as casas que estão implantadas nos seus terrenos.

Ora, os proprietários já têm, por via legal, essa possibilidade.

O que não podemos admitir e aceitar e, portanto, não tem a nossa concordância, é financiar com dinheiros públicos os proprietários para adquirirem as casas. E, portanto, do ponto de vista daquilo que vai ser a votação do CDS neste diploma, é muito claro: não vamos aprovar a alteração ao Artigo 9º.

Nós estamos aqui para dar o contributo necessário e possível para facilitar a vida às pessoas e, portanto, o diploma que nos é apresentado vem simplificar uma data de processos que já percebemos durante 2 anos não funcionaram, estando o sistema bloqueado.

Com esta iniciativa de alteração, há uma tentativa de desbloquear o processo, de facilitar a aquisição dos terrenos por parte dos proprietários das casas, e bem, não estamos aqui para criar mais um problema social, nós estamos aqui é para resolver os problemas sociais. Mas o Artigo 9º que a Iniciativa Liberal nos apresenta é um perigo, porque, a ser aprovado, vai criar, ou pode criar, graves problemas sociais, nomeadamente na ilha de São Miguel. E isso não vamos aceitar.

Assim sendo, esta é a posição dogmática, a posição política do CDS em relação a esta iniciativa apresentada pela Iniciativa Liberal.

Para remate nesta primeira intervenção sobre este assunto, dizer que para um partido que constantemente nos faz lembrar, ou tenta recordar-nos, de que é a favor da livre iniciativa e do mercado, devo dizer-lhe, Sr. Deputado Nuno Barata, que esta iniciativa tem muito de comunista.

Portanto, V. Exa. é um liberal de esquerda, porque quer financiar com dinheiros públicos o mercado.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor é um ignorante!

O Orador: Veja lá, Sr. Deputado, onde é que se posiciona no espectro político...

Deputado Nuno Barata (IL): É no liberalismo.

O Orador: ... sim, mas que liberalismo é esse?

Isso parece ser um liberalismo *à comunista*, isto é, o mercado, funciona com financiamento público.

Deputado Nuno Barata (IL): Estou no liberalismo anticomunista!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado Nuno Barata, com esta alteração que propõe ao Artigo 9º, caiu lhe a máscara.

Deputado Nuno Barata (IL): Não caiu!!

Os senhores andam desde o princípio da Legislatura a dizer isso!

O Orador: Afinal, V. Exa. não é tão de direita como costuma dizer! Para concluir, esta iniciativa tem aspetos positivos e tem um aspeto negativo que é o Artigo 9º que, se depender de nós, não vai passar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa apresentada pela Iniciativa Liberal e que agora discutimos, versa, como sabem as Sras. e Srs. Deputados, sobre um problema secular e complexo, cuja resolução é de facto difícil e que tem gerado situações de injustiça social em todos os concelhos da ilha de São Miguel mas, sobretudo, no concelho de Ponta Delgada.

Na anterior Legislatura foi aprovada neste Parlamento uma anteproposta de lei que tinha por objetivo contribuir para a regularização dos “chãos de melhora” e que, com a aprovação na Assembleia da República, resultou na Lei nº 72/2019, de 2 de setembro que veio estabelecer então o regime jurídico de regularização dos “chãos de melhora” mediante a criação dum mecanismo de *direito potestativo temporário* para aquisição do solo ou da habitação por parte do proprietário que tiver a componente de maior valor patrimonial.

Ora, no âmbito desta lei, ficou definido que as câmaras municipais dispunham de 2 anos para realizar os planos de pormenor, no sentido de permitir a regularização urbanística destas habitações e que nos casos em que isso não

fosse possível, atendendo à exiguidade do número de habitações em determinadas localidades, poder-se-ia recorrer a outros mecanismos de regularização de obras, como aqueles que se referem às obras de génese ilegal ou à regularização extraordinária de edificações, de acordo com aquilo que está previsto no Regime Jurídico de Urbanização e de Edificação.

A questão é que passados mais de 2 anos, e mesmo com a disponibilidade por parte do Governo Regional para assumir os custos com essas operações, o que é facto é que nenhum dos municípios realizou os respetivos planos de pormenor e isso determinou o insucesso que estava patente nesta Lei que foi criada para agilizar a regularização dos “chãos de melhora”.

A Lei previa também que nos restantes casos, pudessem ser implementadas soluções quando não se justificasse a implementação dos planos de pormenor. O que é facto é que na ausência dos planos de pormenor, o sucesso de todo processo falhou e, por isso, é fundamental que se possam encontrar agora novas soluções que sejam mais flexíveis, mais operacionais, no sentido de garantir, do ponto de vista do aperfeiçoamento urbanístico, a propriedade plena, bem como o direito à habitação, como já foi aqui dito e, naturalmente, constitucionalmente consagrado, corrigindo também as situações de precariedade e de injustiça social. Até porque, Sras. e Srs. Deputados, como sabem, os problemas e os constrangimentos que se verificaram e que levaram a que as câmaras municipais não fizessem os planos de pormenor, não são problemas do passado, não são problemas que estejam ultrapassados e não se prevê que possam ser ultrapassados, pelo menos num futuro próximo, ou com a necessária brevidade e que estão relacionados com a dificuldade técnica na produção de cartografia de pormenor homologada à escala de um para 2000, com o desconhecimento das áreas a abranger por estes planos de pormenor, com uma acentuada dispersão das habitações em determinadas freguesias e também com a falta de informação concretamente em relação à quantidade de habitações e também

informação em relação aos proprietários dessas habitações. E, neste contexto, como solução alternativa, esta iniciativa apresentada pela Iniciativa Liberal, vem propor que na ausência dos planos de pormenor, se possa adotar os mecanismos legais de regularização de obras de génese ilegal, ou de regularização extraordinária de habitações, não apenas para os casos onde não é possível fazer planos de pormenor, mas para todos os casos de “chãos de melhoras” para efeitos do exercício do direito potestativo de aquisição, ficando, nestes casos, dispensados do ónus do não fracionamento de 10 anos tal como está previsto no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

Há, no entanto, relativamente à proposta de alteração do Artigo 9º da Lei nº. 72/2019, onde é proposto o alargamento dos apoios por parte do Governo Regional, também aos casos de aquisição da benfeitoria por parte dos proprietários dos terrenos (quando o valor do terreno é superior ao valor da benfeitoria), de facto, no entender do Governo Regional isso não se justifica. E, desde logo, porque os problemas e os constrangimentos verificados na realização dos planos de pormenor não têm que ver com alguma insuficiência no regime de apoios que foi criado através da Resolução do Conselho de Governo nº. 51, de 2020, mas prendem-se, sim, com a ausência dos planos de pormenor por parte das câmaras municipais. Mas não concordamos também com essa proposta, sobretudo, porque entendemos que esta medida seria contraproducente e incompatível com os objetivos do Governo Regional, no sentido de, progressivamente, fomentar a habitação e o direito à habitação condigna com propriedade plena, eliminando situações de precariedade em que muitas famílias já se encontram.

Neste sentido, entendemos que apoiar também a aquisição das benfeitorias por parte dos proprietários dos terrenos seria aumentar o risco de deixar famílias sem habitação, numa situação de ainda maior fragilidade do que aquela em que muitas vezes essas famílias já se encontram. E, portanto, isso seria um sinal

contrário e prejudicial a este desiderato, o que seria inaceitável, ainda para mais com recurso a apoios públicos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar no debate, para pedir dois esclarecimentos ao proponente.

O primeiro tem a ver com a eliminação do n.º 4 do Artigo 3.º. No fundo, pela leitura que fazemos, sobretudo se conjugado com a alteração proposta n.º 3 do Artigo 6.º, o que isso conduzirá é à existência de um regime completamente diferente.

O que é que eu quero dizer com isto?

Quer dizer que nos casos de planos, nos casos em que o processo decorre normalmente, acaba em 10 anos; nos casos em que o processo recorre a regularizações extraordinárias, o processo decorre. A eliminação do n.º 4 e este n.º 3 conduzem a isso.

Por isso, gostava que o proponente me esclarecesse qual a razão dessa opção? Aliás, é nestas matérias que me parece que este diploma tem verdadeiramente um impacto e não propriamente na questão dos apoios, independentemente de concordarmos ou discordarmos deles, porque aí é que se mexe claramente com as possibilidades que os proprietários das benfeitorias ou os proprietários dos

terrenos têm de resolver essa situação e não propriamente na questão dos apoios, embora possamos sempre discutir se eles são ou não importantes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa, Sr. Presidente, mas os pedidos de esclarecimento são tantos que eu tenho que visitar o diploma (já foi há 1 ano).

No caso do Sr. Deputado Vasco Cordeiro - e vou começar pelo fim – eu devo dizer que no nosso entender, perante esta alteração, não faz sentido perpetuar no tempo estas medidas. E é só por isso que fizemos cair este n.º.4, porque acreditamos que com a agilização desses processos, e sabemos por trabalho feito no terreno que grande parte desses problemas estão emperrados precisamente porque não se consegue fazer os destaques, ou porque as benfeitorias já não são nem casas de habitação, nem casas de férias - porque essas questões estão quase todas já resolvidas, os problemas que estão por resolver são precisamente aqueles em que os proprietários não têm dinheiro para adquirir a benfeitoria, ou a benfeitoria hoje é uma ruína, é uma cabana, é um barraco, já não serve senão da atafona, ou seja, são estes casos que estão por resolver; todos os outros em que houve interesse dos proprietários das benfeitorias em adquirir os terrenos, esses problemas foram resolvidos quase todos e aqueles que não foram resolvidos, é porque não há acordo entre o proprietário dos terrenos e as benfeitorias; aí o proprietário das benfeitorias tem sempre o direito de recorrer aos tribunais, aliás é o que esta Lei prevê, para forçar – digamos – o proprietário dos terrenos a vender. Proprietários, esses,

que muitas vezes são economicamente mais debilitados do que o que o proprietário das benfeitorias.

Em relação ao n.º 3 do Artigo 6.º, pois este aqui é, em nosso entender, um daqueles casos que vem desburocratizar o atual diploma, vem facilitar casos em que, como disse e bem a Sra. Deputada Sabrina Furtado, existem 10 casas na beira duma estrada que em tempos até era servidão duma propriedade única, foi transformada em estrada regional ou municipal – as casas que estão ali são 10 – e para se proceder ao destaque, dado que estão as 10 casas em cima do mesmo terreno, só se proceder ao destaque a cada 10 anos; ou então proceder a 10 loteamentos, sendo que o atual diploma que prevê esses loteamentos obriga, por exemplo, à criação de mais estacionamento e às vezes não há sequer lugar para isso, há um conjunto de burocracias que, entretanto - algumas boas, outras más - foram criadas e que não permite essa regularização. Ora este artigo vem permitir precisamente que esses destaques sejam feitos com maior celeridade e facilitação.

Há, de facto, aqui um conjunto de situações que são muito mais vastas do que a simples regularização de habitação própria.

Há aqui um conjunto de situações que tal como já disse várias vezes, não estão devidamente identificadas e não me parece que o debate que está aqui hoje a ser feito, venha no sentido de os clarificar.

Por outro lado, ainda queria aqui dizer uma coisa ao Sr. Deputado Pedro Pinto do CDS-PP.

Desde o início da Legislatura que há nesta Câmara uma tentativa de dizer ao povo dos Açores, mais uma mentira, aliás é uma coisa que é muito costume, dizer mentiras ao povo dos Açores, repeti-las, até que o povo dos Açores acredite que é verdade, que o Sr. Deputado Nuno Barata não é um liberal.

Deputado Carlos Silva (PS): A sério?!

O Orador: E então recorre-se a coisas como esta, para dizer que o Sr. Deputado Nuno Barata não é liberal.

Isso demonstra, no caso agora em preço, ignorância em relação ao liberalismo.

Sr. Deputado Pedro Pinto, deixe-me que lhe diga, o liberalismo, não é só o mercado. O liberalismo assenta numa premissa que, logo à cabeça, está aqui bem clara neste diploma – o direito à propriedade privada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Essa não foi a minha crítica!

Deputado Pedro Neves (PAN): Já dizia o *liberal* Karl Marx.

O Orador: De entre todos os pensadores liberais, John Locke dizia que este era um dos princípios fundamentais e, aliás, mesmo os contratualistas mais...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso que está em causa.

O Orador: ... diria, estatistas como Hobbes, defendiam o direito à propriedade privada. E, portanto, é liberal defender a propriedade privada, assim como é liberal, garantir que uns e outros, têm acesso aos mesmos mecanismos para protegerem a sua propriedade.

É aí que reside o seu engulho, mas eu não tenho engulho nenhum. Para mim, os proprietários não são todos maus e os donos das benfeitorias não são todos bons. Para mim, todos têm o direito a proteger **a sua** propriedade, seja ela uma benfeitoria, seja ela um terreno onde está instalada. Para mim, para os liberais, é assim que vemos a sociedade, é com equidade. E tenho muita pena que o partido ao qual já pertenci e ao que o senhor continua a pertencer, e que em tempos defendeu o direito à propriedade privada...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E continua a defender. A crítica foi ao subsídio e V. Exa. foge ao subsídio.

O Orador: ... se tenha associado aos comunistas do Bloco de Esquerda neste debate!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aqui citei Il Gattopardo e Don Fabrizio de Salinas, mas ainda há mais uma coisa a dizer, citarei a Bíblia:

“Perdoai-os, Senhor, porque não sabem o que fazem”.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então o senhor tem que ver a distribuição dos bens na Terra!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Agradeço as suas explicações, mas acho que é necessário, pelo menos da minha parte ficarei bastante mais descansado, dar de viva-voz nota daquilo que esta proposta faz.

Em parte, ela pretende resolver um problema, e aí já foi dito que da parte do Partido Socialista isso não nos levanta qualquer questão, mas é preciso ter atenção que há outras três componentes de alterações que a proposta faz e que julgo necessitamos todos, obviamente, de ter a consciência – como certamente temos - daquilo que está a acontecer. E o que está a acontecer é o seguinte:

Em primeiro lugar, o que a proposta faz é dizer que quando não for possível fazer planos de pormenor, aplica-se os mecanismos de regularização extraordinária. Esta é uma das coisas que faz; a parte da exiguidade já vinha da lei anterior.

Segundo, o que a proposta faz, é dizer que o prazo para a aquisição das habitações, portanto, o prazo do direito potestativo, quando todo o processo esteja normal, ou seja, que haja um plano de pormenor, são 10 anos. Chegado ao fim de 10 anos, acabou. E essa é uma diferença substancial em relação ao que está no diploma atual, porque o que faz o diploma atual é dizer, enquanto não houver um plano pormenor há condição suspensiva do prazo. Mas mais, o

que a Iniciativa Liberal faz é dizer que há uma situação em relação à qual deixa de haver contagem de prazo, só nessa situação é que deixa de haver contagem de prazo, isto é, quando houver regularizações extraordinárias.

Ou seja, penso que o efeito conjugado de tudo isto subverte por completo aquilo que é a opção do diploma.

Qual era a opção do diploma inicial?

Era privilegiar as situações em que as câmaras municipais tinham que fazer um plano pormenor, tinham 2 anos para isso, era um prazo indicativo porque não tem consequência associada, e tanto não tem, que se cria a condição suspensiva da existência do direito potestativo e, portanto, quando o processo decorresse da forma como deve decorrer, o prazo poderia prolongar-se; quando o processo não decorresse da forma como devia decorrer, ou seja, quando não houvesse plano de pormenor, ou no caso das regularizações extraordinárias, 10 anos e ponto final, acabava. O que se faz agora é inverter completamente a situação.

Não há qualquer incentivo, de acordo com essa proposta, para que o processo decorra nos termos de um plano de pormenor, porque, então, se a pessoa que recorrer ao plano de pormenor fica fechada ao fim de 10 anos, mas se for pelo mecanismo de regularização extraordinária, pode fazê-lo *ad eternum*, por que razão é que há-de recorrer a um plano de pormenor?

Por que razão é que as câmaras municipais hão-de fazer o esforço de recorrer ao plano de pormenor?

(Aparte inaudível do Deputado Nuno Barata)

O Orador: É isso que a proposta faz.

Se é intenção da proposta fazer isso ou não, isso aí eu já não sei, porque o senhor é que é o autor da proposta. Mas é isso que ela faz, ela subverte, por completo, ao eliminar a condição suspensiva do prazo nos casos em que há

plano pormenor e ao criar a inexistência de prazo quando há regularizações extraordinárias, o que ela faz é subverter por completo aquilo que é o mecanismo que estava criado inicialmente.

Isso não significa discordância, como bem referiu o Sr. Deputado João Vasco Costa, quanto ao incluir a questão dos planos de pormenor no mecanismo de regularização extraordinária.

Mas há um aspeto em que eu discordo daquilo que o Sr. Secretário diz, tudo isto não prova o insucesso da fórmula da lei. O que prova é a incapacidade das câmaras municipais, mesmo sendo o Governo Regional a pagar a elaboração dos plano de pormenor...

Deputado Nuno Barata (IL): Mas foi isso que eu lhe quis dizer!

O Orador: Pronto, mas não disse. Então fica claro, pelo menos no meu entendimento, como estava a dizer, mesmo sendo o Governo Regional a pagar os planos de pormenor (já pagava antes e continua), fazerem isso da forma como deve ser feito.

Mas Sr. Deputado Nuno Barata, julgo que esta inversão completa - alguns diriam *inversão de 360°*, eu não direi tanto, direi só de 180° - da solução que a Lei preconiza, quanto à questão dos prazos, eu acho que merece mais uma explicação.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(* **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata: Muito obrigado pela lição sobre o liberalismo, mas a minha crítica foi muito objetiva, a crítica foi: no Artigo 9º o senhor quer alterar a lei para usar dinheiros públicos para financiar a aquisição das casas, subsidiar os proprietários dos

terrenos para eles comprarem as casas. Esta foi a crítica que eu lhe fiz. E não fui o único a criticar esse aspeto da sua proposta. Em relação a essa crítica, o senhor nada disse.

Portanto, ficamos a perceber que o seu liberalismo é tão bom na razão direta dos subsídios públicos, ou seja, mercado onde andas?

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

A cada intervenção de V. Exa. aumenta a minha perplexidade em relação à sua posição.

Então se acha que subverte o diploma em relação às suas finalidades e em relação aos seus mecanismos, continua a querer viabilizar o diploma através da votação final global, em que foi anunciado que se iria abster?

Deputado João Bruto da Costa (PS): É verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PSD): E qual é o problema?!

O Orador: Qual é o problema?!

Se V. Exa. está a demonizar as alterações que são introduzidas pela Iniciativa Liberal, faz o número de Pilatos e *lava as mãos*.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor quando se abstém *lava as mãos*?

O Orador: Sim, isto é mau, subverte, cria um conjunto de desigualdades, mas eu, Pôncio Pilates lavo as mãos em relação a estas consequências, podendo impedir que – como V. Exa. aqui denunciou – estas situações sejam consagradas na lei. É isto que eu vejo que não há uma congruência em relação à sua posição, às críticas que fez, às dúvidas que levantou e àquelas que são as consequências que V. Exa. antecipa. E antecipando essas consequências e sinalizando estas questões, V. Exa. continua a manter aquele princípio de

Pôncio Pilatos de *lavo as minhas mãos*, apesar de aqui ter avisado sobre todas estas alterações nefastas, mas não vota contra, abstém-se.

Isto é sustentável, Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Não é.

Depois diz V. Exa, “bom em relação aos outros princípios”, oiça, em relação aos outros princípios, Sr. Deputado, o senhor acha bem que os proprietários possam receber um subsídio da Região para adquirir as benfeitorias?!

V. Exa. acha que isto não é importante?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas isso não é a parte importante do diploma.

O Orador: V. Exa. não acha que isto é um liberalismo muito especial? – veja bem qual é o liberalismo dos proprietários receberem um subsídio da Região Autónoma dos Açores para adquirir as benfeitorias?!

Não acha que isto é subverter completamente o sistema?!

Eu digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: da parte do PPM – V. Exa. sabe que eu sou de história – fazendo a análise do papel da criação da nossa autonomia, há uma coisa que é fundamental, há vários pontos que nós podemos destacar na ponto de vista da criação da nossa Região e da autonomia dos Açores, mas há uma que é fundamental, que foi a destruição do poder dos terratenentes na ilha de São Miguel; quando doze ou treze famílias dominavam aquela ilha e eternizaram uma ordem feudal.

É isto que está em causa, é uma questão de princípio também e é uma questão de justiça. E não é por acaso que na vossa iniciativa apresentada na Legislatura anterior, não estava lá que não se contemplava essa oportunidade, que os proprietários podiam receber um apoio da Região Autónoma dos Açores para adquirir as benfeitorias. Não é por acaso que não estava na vossa proposta. E eu não percebo porque é que V. Exa. considera que com todos os pontos que

referenciou anteriormente e com este, mesmo assim, na votação final global, o Partido Socialista abstém-se.

Sr. Deputado, e os princípios? - pergunto-lhe. E os princípios?

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há ainda dois ou três esclarecimentos que era importante dar.

Por um lado, e depois desta intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, fica confirmado: a maioria dos Deputados do Parlamento dos Açores entende que todos os proprietários nos Açores são ricos e não precisam de apoios.

Lamento informar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas há proprietários nos Açores – proprietários de “chãos de melhoras” – que vivem do RSI e em casas de habitação social. Para que saiba. E não é um caso nem dois.

Sr. Deputado Pedro Pinto:

Esta não é uma questão de mercado, é uma questão de equidade, que é uma coisa bem diferente.

O senhor não queira pôr num diploma que tenta regularizar uma injustiça de séculos, questões de equidade, são questões de mercado. E aí, sim, há proprietários que pretendem adquirir ruínas e que não têm dinheiro para adquirir ruínas e que estão a viver miseravelmente, apesar de serem proprietários, até em zonas nobres da ilha de São Miguel. E daqui a pouco vamos discutir um outro diploma sobre o qual eu vou voltar a dizer que há muita ignorância em relação à realidade no terreno, quando se discute aqui, por isso citei a Bíblia há pouco – “perdoai-lhes, Senhor, porque eles não sabem o que fazem”.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Eu percebo a sua preocupação sobre a reversão do processo, até porque o senhor teve a *bonomia* - o tal adjetivo que o senhor deputado Pedro Pinto há porque usou e que eu gosto muito de usar – de criar um sistema em que o Governo Regional pagava às câmaras municipais para fazerem os tais planos de pormenor para se regularizar isso rapidamente em dois anos.

Eu diria que o senhor foi, enquanto Presidente do Governo Regional dos Açores, um pouco *naive*, o senhor acreditou que as câmaras iam conseguir, só que não conseguiram.

A preocupação que eu tenho é que as câmaras também não vão conseguir em dez, não vão conseguir, porque não querem fazer isso, não querem gastar os seus recursos, mesmo que o senhor pague, mesmo que a Região pague, as câmaras não querem resolver esse problema dos planos pormenor. Não querem, porque não têm interesse nenhum nisso. E esses planos de pormenor seriam importantíssimos até para o diploma que vamos discutir mais à frente e que tem a ver com as linhas de água. Esses planos de pormenor iriam encontrar muitas dessas benfeitorias e muitas destas coisas construídas em zonas que não deviam estar, em zonas que se calhar até teriam que ser regularizadas doutra forma. Mas como eu não acredito que as câmaras municipais procedam a esses planos de pormenor, mesmo que seja a Região a pagar, daí ter tirado deste diploma esta questão.

Deputado António Lima (BE): Não fazem os PDM's, quanto mais.

O Orador: Aliás, está a lembrar em aparte o Sr. Deputado António Lima – e bem! – que as câmaras municipais nem procedem à elaboração dos PDM's que lhes permitem recorrer a fundos comunitários, quanto mais a planos de pormenor que não lhes resolvem problema nenhum na sua gestão, resolvem problemas dos seus munícipes, dos seus fregueses, mas não resolvem os problemas da gestão e do forró, porque a maior parte das câmaras municipais

está preocupada em fazer obras como fontenários, umas rotundas, uns arranjinhos para continuarem a ganhar eleições. Por isso, é que eu aqui também disse, na altura, que era a vez dos munícipes perceberem a incompetência dos autarcas que tiveram e pagarem um pouco a fatura pelas escolhas que fizeram eleitoralmente, porque isto aqui tudo é um conjunto de pormenores que no fim nos dão o caminho certo ou o caminho errado.

Eu não acredito, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, como o senhor provavelmente hoje também já reconhecerá, que dois anos se calhar foi um prazo curto, que as câmaras consigam elaborar os planos de pormenor nos próximos 10 anos.

Por fim, dizer que estou de facto atónito com tamanhas preocupações em relação a este diploma e tamanhas dúvidas em relação a este diploma. Tiveram um ano para apresentar propostas de alteração ao Artigo 6º e ao Artigo 9º - Zero!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Eu também sou um dos culpados, porque tinha alterações a fazer ao Artigo 9º, apesar de concordar em absoluto com o espírito do legislador relativamente a esta iniciativa - uma anteproposta - para a Assembleia da República, mas temos dúvidas quanto ao Artigo 9º.

Tal como disse exatamente a Sra. Deputada Sabrina Furtado, e muito bem, para nós fazermos um levantamento e uma análise de quem vive nas casas e das necessidades dessas casas, também podemos fazer exatamente o contrário e, neste caso, ter um pensamento de igualdade, pois se calhar temos que fazer uma análise dos proprietários, se serão os senhores feudais que fizeram aquele acordo (feudal) na ilha de São Miguel - e aí concordo com o Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas será que existem algumas exceções relativamente a esses

proprietários e continuam a ser das famílias e dos grandes senhores feudais. Também deveríamos fazer esse levantamento, porque se calhar a necessidade também está do outro lado e poderíamos ver isso como uma igualdade e não ver só com uma medida fascista. E se calhar devemos ajudar os açorianos como um todo, em relação aos que necessitam, e não por uma por uma questão de avareza.

Por isso, nós temos dúvida não do espírito, mas sim da parte técnica e prática do que é que o Artigo 9º poderá levantar na realidade. Mas concordamos e achamos até que pode corrigir situações de injustiça social e que poderá acelerar processos que já deviam ter sido feitos. Por isso, nós concordamos com esta iniciativa que foi apresentada pelo IL.

Contudo, a alteração que nós queríamos fazer tinha mesmo a ver com as prioridades quanto a adquirir pelo proprietário as benfeitorias e nós temos dúvidas, por isso iremos votar contra, apesar de votarmos a favor na votação final global, se o Artigo 9º for abaixo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(* **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Senhor Deputado Vasco Cordeiro:

Depois de ouvir as suas dúvidas e as suas explanações - o senhor é jurista e eu não sou - apesar de obviamente poder ter a sua interpretação do que lê das alterações aqui propostas e nós efetivamente termos outra, ou até nalguns pontos convergentes.

O nosso conforto com o Artigo 6º, no nosso entendimento, no ponto 3, onde diz que “não se aplicando a regra do cumprimento dos 10 anos contados em cada destaque”, não diz “até” 10 anos. E, portanto, pode acontecer uma 10, 20, 30 no

espaço menor de 10 anos, ou até mais de 10 anos, se houver algumas dificuldades, como bem disse o Sr. Deputado Nuno Barata.

Portanto, estes processos deixam de ter a baliza temporal de 10 anos para se resolver um caso, ou seja, podem ser resolvidos mais casos dentro duma década, como até pode eventualmente arrastar-se conforme as dificuldades das câmaras municipais. É este o nosso entendimento e estamos confortáveis com isto e com a eliminação consequente do ponto 4 do Artigo 3º. Aceitamos, também, obviamente, a explicação do Sr. Deputado Nuno Barata a esse respeito e tinha que deixar esta nota à Câmara, referindo novamente que o nosso único ponto é de facto Artigo 9º, de resto, estamos confortáveis com o diploma, incluindo estes dois pontos que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro explanou.

Não posso também deixar de fazer aqui um pequeno apontamento em relação aos autarcas, pois creio que não se pode dizer “ai não fizeram os PDM’s, agora também não vão regularizar nem fazer planos de pormenor”.

Os nossos autarcas têm, efetivamente, como todos sabemos e sem qualquer tipo de hipocrisia nesta Casa, graves carências técnicas nas câmaras municipais. Mas isto não é do ano passado, não é de há dois anos, nem de há três ou 10 anos. Há graves carências técnicas nas nossas câmaras municipais. Mas também há aqueles autarcas que no que diz respeito especificamente a “chãos de melhoras”, se têm posto ao lado dos seus munícipes a tentar ajudar da forma como conseguem, a fazer estes destacamentos, os planos de pormenor, ou nem que seja a tranquilizar estas pessoas que às câmaras municipais se têm dirigido. Portanto, *perdoa-lhes que não sabem o que dizem*, é referir-se também aos autarcas dos Açores desta forma, os quais todos os dias tentam fazer o seu melhor para que os seus munícipes estejam bem.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso-me preocupado com o Sr. Deputado Paulo Estêvão por dois motivos:

Primeiro, porque o Sr. Deputado teve um ataque de marxismo-leninismo agora nas últimas horas, querendo ver nesta lei uma questão de luta de classes exacerbada em que de um lado estão os maus proprietários dos terrenos e, do outro lado, estão os bons proprietários das benfeitorias.

Não sei por que razão o Sr. Deputado sucumbiu a esse ataque repentino (e forte) de marxismo-leninismo, mas julgo que a realidade não é assim.

Em segundo lugar, estou preocupado porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão ao querer crucificar o Sr. Deputado Nuno Barata - remetendo -me para o papel de Pôncio Pilatos - veja lá que a si só lhe resta o papel de Barrabás nessa história.

Risos dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Nuno Barata

Também não fica muito bem na história.

Portanto, eu acho que o senhor está a *perder o pé* em relação a algumas destas questões. Mas falando agora a sério do ponto de vista prático o que é que significa esta alteração que é proposta, significa algo muito simples e que nos preocupa. É que de acordo com a lei que está em vigor feito um plano de pormenor, durante 10 anos teriam que ser resolvidas as situações a que ele está que ele se refere. Para dar um exemplo concreto, há um prédio que tem dez situações de benfeitorias, de acordo com o que está em vigor...

Deputado Nuno Barata (IL): De acordo com o que está em vigor, não se resolve.

O Orador: ... feito o plano de pormenor, há 10 anos para resolver aquelas 10 situações de benfeitorias. De acordo com a proposta do Sr. Deputado Nuno Barata para o n.º.3 do Artigo 6º, pode levar 100 anos para resolver para resolver aquelas situações, porque cada destaque pode acontecer em 10 anos. E isso é profundamente negativo para o que está a acontecer.

É necessário não esquecermos - e aí eu confesso-me também surpreendido com o Sr. Deputado Nuno Barata - que esta lei não é esta proposta do Deputado Nuno Barata, é a lei de 2019, é uma solução extraordinária porquê? Porque ela comprime e constrange um direito fundamental que é o direito de propriedade. Ela constrange o direito de propriedade, claro.

Então quando eu dou 10 anos e crio um mecanismo em que eu posso obrigar a vender, eu estou a constranger o direito de propriedade. E é por isso que se torna necessário estabelecer minimamente - a opção inicial foi fazê-lo com recurso à intervenção das câmaras municipais através dos planos de pormenor - limitar minimamente a solução destas situações. Ou dito de outra forma, limitar minimamente no tempo o constrangimento deste direito que é o direito propriedade.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor está a ser hábil.

O Orador: E é aí que eu me confesso surpreendido. É que se a lei que está atualmente em vigor já constrange o direito de propriedade, tomando como referência a questão do plano pormenor, a solução proposta pelo Sr. Deputado Nuno Barata constrange (ou pode constranger) durante muito mais tempo esse direito de propriedade. E é isso que me surpreende na proposta de um liberal, não propriamente se o senhor quer apoiar ou não quer apoiar...

Deputado Nuno Barata (IL): Os senhores só veem um lado.

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria, julgo que esta inversão completa...

Deputado Nuno Barata (IL): Por isso é que eu queria os dois mecanismos.

O Orador: Mas eu não estou a falar do mecanismo de apoio, nós não concordamos com o mecanismo de apoio dos proprietários, mas a questão principal aqui não é essa, na nossa leitura. A questão principal aqui é o que a proposta faz, ou seja, a inversão completa daquilo que é o procedimento.

Na nossa leitura, o diploma faz quatro coisas: equipara a inexistência de plano pormenor à regularização extraordinária; elimina a condição suspensiva do plano pormenor para o decurso dos 10 anos; acaba por retirar ou criar uma situação de inexistência de prazo quando existem regularizações extraordinárias no mesmo prédio; e cria os apoios para os proprietários.

São estas as quatro alterações fundamentais da lei que agora estamos a analisar.

O Partido Socialista já disse que em relação à questão da equiparação dos planos de pormenor, até é capaz de aceitar. Em relação às restantes, levantamos muito mais dúvidas, como tenho vindo a explicar. E gostava que esse assunto fosse efetivamente esmiuçado, porque o que acontece, segundo a proposta do IL, é no fundo para acomodar a inércia das câmaras municipais, ou as dificuldades das câmaras municipais, qual é o caminho?

Não é criar condições para que o processo decorra como deve decorrer de acordo com os planos de pormenor e tudo mais?

Não, a opção do Sr. Deputado Nuno Barata e da Iniciativa Liberal é vamos esquecer essa parte e vamos resolver isso de qualquer forma de outra maneira.

Deputado Nuno Barata (IL): É isso mesmo!

O Orador: Acho que não é efetivamente o caminho correto e, sobretudo, não é o caminho correto constranger e comprimir indefinidamente o direito à propriedade para acomodar essa dificuldade ou essa inércia das câmaras municipais, quer dos proprietários do terreno quer dos proprietários da benfeitoria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados do Governo:

Eu acho que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem muitos talentos, mas alegorias não são um dos seus talentos, na minha opinião.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É natural, eu compreendo que pense isso.

O Orador: Eu acusei-o de Pôncio Pilatos, porque contestando com tanta veemência o diploma apresentado pelo Sr. Deputado Nuno Barata, apesar de tudo, está disposto a viabilizá-lo. Por isso, o papel de Pôncio Pilatos cabe-lhe que nem uma luva. E penso que a alegoria está correta.

Agora diz V. Exa. que eu tenho aqui o papel de Barrabás.

Ora, para os mais esquecidos, Barrabás é o assassino que foi libertado...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Desculpe, dessa parte eu não me lembrava!

O Orador: ... em lugar de Jesus Cristo.

Pôncio Pilatos libertou Barrabás e não Jesus Cristo. E, portanto, o Sr. Deputado com esta alegoria, coloca-me aqui até na posição de defesa da honra, uma vez que eu não me lembro de ter cometido semelhante pecado, aliás o mais próximo, foi ter contribuído de forma decisiva para a *morte* do seu Governo.

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Só essa interpretação é que o salva de um voto de protesto, porque pode estar no subconsciente de V. Exa. esse propósito e finalmente também esse resultado em relação aos governos de V. Exa..

Eu quero dizer-lhe Sr. Deputado, que não tive aqui qualquer ataque de marxismo.

Eu não acredito nesta historieta do rendimento social de inserção dos proprietários, coitados, os proprietários dos terrenos onde se instalaram as benfeitorias. E V. Exa. sabe que não é essa a história.

Deputado Nuno Barata (IL): Ó Senhor Deputado, o senhor está tão enganado!

O Orador: A verdade é que em nenhuma situação se justifica, nem o mais ultraliberal pode defender. Então que liberalismo é este em que se pede o dinheiro da Região, o dinheiro público, para tudo e para todo o tipo de situações?

Que liberalismo é este em que se paga aos proprietários em vez de resolver o problema daqueles que detêm as benfeitorias?

Isto é inverter em absoluto o diploma que aqui foi apresentado há uns anos por parte do Partido Socialista. Tem a ver com justiça social que é defendida pela social-democracia, que é defendida pela democracia-cristã, tem a ver, sobretudo, com este conjunto de princípios.

O que eu estranho, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é que o senhor tenha agora esta visão em relação a esta matéria, porque eu sempre tive esta visão democrata-cristã.

O que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que nesta história, como em muitas outras, e termino, V. Exa. age por estratégia política.

Vi aqui muitas vezes V. Exa. tomar um posicionamento político em relação voto, não em relação às convicções, aos programas ou ao ideários.

Vejo muitas vezes tomar posições simplesmente estratégicas no âmbito da luta parlamentar. É isto que diminui perante quem vê o Parlamento, porque a sua decisão e dos seu Grupo Parlamentar nunca se baseia nos factos nem nos conteúdos. Baseia-se, sobretudo, nas opções táticas e estratégicas que V. Exa. aqui tem tomado.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Eu já aqui o vi tomar posições completamente contrárias, inclusivamente às que foram anunciadas previamente pelo seu Grupo Parlamentar.

Deputado Berto Messias (PS): O que o senhor dizia e escrevia uma semana antes das eleições!! Realmente... *vivendo e aprendendo!*

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas para uma pequena clarificação em relação a uma anotação que foi feita pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, poderei eventualmente me ter explicado mal, mas o que disse na minha intervenção inicial foi que, passados 2 anos, nenhuma das câmaras tinha realizado os planos de pormenor e o facto de o não terem feito, tinha determinado o insucesso no contributo que a legislação criada pretendia dar para a regularização dos “chãos de melhoras”. Foi isso que disse.

Aproveito, também, em relação à esta questão do n.º 4 do Artigo 3.º, para dizer que se houve coisa que esta iniciativa do IL traz, é definir que o processo de regularização dos “chãos de melhoras” não fica dependente, na maioria dos casos, da realização de planos de pormenor. Ou seja, é possível aplicar os mecanismos extraordinários de regularização a todos os casos e não apenas a alguns. Ora, se o processo já não está dependente da criação de planos de pormenor, também já não há necessidade de criar uma condição suspensiva até que comece a contar o prazo dos 10 anos. Ou seja, com esta eliminação, o prazo dos 10 anos começa a contar já, o que é muito diferente de andarmos indeterminadamente à espera da criação de planos de pormenor, para depois começar a contar os 10 anos.

É evidente que não sou jurista, mas ao contrário do que o Sr. Deputado disse, esta solução permite que a partir deste momento, ou da aprovação deste diploma, os prazos de 10 anos comecem a contar já, porque já não estão dependentes da criação de planos de pormenor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas podem-se prolongar indefinidamente.

O Orador: Se continuassem dependentes de realização de planos de pormenor, até poderíamos levar 10 ou 20 anos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): 100 anos!

O Orador: Por isso é que esta eliminação faz sentido e impõe-se.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Senhor Secretário Regional:

É importante clarificar esse aspeto: não é uma questão de divergência política, é uma questão de consequências das opções que são tomadas. E volto a repetir, nada melhor do que um exemplo concreto para se perceber a diferença, ou seja, o prazo de 10 anos começou a contar já há muito tempo, começou a contar desde 2019...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Não começou, não!

O Orador: ... só que na formulação atual tem uma condição suspensiva que é a existência dum plano de pormenor...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Que será eliminado agora.

O Orador: ... e nada como um caso prático para se perceber a diferença entre as duas situações: um prédio que tenha 10 benfeitorias, de acordo com a solução que está atualmente consagrada na lei, feito o plano de pormenor, há 10

anos para resolver as 10 benfeitorias e agora, de acordo com a proposta que é apresentada, pode levar até 100 anos...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Não, não!

O Orador: ... porque se regularizar cada um dos destaques, o prazo não conta – percebe? – e essa é a diferença. Um prédio com 10 benfeitorias pode levar 100 anos para resolver, sempre comprimindo o direito de propriedade dos titulares das benfeitorias e dos titulares do direito de propriedade do terreno.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (*PSD*): Obrigada Sr. Presidente, eu já tinha dito o que tinha a dizer, mas dada a insistência do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu tenho que pedir a palavra novamente. Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Pode ter a sua interpretação do que é aqui dito, não pode é afirmar que será o que **não vai ser** desta forma, porque isso assusta quem nos ouve. E o nosso papel aqui dentro não é assustar com interpretações que não são um facto, quem nos ouve lá fora. Podem ser feitas 10 regularizações em 10 anos, como podem ser feitas 40 regularizações em 5 anos, como podem ser feitas 100 regularizações em 25 anos.

O que acaba com esta proposta do Iniciativa Liberal e que nós acompanhamos – já disse qual é a nossa visão sobre todo o diploma - é acabar factualmente com a baliza temporal duma década para resolver um problema; pode-se resolver em 3, 4,5,6,7, 8 e garanto-lhe que sei contar até... ao infinito.

Portanto, não é essa a questão.

E com todo o respeito que tenho por si, o senhor tem que se habituar a não insistir 10 vezes na sua interpretação por ela ser correta para si, com toda a legitimidade...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh... da mesma maneira que a senhora está a defender a sua posição!

A Oradora: ... quando toda esta Casa lhe disse que tem uma interpretação completamente diferente da sua.

Portanto, para nós está muito bem esclarecido qual é o propósito deste ponto e eu já disse que estamos muito confortáveis em acabar com a baliza temporal duma década para resolver este problema. Pode ser mais, pode ser menos. Oxalá seja menos, mas eventualmente pode até ser mais, mas o facto é que vai poder fazer-se e isso é que conta.

Obrigada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para dizer que eliminando o nº. 4 do Artigo 3º, deixa de haver condição suspensiva, ou seja, os prazos começam a contar já. E temos 10 anos para a regularização de todos os casos que pode ser feita através dos mecanismos de regularização extraordinária. Não há dependência dos planos de pormenor.

Depois, com o nº. 3 do Artigo 6º, a proposta da Iniciativa Liberal, diz que “nos casos das regulações extraordinárias previstas no número anterior, serão permitidos novos destaques, não se aplicando a regra do cumprimento dos 10 anos contados entre cada destaque”.

E, portanto, se não se aplica esse ónus da não divisão a cada 10 anos, podem-se fazer os destaques todos que forem necessários durante um ano. Um prédio que tiver 10 habitações, pode ser dividido pelo número de vezes necessário, sem ter que ficar dependente desse prazo de 10 anos.

Não se aplica o prazo de 10 anos, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh senhor, mas a questão não é essa.

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Sabrina Furtado:

Eu não pretendo convencer ninguém de nada, muito menos quero ser causa de desconforto para V. Exa.

Agora, há uma coisa que é clara: o prazo de 10 anos, ou seja, esta solução prolonga mais este problema do que a solução anterior.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro, é isso.

O Orador: Porquê?

Porque antes os 10 anos contavam a partir de quando?

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Quando tivesse terminado o Plano Pormenor!

O Orador: Exatamente. Mas 10 anos após o plano de pormenor, tinham que se resolver todas as situações abrangidas pelo plano pormenor.

O que é que acontece de acordo com a solução pugnada pelo Iniciativa Liberal? Um prédio com 10 benfeitorias, de acordo com o nº.3 do Artigo 6º sexto, que é que acontece?

Tem que se resolver as 10 situações de benfeitorias destes prédios no prazo de 10 anos?

Não. Pode-se resolver as 10 situações num dia.

Deputado Nuno Barata (IL): Ah mas isso o senhor não disse!

O Orador: Pode-se!

Mas, Sr. Deputado Nuno Barata, também é ou não verdade que também pode levar 100 anos para resolver?!

Deputado Nuno Barata (IL): Mas pode levar um dia!

O Orador: Ao contrário do que acontece na solução que está atualmente. É que na solução que está atualmente, feito o plano de pormenor, as 10 situações desse tal prédio hipotético têm que se resolver no prazo de 10 anos, como também se podem resolver no prazo de 1 dia. Portanto, aí estamos iguais. Não há ganho nenhum.

Agora o que há é, de acordo com essa solução, é verdade que se pode resolver num prazo de 1 dia mas, ao contrário do que está atualmente, pode levar muito mais tempo, pode levar 100 anos. E essa é no fundo a questão da eliminação.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Não é eliminado o n.º 1 do Artigo 3.º. Portanto, o prazo para o exercício do direito potestativo será sempre de 10 anos, só que em vez de contar a partir do final da realização do plano pormenor, começa a contar a partir de agora, porque já não estamos dependentes da realização de um plano de pormenor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade.

O Orador: Portanto, o prazo mantém-se os 10 anos para o exercício do direito de aquisição, mantém-se porque está no n.º. 1, o qual não é eliminado, o que é eliminado é o n.º. 3 que elimina a condição suspensiva, ou seja, nós já não vamos ficar a aguardar pela conclusão dos planos de pormenor para começar a contar o prazo dos 10 anos, começa já. E como já não há o ónus da indivisibilidade e da impossibilidade de fazer destaque sem decorrer um prazo de 10 anos, eles podem ser feitos todos num dia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é assim.

O Orador: Era o que nós todos idealizávamos, apesar de sabermos que não expectável que isso aconteça. Mas o prazo do exercício do direito potestativo de aquisição será sempre de 10 anos, porque é o que está definido no n.º. 1 e esse não é alterado, o que é alterado é a condição suspensiva a que estava sujeita até à realização do plano de pormenor. E, portanto, o que o Sr. Deputado diz não corresponde à realidade.

Deputado João Vasco Costa (PS): Olha, olha!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

O senhor não tem razão.

Olhe para o que diz o n.º. 3 do Artigo 6.º.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Veja o que diz o n.º 1 do Artigo 3.º

O Orador: Oh senhor mas o n.º.1 do Artigo 3º fala de planos pormenor.

Então o que diz on.º.3 do Artigo 6º não é que “deixa de haver prazo de 10 anos entre cada destaque”?

Ó Sr. Secretário, vamos ver se a gente se entende aqui numa coisa. Essa proposta equipara a situação da ausência de planos de pormenor à situação

da pouca dimensão e, portanto, considera tudo como *regularizações extraordinárias*. E depois no n.º 3 o que diz é que “no caso de regularizações extraordinárias...”, o que é que isso quer dizer?

“Nos casos de ausência de plano pormenor e nos casos de dimensão reduzida...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Não, porque agora podem ser aplicados a todos!

O Orador: Ó Sr. Secretário, deixe-me terminar.

“...deixa de haver o prazo de 10 anos entre cada parcela”.

Portanto, pode-se resolver num dia, como se pode levar 100 anos num prédio com 10 parcelas.

O que é que dizia a solução anterior?

Feito um plano de pormenor, 10 anos para resolver o assunto das 10 parcelas.

Eu peço desculpa, Sr. Secretário, provavelmente a falha é minha, mas foi assim que eu aprendi a interpretar a lei.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

O senhor é que é jurista.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação.

Vamos votar a Anteposta de Lei n.º 16/XII, “primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – regime jurídico dos “chãos de melhora”.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Peço desculpa, mas o Sr. Deputado José Pacheco não votou, porque não estava na sala.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, solicito a repetição da votação.

Presidente: Podemos repetir a votação.

O Partido Socialista solicita a fundamentação do seu pedido.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Como?

Sr. Presidente só respondo a solicitações de V. Exa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E depois eu é que tenho a tática!

(Risos da Câmara)

Presidente: Vamos, então, votar na generalidade, a Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 16/XII foi aprovada, na votação na generalidade, com 1 voto a favor do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente, 24 votos de abstenção do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE e 1 do PPM.

(Pausa)

Secretário: Vou repetir o resultado da votação.

A Anteproposta de Lei n.º 16/XII foi aprovada, na votação na generalidade, com 1 voto a favor do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente, 1 voto contra do PPM, 24 votos de abstenção do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE.

Presidente: Iniciamos o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Não havendo, vamos iniciar a votação. Já percebi que vamos votar artigo a artigo.

Artigo 1º - As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 2º do diploma que altera os Artigos 3º, 6º e 9º da Lei nº. 72/9.

Começamos pela alteração ao Artigo 3º que elimina o nº. 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 24 votos contra do PS.

Presidente: Passamos à votação do Artigo 6º.

Vamos colocar, em primeiro lugar, à votação a alteração do nº. 2 do Artigo 3º da Lei nº. 72/19.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o nº. 3 que é um aditamento ao Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 24 votos contra do PS.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração ao Artigo 9º da Lei n.º 72/19.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM e 1 do PAN, 1 voto a favor do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente

Presidente: Votamos agora o Artigo 2º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o Artigo 2º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 2º foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 24 abstenções do PS.

Presidente: Votamos agora o Artigo 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei nº. 16/XII foi aprovada, em votação final global, com 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está assim encerrado o ponto 3 da nossa agenda.

Avançamos para o ponto 4.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo de meia hora.

Presidente: Regressamos às 17h10.

Eram 16 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Vamos entrar no ponto 4 da nossa agenda, o **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 60/XII** – “Comparticipação de despesas na aquisição de produtos ou serviços médico-veterinários”.

É uma iniciativa apresentada pelo PAN.

Tem a palavra Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

(Neste momento o Deputado Marco Costa foi substituído no lugar de Secretário da Mesa pelo Deputado Carlos Freitas)

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O aumento de movimentos associativos aliados ao resgate animal e a própria relevância concedida pela sociedade civil ao bem-estar e proteção dos animais são uma evidente demonstração do espaço que os animais, especialmente os de companhia, ocupam na

sociedade, refletindo o espírito progressista de consciencialização da natureza do animal. Daí que nos últimos anos largos passos tenham sido dados para o reconhecimento oficial do estatuto

dos animais. A sociedade tem manifestado comportamentos de interiorização da necessidade de salvaguardar a integridade dos animais, sobretudo quando se depara com atos que prejudiquem

a biodiversidade ou sujeitem os animais a sentimentos de dor, stress ou medo, violando os imperativos éticos de bem-estar animal, fruto do reconhecimento da sua existência e dignidade

enquanto seres vivos sencientes.

Estabeleceu-se a premissa do estatuto dos animais enquanto sujeitos de Direito, assentes no nosso ordenamento jurídico cujo respeito deve ser observado no comportamento dos humanos. Contudo, o cumprimento desses deveres nem sempre é observado. Cabe aos movimentos animalistas o sucesso do progresso do pensamento social que contraria os ideais especistas, em que os animais são discriminados conforme a sua utilidade na satisfação das necessidades humanas.

Acontece que, devido às estruturas orgânicas deficitárias, ao nível de instalações e de recursos humanos, os meios disponíveis estão orientados, essencialmente, para a realização de intervenções médico-veterinárias, como esterilizações, tratamentos urgentes e imediatos, ou mediatos, desparasitações, profilaxia ou vacinação, sem prejuízo dos demais. Contudo, o resumo básico

financeiro dessas associações apresenta um volume de dívidas superior ao de apoios financeiros. Os custos da execução da missão das associações transformam-se em extensos passivos financeiros, sobretudo, fruto das intervenções médico-veterinários urgentes que permitem, não raras vezes, intervir em situações de vida ou morte para os animais, especialmente, de companhia, vítimas de atropelamentos, de abandono e exposição a situações de risco e perigo.

Além disso, há várias associações que têm, ainda, a seu cargo a gestão de colónias de felinos que constituem uma fonte de despesa considerável.

A tudo isto, acresce o facto do Governo Regional ter contribuído para asfixia destas associações, anunciando, posteriormente, pagamentos por tranches, comprometendo o trabalho destas organizações e a garantia do bem-estar animal.

Uma situação que obrigou as associações a apelarem veemente à mão de obra voluntária e ao apoio da sociedade civil, nomeadamente com doações de sócios e mecenas.

A Lei atribuiu ao Governo, em colaboração com as autarquias locais, associações e organizações não-governamentais de ambiente e proteção e bem-estar animal, a obrigação da promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma priorizada de controlo da população. No entanto, resulta da prática que dos 18 municípios açorianos, só cerca de meia dúzia aposta nas campanhas de esterilização e castração.

O PAN/Açores já apelou, por diversas vezes, para a importância e urgência da necessidade de se adotar uma política de castração e esterilização maciça por forma a reduzir o número de animais em situação de errância. Esta atitude preventiva irá permitir a médio e longo prazo, não só reduzir o passivo das associações e a sua dependência de apoios públicos para cumprir uma missão

que cabe ao Estado em primeira instância, como também melhorar o bem-estar animal.

A esterilização permite, ainda, evitar situações de abandono de animais.

É essencial que se proceda a um programa cadenciado e equilibrado de apoios pecuniários para comparticipação de despesas inerentes à aquisição de produtos e serviços de uso médico-veterinário relacionados com o resgate, tratamento, reabilitação e cuidados de animais na Região fazendo-se justiça ao trabalho voluntário daqueles que, diariamente, lutam para proteger os animais mais vulneráveis da nossa Região.

É este o objetivo da presente iniciativa que merece, ou devia merecer, a atenção desta Casa.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção saudando as centenas de pessoas que, entre a sua vida laboral, pessoal e familiar, dedicam parte do seu tempo a cuidar de animais negligenciados e abandonados, bem como a todas as pessoas que não podendo dispensar do seu tempo para tal, lutam para que a vanguarda do bem-estar animal passe das palavras à realidade.

A proposta da iniciativa do PAN que nos encontramos a debater, pretende criar um apoio financeiro que participe as despesas médico-veterinárias, seja na aquisição de produtos ou nos serviços prestados, que as associações de proteção animal, responsáveis por colónias de gatos e cuidadores de animais comunitários, possam recorrer aquando de carência económica.

E, aqui, importa relembrar, que a responsabilidade desta temática é das autarquias e do Governo Regional, no entanto, os progressos conseguidos nos últimos anos foram resultado do muito trabalho desenvolvido por estas associações, por pessoas particulares e pela pressão social que foi permitindo avanços consideráveis no respeito pelos animais, bem como na sua proteção e no seu cuidado, em letra da lei, mas poucas vezes inspecionado.

À parte do trabalho desenvolvido pelas autarquias que durante anos não o entenderam como um caso de saúde pública, do abate como forma de resolver a sobrepopulação animal, esteve sempre um conjunto de pessoas que não se deixou demover, que meteu as mãos e o coração ao trabalho, resgatando, prestando cuidados, recuperando animais para que o seu fim não fosse a morte só por terem nascido.

Durante anos, foram estas pessoas que impediram a morte de centenas de animais e é, fundamentalmente, a estas pessoas que o Bloco de Esquerda agradece o empenho. Desde Alice Moderno, que deixou parte dos seus bens para a concretização de um hospital veterinário público que nunca foi concretizado, figura já condecorada por esta Região, até à Rosário, ao Adelino, à Sofia, à Isabel, à Liliana, ao Nélio, à Raquel, à Maria e a centenas de outras pessoas e a todas as associações existentes nesta Região devemos, enquanto cidadãos e decisores políticos, um profundo reconhecimento.

Mas, também, nos cabe aqui, criar mecanismos que facilitem a dura, e muitas vezes, inglória, tarefa de resgatar, cuidar e promover adoções destes animais. E hoje, temos essa oportunidade.

Só quem não acompanha a vida destas pessoas, pode ousar dizer que os apoios atribuídos, pela Portaria n.º 33/2021 que tem sido um constante ziguezague de aumento e diminuição de apoios, com notificações que se contradizem, são suficientes, quando as dívidas, nas clínicas veterinárias, aumentam a cada

animal que necessita de cuidados imediatos devido à irresponsabilidade, à insensibilidade e, até, à prática criminosa de alguém.

As dívidas aumentam e a vida destas pessoas complica-se, dispensando dos seus vencimentos e de longos leilões virtuais para conseguir pagar essas contas.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em Comissão, referiu, e bem, que deve haver uma análise tendo em conta as dificuldades pelas, e passo a citar, “quais passamos de momento”. No entanto, esqueceu-se de que estas pessoas passam pelas mesmas dificuldades.

E importa perguntar quais foram os resultados das conversações com as câmaras desta Região que tinham como objetivo melhorar a prestação de serviços e a colaboração com as autarquias e juntas? O que resultou daqui?

Também importa questionar o que lhe parece, enquanto membro do Governo desta Região, com 19 municípios, o facto de somente haver 8 CRO? O que está a falhar?

Importa, também, esclarecer aquilo que o Sr. Secretário insiste em não perceber. Se ao momento existem mais associações é resultado da pouca eficácia do que tem sido desenvolvido. Mais associações são fruto de mais abandono, de mais negligência, de mais necessidade.

Como o Bloco tem defendido, e defende, e já apresentou proposta em orçamento e em iniciativas legislativas, só uma campanha massificada de esterilização, gratuita, sem intermitências, concertada com as associações, juntas, câmaras, Governo Regional, com um trabalho porta-a-porta, poderá reduzir significativamente este problema.

Quanto à proposta que nos encontramos a debater, o Bloco apresentou um conjunto de propostas de alteração, em que algumas das mesmas, acompanham a maioria dos pareceres escritos, nomeadamente a referência e exigências burocráticas que o termo “grave carência” acarretam. Como bem referiu a Ordem dos Veterinários, e passo a citar, “o critério apontado para a atribuição

do apoio financeiro baseado na grave carência económica da associação de proteção animal potencialmente beneficiária não parece ser o critério mais correto e adequado”, concretizando no parágrafo seguinte, e cito novamente, “o critério deve ser, isso sim, a prestação de cuidados aos animais no sentido da melhoria do seu bem-estar.”

São mais do que conhecidas as dificuldades financeiras que estas associações e estas pessoas atravessam!

Desta forma, e com a nossa proposta aprovada, desburocratizamos e aumentamos a abrangência.

Finalizando, dirijo-me, novamente ao Sr. Secretário que se manifestou incrédulo com a possibilidade desta proposta manter a esterilização para animais de grande porte. Pois, Sr. Secretário, para os gamos que o senhor enviou da Terceira para as Flores, atenuando a situação da Terceira e criando um problema nas Flores.

(Risos do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Teria sido positivo as medidas de controle de natalidade, sabe porquê? Porque teriam evitado o abate e a consternação da população das Flores e evitado que o senhor tivesse denominado a sua consternação como “manipulação de consciências”.

Disse.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Ah os animais vão substituir as pessoas?!

Que horror!

Deputada Alexandra Manes (*BE*): O quê?! Isso é o argumento mais fácil!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Ponte.

(*) Deputado Alberto Ponte (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor na generalidade, com as alterações feitas por nós na especialidade. E vai fazê-lo por ser de importância vital para que as associações de proteção animal continuem a melhorar as suas funções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De salientar ainda, que desde que este Governo tomou posse, demonstrou interesse e empenho, e cada vez mais, no melhor funcionamento das associações de proteção animal, dotando as mesmas de melhores ferramentas e mais apoios financeiros.

O resultado está à vista de todos, tanto a nível de bem-estar animal, como ao nível das condições dos trabalhadores das referidas associações, às quais quero dar os parabéns e agradecer a maneira rápida e eficaz como resolvem os casos de abandono animal.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria também deixar aqui um apelo, e para terminar, que não abandonemos os nossos animais e que cada um de nós faça dos seus animais uma extensão da sua família.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós no CHEGA temos dito que ter um animal de estimação é uma responsabilidade e não o tem quem quer, mas quem o pode ter.

Era bom que tivéssemos todos isto em conta, todos nós açorianos. A mim muito me custa, pessoalmente, ver um cachorrinho que quando cresce fica amarrado no fundo do quintal. Isso é aquilo que eu não defendo e que acho que não deve ser.

Pior do que isto é quando eles – já não sei o que é que é pior – são abandonados na rua.

Temos tido também o sentido responsabilidade, enquanto CHEGA/Açores, sempre na altura das férias, de lançar este alerta publicamente, para não abandonarmos o nosso melhor amigo, porque entendemos, pelo menos eu entendo a título pessoal,

Que um animal na nossa casa é um membro da nossa família, é um companheiro. E muitas vezes para os idosos, um animal é a única companhia que um idoso tem.

Nós temos que saber cuidar destes companheiros e cuidar daquilo que hoje em dia muito se fala que é a saúde mental. Um animal pode ser esta companhia que pode contribuir para a boa saúde mental.

O que aqui está em causa, é precisamente este apoio que temos que dar às associações, às quais daqui envio os meus parabéns e as felicitações pelo trabalho que vão fazendo, pelo voluntariado que vão fazendo e sei que há pessoas que têm se empenhado, deixando até os seres humanos, a sua própria família, para poder cuidar duma causa que é nobre e é necessária.

Neste sentido, o CHEGA irá acompanhar este diploma. E, já agora, agradeço à Sra. Deputada Alexandra Manes ter invocado aqui o nome de Alice Moderno,

que é um nome que vem da minha infância, como um exemplo de alguém que soube cuidar dos nossos companheiros animais.

Eu, pessoalmente, tenho peixes, tenho pássaros, tenho cães (o “Pituco”)...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem galinhas.

O Orador: ... as galinhas já não tenho Sra. Deputada, já se foram. As galinhas levaram o fim que elas mereciam, foram comidas. Pronto é o que é, não é um animal de estimação, é um animal cujo intuito é o da alimentação. Há quem tenha porcos, há quem tenha galinhas, os cães como nós não comemos, são companheiros.

Da parte do CHEGA, esta iniciativa terá o voto favorável, porque é de inteira justiça que assim seja.

E vou acabar como comecei: ter um animal de estimação não é para quem quer, é para quem pode ter.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido das Pessoas Animais e Natureza apresenta nesta Assembleia Legislativa um projeto que visa criar um apoio financeiro para comparticipação das despesas efetuadas com a aquisição de produtos de uso veterinário ou de serviços médico-veterinários relacionados com o resgate, reabilitação e cuidado de animais de pequeno, médio ou de grande porte, pelas associações zoófilas ou por responsáveis particulares que se encarregam de colónias de gatos ou de animais comunitários.

Os pressupostos desta proposta são meritórios. Desde logo, é pertinente salientar o trabalho desenvolvido por estas associações ou responsáveis particulares, no âmbito de animais resgatados, na medida em que estes têm um

maior alcance quando comparado com números atingidos pelos serviços públicos e que num todo perfazem a sociedade.

Não obstante o reconhecimento da presente iniciativa, denotamos que existe alguma complexidade desnecessária no conteúdo do diploma que, no nosso entendimento, não facilita o acesso ao apoio pretendido.

A elegibilidade dos beneficiários e o procedimento da candidatura ao apoio têm no seu articulado pontos que possivelmente não facilitarão o acesso, tornando-se um processo moroso e burocrático, o que no entender do Grupo Parlamentar do PPM é desnecessário.

Em suma, pese embora o Grupo Parlamentar do PPM entenda que os objetivos propostos pelo PAN são relevantes, temos de ressaltar que a presente iniciativa peca pela burocracia exagerada e desnecessária para o objetivo proposto, como ficou provado pelas várias propostas de alteração.

Assim sendo, os partidos que compõem a coligação apresentam um conjunto de propostas de alteração que visam melhorar a presente iniciativa.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(* **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A preocupação com o bem-estar animal e a consciencialização dos direitos dos animais tem tido uma evolução positiva e ainda bem que assim é, pois é sinal de evolução, é sinal de civilização.

Este é um tema que sempre preocupou o Partido Socialista e é um tema que o Partido Socialista sempre abraçou, é uma causa que sempre defendeu. E o

exemplo, são as últimas propostas de alteração ao diploma que estabelece as medidas de controle da população de animais de companhia e animais errantes, as quais mereceram a aprovação da maioria desta Câmara.

É verdade que a maioria de nós tem animais de estimação, a maioria de nós sabe o que é que custa ter um animal de estimação e tratá-lo como deve ser e os custos que estão associados, quer com a alimentação quer com todos os cuidados, médico-veterinários e não só.

Os tempos são difíceis, principalmente com o aumento do custo de vida das famílias e elas são obrigadas a escolher, a fazer escolhas e a estabelecer prioridades. Daí que muitas vezes nós nos deparamos com notícias em que há aumento de abandonos animais e isto é visível numa notícia ainda no início deste ano que dizia que “a inflação está a aumentar o abandono de animais e as associações desdobram-se para os acolher”. Estes custos são inerentes a custos de alimentação e a custos veterinários, é visível na comunicação social. E ainda a semana passada, com a notícia de que há cada vez mais animais abandonados, o que é denunciado por todos os voluntários que se dedicam a esta causa e dizem que é essencialmente por falta de recursos.

Aqui importa realçar todo o trabalho que as nossas associações de defesa dos animais promovem por esta causa, também os voluntários e todas as pessoas que dedicam o seu tempo à causa animal. São de realçar, são de valorizar e são de apoiar.

Têm custos e assumem custos com alimentação, custos médicos-veterinários e sobrevivem essencialmente através de donativos de particulares e de apoios do Governo.

Aqui também importa realçar que sem estas associações, sem o trabalho prestado por estas associações, o Governo teria em mãos uma tarefa muito mais difícil, uma tarefa difícil de executar e com muito mais custos associados.

Volto a lembrar que os tempos são difíceis, volto a lembrar todas as dificuldades que assolam, não só estas associações, mas também as nossas famílias açorianas. E esta proposta que aqui hoje discutimos torna-se ainda mais pertinente por essa situação. É bem vinda e deve ser acautelada por todos nós. Vai ao encontro daquilo que o Partido Socialista tem vindo a defender nesta matéria, mas é também uma forma de ajudar as nossas famílias açorianas neste momento de dificuldade que todas elas atravessam com o aumento do custo de vida.

E para isso, basta olhar atentamente para as redes sociais e ver a quantidade de pedidos de ajuda que praticamente todos os dias nos aparecem, apelos quer para cuidados médico-veterinários, quer para animais que se encontram na rua abandonados.

O Partido Socialista irá acompanhar esta iniciativa e apresenta também ele propostas de alteração que visam essencialmente descomplicar e facilitar o acesso a este apoio que deve ser dirigido a todas associações e cujo termo de carência económica é desnecessário, porque todas as associações que prestam este tipo de serviço, esta solidariedade e principalmente a causa animal, devem ser merecedoras, e são, deste apoio.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS acompanha esta iniciativa que o PAN nos apresenta dum apoio às associações de resgate e de proteção animal que realizam um importante trabalho cívico na nossa sociedade.

O trabalho que realizam a acaba por ser uma consequência da atitude de alguns cidadãos que abandonam os seus animais, as razões do abandono abordá-las-ei mais à frente, mas há uma consequência, há animais abandonados e felizmente que entre nós existem pessoas, existem associações que acolhem esses animais, que lhes dão tratamento e que os alimentam e procuram dar-lhes o melhor conforto possível. E, portanto, estão de parabéns essas pessoas, esses concidadãos, estão de parabéns também essas associações e obviamente acompanhamos na generalidade a esta iniciativa que visa dar um apoio, um apoio que vai ser fundamental, sobretudo para reduzir as elevadas dívidas que algumas associações, ou genericamente todas, têm para com os serviços veterinários.

Uma palavra também para os veterinários que têm também tido uma atitude cívica, não viram as costas e tratam os animais, apesar de saberem que não recebem imediatamente o proveito do seu trabalho e, se calhar, provavelmente correm o risco de esperar muitos anos ou demasiados anos para poder receber esse fruto do seu trabalho que é merecido. Mas prestam também aqui um serviço cívico e, portanto, esta proposta vem dar um apoio substancial a nesta matéria da necessidade de darmos melhor acolhimento e melhor conforto aos animais.

Uma palavra agora, então, para as razões que levam as pessoas a abandonar os seus animais.

A Sra. Deputada Patrícia Miranda que me antecedeu, invocou aqui e bem, o aumento do custo de vida e as dificuldades que as famílias açorianas passam atualmente, como sendo uma das causas que as levam à abandonar os seus animais de companhia.

Pois bem, essas dificuldades não são apenas e só exclusivas das famílias açorianas, são dificuldades pelas quais todas as famílias portuguesas estão a passar neste momento. Dificuldades essas, que advêm da inércia do Governo da República do Partido Socialista que opta por não intervir, deixando as taxas de juro galoparem da maneira selvagem como estão galopando...

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Um Primeiro-Ministro que, com o seu silêncio, c permite que a Presidente do Banco Central Europeu possa de uma forma livre e desavergonhada opinar sem contraditório sobre o aumento desenfreado das taxas de juro que estão a esmagar as famílias portuguesas e também as famílias açorianas, como muito bem lembrou a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Todas essas dificuldades não são dificuldades particulares e específicas dos Açores, são dificuldades do País. E nós sabemos, nós conhecemos bem quem podia atuar para não haver tanta dificuldade, mas que opta, com a sua inércia, por infligir ao povo português um aumento desenfreado do custo de vida e um aumento das dificuldades no seu dia a dia.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou apenas fazer uma correção, porque está a ser passada uma imagem diferente daquilo que o PAN pretendia sobre a grave carência económica e a

definição do que é que o PAN fez na iniciativa relativamente à grave carência económica.

Nós não queríamos limitar o apoio às associações, mas acho que as pessoas devem ter alguma dificuldade em saber como é que estão a funcionar as associações e como é que elas estão a viver neste preciso momento.

Nós o que definimos foi: “quando os rendimentos auferidos pelo beneficiário, seja associação de proteção, pessoa responsável de colónia ou cuidador de animal comunitário, forem inferiores à soma do valor global das dívidas relacionadas com a aquisição de produtos ou serviços médico-veterinários”, neste caso, todas as associações de animais dos Açores estão assim neste momento, porque todas as que ainda não fecharam as portas, vão receber este apoio pedido pelo PAN. Tirando, se calhar, uma associação que é a Ninovan aqui do Faial que faz esterilização de cavalos mal tratados e que vai fechar as portas, porque não tem dinheiro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(* **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O assunto dos animais de companhia e as políticas públicas que estão em vigor ou a sua alteração ou, também, iniciativas relativas àquilo que é a melhoria deste relacionamento humano com os animais, no caso os de companhia, tornam a vir a este plenário para debate pela iniciativa do PAN.

Ora este, como outros temas, que são temas das sociedades atuais, são temas de muita sensibilidade quer pelas famílias quer pelas associações, merecem de facto periodicamente o seu debate, também como outras políticas.

Também queria, neste momento, dedicar uma palavra ao trabalho voluntário de todas as pessoas que estão nesse associativismo da proteção animal, que roubam tempo familiar e profissional para se dedicarem a esta causa, uma causa cívica relacionada com os animais.

Com estas associações de proteção animal, tenho uma colaboração e um contato muito permanente, percebendo as suas dificuldades, recebendo os seus contributos, as suas preocupações, para que possamos quer por iniciativa própria do Governo, sem trazer a esta Casa legislação, quer por iniciativa dos partidos que têm assento parlamentar, podermos melhorar aquilo que são de facto as políticas, as ações e os programas que operacionalizam uma maior consciencialização deste relacionamento humano com os animais de companhia. E nada de confundir com os animais de produção. Estamos a falar de animais de companhia, ou seja, animais também designados de *animais de estimação*.

Ora neste sentido, a proposta do PAN é uma proposta que coloca no centro do debate aquilo que é inquietude transmitida também ao Governo Regional e que se prende com as sucessivas dívidas às clínicas veterinárias resultantes da esterilização.

Não é de agora, não é de ontem, vêm somando, ano após ano, essas dívidas naquilo que é também uma tentativa dessas associações, e tem que se louvar e reconhecer o mérito, que com o seu trabalho voluntário, com a sua dedicação em várias feiras, por iniciativa própria, tentarem pagar essas mesmas dívidas, as quais estão, por vezes, acima dos 20 mil euros e que somam há vários anos, é verdade.

É neste sentido que o PAN propõe uma comparticipação de 5 mil euros, mediante determinados critérios, os quais são vistos pela parte do Governo, com bons olhos, para não se tornar vulgar e facilitando este apoio a qualquer um ou a qualquer associação, mas responsabilizando efetivamente aquilo que é uma

comparticipação
duma necessidade que resulta de circunstâncias, muitas delas influenciadas por situações técnicas externas, como já foi aqui dito, resultantes das consequências duma guerra que parece não ter fim, duma covid que ainda não parou de existir ou do aumento dos juros.

Tudo isso são circunstâncias que afetam as famílias e que afetam também as associações de proteção animal naquele que é o seu empenho, a sua necessidade e a sua vontade de pagar estas mesmas dívidas.

Nesse sentido, o Governo Regional não está alheio, não está surdo, não está mudo relativamente a essas dificuldades e às associações de proteção animal.

Ora, nesse sentido, recordo aquilo que temos vindo a inovar e temos vindo a impulsionar para este relacionamento entre humanos e animais de companhia.

Pela primeira vez, introduzimos um apoio às juntas de freguesia e a possibilidade das próprias também serem apoiadas. São 12 juntas de freguesia que antes não eram apoiadas e que passam a ser apoiadas para as esterilizações.

Em 2023 protocolámos com 33 entidades um apoio para a esterilização dos animais (+20 do que em 2020 e +26 do que em 2019); um aumento substancial de articulação e de reconhecimento com mais entidades que se queiram dedicar de facto a esta causa dos animais de companhia os animais errantes.

Oferecemos, pela primeira vez, à PSP e à GNR, em todas as ilhas, 44 leitores portáteis para leitura do chip dos animais, permitindo uma rápida atuação dos animais abandonados ou dos animais acidentados.

Realizámos, pela primeira vez em 2022, a Feira dos Animais de Companhia, em que foi possível juntar quase todas as associações de proteção animal, com

vários colóquios, com vários várias iniciativas, com várias exposições, sensibilizando para aquilo que são os animais de companhia.

Pela primeira vez, um evento público dedicado à temática dos animais de companhia realizado na Região Autónoma dos Açores, com o intuito de chamar a atenção para este mesmo relacionamento.

Em 2021, 2022 e 2023, distribuímos *flyers* do bem-estar animal pelas associações, cooperativas, estabelecimentos de ensino superior e profissional, juntas de freguesia e câmaras municipais para divulgação, naquilo que é o respeito e naquilo que são as obrigações de vacinação naquilo que é a necessidade de ter precauções para as férias ou para períodos festivos, e o abandono. Sim, nós semanalmente distribuímos esta divulgação, alertando para as necessidades e as obrigações em termos sanitários, em termos legislativos, em termos de respeito pelo animal de companhia. Já cedemos, desde que estamos a governar, desde novembro de 2020, 8 mil *microchips* e 3300 doses de vacinas antirrábicas, permitindo assim aos centros de recolha oficiais dedicarem as suas verbas exclusivamente à esterilização, ou seja, substituindo-nos àquilo que é a despesa das câmaras municipais, permitindo a libertação das suas verbas para uma dotação maior direcionada à esterilização.

Criámos uma comparticipação, na tarifa aérea inter-ilhas para os animais de companhia que necessitem de cuidados veterinários, desde que não existam esse tratamento na sua ilha. E estamos a preparar os cursos de formação de sensibilização relativamente àquilo que é a adoção animal. Quem pretender adotar um animal terá, a partir de agora, formação no que diz respeito aos cuidados de sanitários, no que diz respeito ao cumprimento da legislação em vigor e aquilo que é a formação sobre o comportamento animal, uma vez que o comportamento animal vai variando de raça para raça.

Ora, adotar um animal não deve ser algo duma simplicidade que não comprometa aquilo que são os cuidados a ter e o respeito a ter com este animal. Relativamente aos cuidados sanitários, há legislação em vigor e relativamente ao comportamento animal. Nem todos os animais, variando de raça para raça, têm o mesmo comportamento.

Por isso mesmo, no mês de outubro serão realizadas ações de formação e no Faial, em São Miguel e na Terceira, uma inovação para quem pretende, de facto, adotar os animais.

Mas indo em particular àquilo que são os números e percebendo essas mesmas dificuldades que agora a iniciativa do PAN obviamente vem contribuir, e muito bem, para essas dificuldades, recorde que a dotação financeira para 2023, no âmbito da legislação em vigor para apoio dessas associações de proteção animal, é de 255 mil euros. Ora, em 2020, era de 176 mil euros, em 2019 era de 64 mil euros e em 2018 era de 50 mil euros.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Bem lembrado!

O Orador: De 2020 para 2023, houve um aumento de 44% na dotação financeira de apoio a essas mesmas associações. Em simultâneo, o número de associações aumentou, na candidatura de associações, de 13 para 33 entidades em 2023. Ou seja, há mais associações, há mais apoio, mas dividido também por mais associações.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Ora nem mais, faça as contas!

O Orador: Do mesmo modo, isso significa que há uma maior atuação, porque há mais associações. Significa que os animais são mais acolhidos, porque há mais associações. Significa que há mais sensibilidade pública relativamente a essa questão. E de acordo com a sensibilidade pública das pessoas se organizarem à volta da proteção animal, nós aumentámos a verba, de maneira que cada um não sofra rateios, não há rateios aqui. Cada associação recebe 12 mil euros, quer apareça em 2023 ou em 24 ou em 22.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor não conseguiu meter a tarifa Açores na retroatividade, mas conseguiu meter rateios!

Muito bem – o Secretário Regional *dos Rateios!*

Deputada Patrícia Miranda (PS): O senhor sonha com rateios!

O Orador: Sr. Deputado, eu acho que falar na eliminação de rateios é falar na melhoria da qualidade de vida dos açorianos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Quem brincar com os rateios, está a falar da falta de qualidade de vida dos açorianos!

Deputado Nuno Barata (IL): Não é isso, Sr. Secretário!

O Orador: Brincar com a não existência de rateios, é o mesmo que brincar com a maior ou menor qualidade de vida dos açorianos. E, portanto, esse é um assunto da maior importância e do maior respeito, porque é o Governo Regional que cria confiança perante quem é apoiado, na certeza de que aquilo que é anunciado é aquilo que vai receber.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É um sinal de confiança e é um sinal de credibilidade a quem é governado. Isso é extremamente importante nos dias que correm.

Mas continuando naquilo que são os dados da política pública, e analisando os últimos 6 anos, queria dizer-vos, por exemplo, que o número de esterilizações aumentou, comparando entre 2017 e 2022, + 112%; em 2022 esterilizou-se 3633 animais. O número de vacinações aumentou de 2017 para 2022, 61%, ou seja, vacinou-se 3656 animais. E o número de desparasitações aumentou cerca de 7%, sendo em 2022 cerca de 2670. Ou seja, os dados são importantes para comprovar aquilo que tem sido a política pública relativamente aos animais de companhia.

Sabemos que no dia em que estivermos certos de que não é possível fazer mais, nenhum de nós deve estar aqui. É possível sempre fazer mais para as pessoas e para os animais quer sejam eles de companhia, quer sejam eles de produção, quer seja no rendimento das pessoas na utilização desses mesmos animais de produção. Esta melhoria merece um pensamento crítico de todos nós, do Governo e das Sras. e Srs. Deputados.

Esta iniciativa do PAN vem de encontro àquilo que são também as nossas preocupações, aquilo que é o aumento das nossas dotações financeiras, mas obviamente, o PAN apresenta uma iniciativa numa vertente diferente, uma vertente de inovação e que é o pagamento de 5 mil euros a essas clínicas veterinárias.

Ora, esta iniciativa, em termos financeiros, é verdadeiramente acomodável naquilo que é a despesa do Governo Regional, sendo que obviamente nós temos as nossas limitações, não vale a pena dizer que somos uma região rica, temos as nossas limitações, quer financeiras quer técnicas, mas esta iniciativa é perfeitamente acomodável na despesa da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes e Deputada Nídia Inácio (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há dúvida de que as associações de proteção de defesa dos animais e do bem-estar animal têm contribuído, que mais não seja espicaçando o poder político, para uma franca melhoria desta situação e desta problemática, não só na Região Autónoma dos Açores, como no País em geral e até na União Europeia, em países que estão muito mais avançados do que nós e onde também existem associações que inclusivamente têm desenvolvido atividade aqui nos Açores e, não raras vezes, há turistas que de mera passagem pela nossa Região, levam consigo animais, quer de canis, quer de gatis, quer animais encontrados na rua.

Não há dúvida e é de congratular essas pessoas que tiram do seu do tempo, se calhar elas até ganham do seu tempo, pois também é uma maneira de se sentirem bem perante a pólis, perante a nossa sociedade, porque essas pessoas fazem um esforço para contribuir para a melhoria da situação dos animais errantes na Região Autónoma Açores.

Mas há aqui, não só neste diploma, mas principalmente da parte do Governo, alguma contradição nesse aspeto e uma coisa que nos preocupa. A nós, como liberais, preocupa-nos sempre quando o Estado não cumpre e transfere para outros a responsabilidade que devia ser sua. Quando o Estado teima em fazer

aquilo que não é competência sua e não faz aquilo que devia fazer bem feito. E nesse aspeto, para eu só perceber, gostava que o Secretário Regional dos *Rateios* me explicasse, só para eu ficar mais elucidado - e isto sem qualquer tipo de brincadeira – porque, Sr. Secretário, eu concordo absolutamente com o acabar-se com os rateios - que isto fique bem claro! - mas uma pessoa que em cada temática que pega ter sempre que introduzir esta temática em qualquer assunto, já começo a ficar preocupado e a pensar que não seja apenas essa a coisa que fez de bem na Região Autónoma dos Açores nos últimos 3 anos.

Sr. Secretário Regional, gostava mesmo de saber se o aumento nos apoios às associações e às juntas de freguesia que o senhor legislou por portaria, por redução nos apoios que os centros de recolha oficial - os chamados CRO's – recebiam, se é por opção política (respeitável), ou se é porque estes ditos CRO's não cumpriram a sua função, ou não estavam a cumprir a sua função e não estavam a trabalhar e a utilizar convenientemente essas verbas?

É porque isto faz uma certa diferença, pois uma coisa é nós pegarmos nas verbas públicas, transferirmos para associações, porque os CRO's que são centros de recolha oficiais liderados pelas câmaras municipais não conseguem fazer, outra coisa é transferirmos verbas para associações, criando nessas associações e nesta comunidade empenhada, uma dependência permanente de financiamento público, porque nós já vimos isto acontecer no passado. Aliás, o Partido Social Democrata, do qual o senhor faz parte, já tem criticado várias vezes e o CDS também, por via do Sr. Vice-Presidente, isto é, alguma dependência de financiamento público que algumas IPSS's, nomeadamente no combate às toxicodependências, têm. Daí, nós termos convictamente algum receio que se esteja aqui a criar uma dependência e a alimentar associações que ficam dependentes desse financiamento público e que o Estado deixe de cumprir a sua função que é tratar desses assuntos que agora transfere para as associações.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional de Agricultura.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Eu acho que o pensamento é comum relativamente ao Governo e às associações de proteção animal, tomara não haver esta dependência. Era um bom sinal para a sociedade, para aquilo que é a sensibilidade do cidadão relativamente à não dependência destes apoios públicos.

Qualquer associação de proteção animal o que mais queria era não receber essas verbas, porque era um bom sinal de cidadania, era um bom sinal de se viver na Região Autónoma dos Açores, onde não há mais abandono animal, era um bom sinal de que não era necessário esterilizar mais nenhum animal, era um bom sinal de que não era necessário desparasitar mais nenhum animal. Isso seriam bons sinais.

Tomara as associações não terem esta dependência. E digo-vos essas associações organizadas com um fim voluntário, em que se dedicam e empenham, roubando tempo à família e à vida profissional, certamente pela responsabilidade de per si que cada um enquanto cidadão açoriano tem, fazem (e vão fazer sempre) o melhor trabalho do que qualquer funcionalismo público que cumpre horário das 9 às 5. Não tenho qualquer dúvida quanto a isso. E, portanto, é de louvar a existência dessas associações de proteção animal. É de respeitar o trabalho dessas mesmas associações que, certamente quereria, elas e o Governo, que não existissem esses apoios.

Infelizmente, é necessário ainda existir esses apoios.

Infelizmente, no século em que vivemos e com toda a sensibilidade, quer escolar, quer ao nível daquilo que é a divulgação pública, quer ao nível daquilo

que também as associações de proteção animal fazem, infelizmente, ainda existem muitos animais abandonados, muitos animais sem esterilização, muitos animais sem desparasitação, muitos animais sem microchip. Relativamente aos CRO's, como já anunciei, estamos a substituir alguma despesa que os próprios CRO's tinham relativamente antirrábica.

Esta substituição permite libertar verbas das câmaras municipais para uma responsabilização que deve ser comum. Sim, a responsabilidade não deve ser só da sociedade organizada, não deve ser só do Governo, nem deve ser só das autarquias.

Há uma necessidade de uma melhor e maior articulação naquilo que é o combate à insensibilidade dos animais de companhia.

Isto é fundamental e é por isso que nós iniciámos conversações e diálogos - ainda não percorremos todas as câmaras municipais - no sentido de melhor articular este combate à insensibilidade.

Por isso é que pela primeira vez, o Plano e Orçamento de 2023 tem uma ação de cooperação com as autarquias, o que é fundamental que aconteça porque, como já disse, infelizmente, continuam a persistir situações que para o século atual, para os dias de hoje, não deviam acontecer.

Nós, neste momento, na Região Autónoma dos Açores, respondendo ao Bloco de Esquerda porque na última intervenção esqueci-me, temos 9 centros de recolha oficial, um canil e uma ilha sem canil e sem centro de recolha oficial.

Nós não somos responsáveis pelos CRO's. O que fazemos é a certificação dos mesmos. A iniciativa da existência ou não dos CRO's depende das câmaras municipais. E há CRO's intermunicipais e outras exclusivamente duma câmara municipal. Nós temos vindo a alertar e a sensibilizar, mas não nos compete substituir às câmaras municipais.

Isto não é passar a responsabilidade para outro, é designar a responsabilidade a cada um. Cada um tem que cumprir a sua parte. E nesta articulação comum de

combate à insensibilidade, que ainda hoje vivemos, infelizmente, necessitamos duma melhor articulação, quer técnica, quer financeira, quer operativa. É fundamental.

É na partilha dos recursos, técnicos, financeiros, mas também envolvendo as forças de segurança, e as associações de proteção animal, que podemos de facto ter um melhor respeito pelos animais de companhia.

Nesse sentido, como já disse, iniciámos conversações, que ainda não terminámos, com todas as câmaras municipais, para que possamos ter uma melhor política pública de envolvimento de todos, naquilo que é a sensibilidade e a responsabilização no respeito pelos animais de companhia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, vamos iniciar a votação.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Regional n.º 60/XII –

“Comparticipação de despesas na aquisição de produtos ou serviços médico veterinários”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Regional n.º 60/XII foi aprovado por maioria, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM,

1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Não havendo, vamos votar o Artigo 1º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação do Artigo 2º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, nós tínhamos uma alteração para o Artigo 1º.

(Pausa)

Presidente: A proposta de substituição que o PAN apresentou repõe a redação inicial da iniciativa, por isso não carece de votação.

Vamos então votar a proposta de alteração à alínea b) do Artigo 2º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista à alínea h) do Artigo 2º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Fica, assim, prejudicada a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda para a mesma alínea.

Vamos votar o Artigo 2º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o Artigo 3º.

A primeira proposta de alteração à alínea a) do n.º 1 é apresentada pelo Partido Socialista e está à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 21 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está, assim, prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea a) do n.º 1 do Artigo 3º.

Votamos agora a proposta apresentada pelo Partido Socialista à alínea b) do n.º 1 do Artigo 3º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está, assim, prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda a esta mesma alínea.

Avançamos para a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea c) do n.º 1 do Artigo 3.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda a esta mesma alínea.

Votamos agora o Artigo 3.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 3.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 21 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Avançamos para o Artigo 4.º.

A primeira proposta de alteração é do PAN ao n.º 1.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 24 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo PAN à subalínea ii) da alínea a) do n.º. 2 do Artigo 4.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea b) do n.º. 2 do Artigo 4.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º. 3 do Artigo 4.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Votamos agora o Artigo 4.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 4º aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda e 2 do PPM.

Presidente: Avançamos para o Artigo 5º.

Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao nº.4 do Artigo 5º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Tendo sido aprovada, está assim prejudicada a proposta apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM a este mesmo número.

Coloco à votação o Artigo 5º com a proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 5º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Avançamos para o Artigo 6º, para o qual existe uma proposta de eliminação apresentada pelo PAN aos nºs. 1, 2, 3 e 4.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o Artigo 7º para o qual há uma proposta de eliminação apresentada pelo PSD, CDS e PPM ao nº. 4.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi reprovada com 24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 7º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 7º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Avançamos para o Artigo 8º.

A primeira proposta de alteração é do Bloco de Esquerda à alínea c) do nº. 1.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea e) do nº. 1 do Artigo 8º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está prejudicada a proposta do Bloco de Esquerda para esta mesma alínea.

Coloco à votação a proposta de eliminação do Partido Socialista à alínea f) do nº.1 do Artigo 8º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi registado um empate com 24 votos a favor do PS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda e 2 do PPM.

Presidente: Portanto, perante o empate temos que proceder a uma nova votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada com 24 votos a favor do PS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda e 2 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação à alínea g) do nº. 1 do Artigo 8º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Fica, assim, prejudicada a proposta do Bloco de Esquerda para a mesma alínea.

Votamos agora o Artigo 8º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 8º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Avançamos para o Artigo 9º, para o qual há uma primeira proposta de alteração.

Sra. Deputada Patrícia Miranda faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para um pedido de esclarecimento relativamente à proposta de alteração à alínea 5) do Artigo 9º vinda da Coligação, no sentido de saber se aquilo que pretende é criar rateios aos apoios aqui pedidos?

Presidente: Não havendo inscrições, vamos continuar a votar. Tem novamente a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário da Agricultura onde é que está?

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu coloquei uma questão à Coligação e esperava vê-la respondida para que então a votação continue, certo?

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Não tenho inscrições.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou ler a proposta de alteração que está em votação e que foi entregue pela Coligação.

Deputado Berto Messias (PS): É melhor.

A Oradora: “Se a Direção Regional da Agricultura verificar que o valor global das candidaturas ao apoio ultrapassa o montante total previsto no n.º 3 do Artigo 7.º, o pagamento é efetuado a todos os beneficiários com base na distribuição proporcional”

Isto é ou não é um rateio?

Risos do Deputado Pedro Neves.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário ainda pode intervir, tem dois minutos!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

(António Ventura): Com muito gosto!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que fico muito surpreendido que a Sra. Deputada Patrícia Miranda, *a defensora dos rateios*, vai então votar provavelmente a favor desta proposta, no sentido em que a considera um rateio.

Na verdade, isto é naturalmente garantir que a verba inscrita no diploma pode ser toda utilizada.

É só isso!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Qual é a sugestão que a senhora faz, se for ultrapassada a verba? Diga-me lá Sra. Deputada.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

Qual é a posição do Governo em relação a esta proposta de alteração?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública: É sempre a mesma!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem-vindo ao debate dos rateios!

O PS esteve em silêncio durante estes três anos, tentando esconder o quanto prejudicou os açorianos com os cortes ao rendimento dos produtores agrícolas...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... por exemplo, em que anunciava um montante e pagava outro, vem agora perguntar *mas vocês vão ratear um ajuda?! É isso que está previsto na legislação?!*

Não, Sr. Deputado!

Vou explicar o que é que está previsto na legislação.

Esta é uma norma nova, é uma iniciativa nova que tem que ser avaliada no primeiro ano.

Nós não sabemos qual será a quantidade de candidaturas que vão entrar. E mesmo sabendo a quantidade de candidaturas entregue, o que prevemos é a distribuição das verbas, até porque dado os atuais e à data do 2º trimestre de 2023, nem metade dos apoios está atribuído às associações de proteção animal por falta de justificação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, ninguém vai deixar de receber a sua verba por existir rateios, ninguém!

Todos vão receber a sua verba ou o montante que está previsto. Mas não deixo de sinalizar que o PS venha a debate, confessando aquilo que de mal fez aos açorianos durante 24 anos de governação, cortando o rendimento dos produtores que é o mesmo que cortar no rendimento dos açorianos, criando insustentabilidade.

A palavra “rateio” para o PS, só devia significar uma coisa:

Pedir desculpa aos açorianos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos avançar nas votações.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou repetir a pergunta que fiz ao Partido Socialista:

Se acabar a verba o que é que os senhores propõem que seja feito?

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): A gente não está no governo!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Só daqui a 12 anos, a constar pelas últimas sondagens!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A resposta àquilo que pergunta o Sr. Deputado João Bruto da Costa estava dada pelo sentido da votação do Partido Socialista.

O Partido Socialista votou contra e, por essa via, não passou a proposta de eliminação apresentada pela Coligação em relação ao n.º 4 do Artigo 7º e, portanto, o que acontece é aquilo que está previsto na proposta inicial do proponente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado se tem a dúvida, leia a proposta (se ainda não leu).

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, o senhor bem se esforça, mas o que fica provado aqui é que o senhor anda a enganar os açorianos com essa conversa dos rateios!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se retirar 21 milhões de euros anualmente aos agricultores não é enganar os açorianos, eu não tenho mais palavras!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficámos esclarecidos que se esta proposta que fazemos não for aprovada e se, por alguma razão, uma vez que não existe ainda o conhecimento da quantidade

de candidaturas, conforme explicou o Sr. Secretário, a verba se esgotar, vão existir pessoas que vão deixar de receber.

É só isso que é a consequência da posição do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que diz o n.º. 4 do Artigo 7º é que “os pedidos das candidaturas deferidas que ultrapassem o valor da dotação orçamental anual prevista, transitam para o ano seguinte, ficando sujeitas à verba disponível, tendo prioridade sobre as candidaturas realizadas no ano corrente”.

Aliás, tendo sido rejeitada uma proposta de eliminação deste número, não sei se a proposta apresentada pela Coligação para criar um sistema de rateios, não estará prejudicada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro que não está!

O Orador: Mas de qualquer das formas, a resposta ao Sr. Deputado João Bruto da Costa é que aquilo que o senhor disse não é verdade.

Aplica-se aquela que é a solução do proponente que consta da proposta inicial. E, portanto, não vale a pena tentar dizer que ficam por pagar. Não está aqui, passa para o ano seguinte.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é uma questão de retórica, Sr. Deputado.

Aquilo que o senhor quer aprovar vai no sentido de que terá que ser adiado, ou seja, a pessoa vai deixar de receber aquilo que tem direito a receber naquele momento em que deve receber.

É só isso que está em causa.

É que aquilo que os senhores propõem é: se se esgotar a verba deste ano, as pessoas vão ficar sem receber.

É só isso que está em causa.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade às votações.

Vamos votar o Artigo 9º, para o qual há uma primeira proposta de alteração do PSD, CDS-PP e PPM à alínea a) do n.º 1 do Artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada com 24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à subalínea ii) da alínea b) do n.º.1 do Artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está, assim, prejudicada a proposta apresentada pela Coligação para esta mesma subalínea.

Agora coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, à subalínea iii) da alínea b) do n.º. 1 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista à subalínea iv) da alínea b) do n.º. 1 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Fica prejudicada a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda a esta subalínea.

Avançamos para a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista, à subalínea vii) da alínea b) do n.º.1 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à subalínea viii) da alínea b) do n.º. 1 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está prejudicada a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda à mesma subalínea.

Está à votação a proposta da eliminação apresentada pelo Partido Socialista, à subalínea ix) da alínea b) do n.º 1 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 2 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 2 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Registou-se um empate com 24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 2 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Estão à votação 3 propostas de alteração apresentadas pelo PSD, CDS-PP e PPM, aos n.ºs. 4, 5 e 6 do Artigo 9.º.

Pergunto se posso colocá-las à votação em conjunto?

(Foi dada indicação no sentido negativo)

Então vamos votá-las uma a uma.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 4 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 4 do Artigo 9.º foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 24 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 5 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM,

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 6 do Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM,

Presidente: Vamos votar o Artigo 9.º do diploma com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 9.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM,

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação os Artigos 10.º e 11.º em conjunto?

(Foi manifestada concordância por parte dos líderes parlamentares)

Então estão à votação os Artigos 10º e 11º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos 10º e 11º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM do Artigo 12º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi reprovada com 24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação o Artigo 12º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 13º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 13º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao Artigo 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 14º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 14º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 60/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está, assim, encerrado o ponto quarto da nossa agenda. Avançamos para o ponto 5.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Regressamos às 19h20.

Sr. Deputado Rui Martins...?

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Para informar que eu também iria pedir seguidamente um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Há-de pedi-lo a seguir.

Eram 18 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 5 da nossa agenda.

Eram 19 horas e 22 minutos.

Sr. Deputado Rui Martins pede a palavra para?

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Regressamos às 19 horas e 50 minutos.

Eu peço aos líderes que se abeirem da Mesa se fazem o favor. E o Sr. Secretário Regional também.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, deliberou a Conferência de Líderes que encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite.

Eram 19 horas e 23 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís.

Partido Social Democrata (PSD)

Luis Carlos Cota Soares

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras.

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lubélio Mendonça

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 12 - 09 – 2023

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 859/XV/1.ª (IL) – Aprova a Lei de Bases do Sistema Universal de Acesso à Saúde, procedendo à revogação da Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro - Audição n.º 213/XII – AR.

Proveniência: Presidência da Assembleia da República.

Data de Entrada: 2023 – 07 - 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 07;

Assunto: N.º 871/XV (BE) – Estabelece medidas de proteção dos trabalhadores que prestam trabalho no exterior durante a verificação de fenómenos

meteorológicos adversos, incluindo temperaturas extremas - Audição n.º 214/XII – AR.

Proveniência: Presidência da Assembleia da República.

Data de Entrada: 2023 – 08 - 02

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 22.

2- Propostas de Lei:

Assunto: N.º 101/XV (GOV) – Autoriza o Governo a assegurar a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (CE) n.º 1223/2009, relativo aos produtos cosméticos - Audição n.º 215/XII – AR.

Proveniência: Presidência da Assembleia da República.

Data de Entrada: 2023 – 08 - 02

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 22;

Assunto: N.º 102/XV/1 (GOV) – Altera as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do espaço Marítimo Nacional - Audição n.º 216/XII – AR.

Proveniência: Presidência da Assembleia da República.

Data de Entrada: 2023 – 09 - 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 09 – 24.

3- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que prorroga o regime transitório para a atribuição do subsídio social de mobilidade - MF - (Reg. DL 303/XXIII/2023) - Audição n.º 143/XII – GR.

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 07 – 25;

Assunto: Que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi – MAAC – (Reg. DL 330/XXIII/2023) - Audição n.º 144/XII – GR.

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 07 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 08;

Assunto: Que estabelece o regime de dispensa de medicamentos em proximidade – MS – (Reg. DL 227/XXIII/2022) - Audição n.º 145/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 16;

Assunto: Que procede à revisão do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública – PCM – (Reg. DL 350/XXIII/2023) - Audição n.º 146/XII – GR.

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 07 – 27

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 09 – 29;

Assunto: Que altera o regime jurídico do sistema de informação cadastral simplificado e do Balcão Único do Prédio – MJ – (Reg. DL 219/XXIII/2023) - Audição n.º 147/XII – GR.

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 07 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 07.

4- Projeto de Decreto Regulamentar:

Assunto: Que regulamenta o regime jurídico do Sistema de Informação Cadastral Simplificado e do Balcão Único do Prédio – MJ – (Reg. DR 267/XXIII/2023) - Audição n.º 148/XII – GR.

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 07 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 07.

5- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 95/XII

- <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR095.pdf>

Assunto: Aprova o regime jurídico da atividade de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques e estabelece os requisitos legais para o exercício da atividade e funcionamento dos centros de inspeção

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2023 – 07 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 09 – 26.

6- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 63/XII

- <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR063.pdf>

Assunto: Adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco, de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 08

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 09 – 07;

N.º 64/XII

- <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR064.pdf>

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios na Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 10 – 11.

7- Projetos de Resolução:

N.º 178/XII

- <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR178.pdf>

Assunto: Promoção e valorização da cidade património mundial – Angra do Heroísmo.

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 07 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de Parecer: 2023 – 09 – 18;

N.º 179/XII

- <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR179.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional, obedecendo ao código de contratação pública, recorrer ao serviço de empresas para assegurar a limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 180/XII

- http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registo/3/3560

Assunto: Revogação do Despacho n.º 1556/2023 de 8 de setembro de 2023 e criação de apoios aos produtores para implementação de medidas de proteção das culturas

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

8- Proposta de Resolução:

N.º 15/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpR015.pdf>

Assunto: Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2023 – 08 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de Parecer: 2023 – 09 – 06.

9- Petições:

N.º 57/XII - http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpeti2005.pdf

Assunto: Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Tiago Filipe Tavares Costa.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 24

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: Em processo de admissão

N.º 58/XII – http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpeti2250.pdf

Assunto: Pela constituição de duas turmas do 1.º ano em Santa Cruz das Flores, como pediu o Conselho Pedagógico, não à junção do 1.º e 4.º anos

Proveniência: Maria João Azevedo Lourenço.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão

N.º 59/XII - http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpeti2309.pdf

Assunto: Criação do programa Açores Jovem Explorer.

Proveniência: João Pedro Mendonça.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão

10- Requerimentos:

Assunto: Custos com a reparação e reconstrução das infraestruturas danificadas pelo furacão *Lorenzo*.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 13

Referência: 54.06.00 – N.º 672/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque672.pdf

Assunto: Governo Regional continua sem requalificar o acesso e área de lazer da cascata do Aveiro prejudicando Santa Maria.

Autores: Joana Pombo Tavares e João Vasco Costa (PS).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 18

Referência: 54.02.01 – N.º 673/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque673.pdf

Assunto: Despacho da Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais asfixia Setor da Cultura.

Autores: Marta Matos, Ana Luís, Célia Pereira, Rodolfo Franca, Tiago Lopes e José Eduardo (PS).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 674/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque674.pdf

Assunto: Parque de Campismo das Sete Cidades.

Autor: José Pacheco (CH).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 24

Referência: 54.09.02 – N.º 675/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque675.pdf

Assunto: Governo Regional não avançou com a compensação prevista no FEAMP prejudicando pescadores e armadores dos Açores.

Autores: Mário Tomé e José Manuel Ávila (PS).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 676/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque676.pdf

Assunto: Processo de reforma estratégica da Marca Açores.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 26

Referência: 54.06.00 – N.º 677/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque677.pdf

Assunto: Centros de inspeções periódicas obrigatórias dos Açores.

Autor: José Pacheco (CH).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 27

Referência: 54.09.00 – N.º 678/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque678.pdf

Assunto: Atrasos na aprovação e nos pagamentos das candidaturas às reformas antecipadas e aos projetos de jovem agricultor.

Autores: Patrícia Miranda, Maria Isabel Teixeira, Carlos Silva, José Eduardo, José Manuel Ávila e Mário Tomé (PS).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 679/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque679.pdf

Assunto: Governo Regional prejudica armadores açorianos no acesso aos fundos do novo POSEI Pescas.

Autores: José Manuel Ávila, Mário Tomé e Carlos Silva (PS).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 28

Referência: 54.02.00 – N.º 680/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque680.pdf

Assunto: Governo Regional prefere a propaganda ao combate à infestação por térmitas nos Açores.

Autores: Joana Pombo Tavares, João Vasco Costa, Sandra Dias Faria, José Contente, Andreia Cardoso, Berto Messias, Isabel Teixeira, Mário Tomé, Marta Matos, Ana Luís, Tiago Branco e José Eduardo (PS).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 681/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque681.pdf

Assunto: Instituições com situação tributária e contributiva irregular.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 682/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque682.pdf

Assunto: Cuidadores Informais do Programa "Novos Idosos".

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 683/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque683.pdf

Assunto: Entendimento entre Governo Regional, ASTA e Câmara Municipal de Ponta Delgada sobre obras na Calheta Pêro de Teive.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 31

Referência: 54.06.02 – N.º 684/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque684.pdf

Assunto: Descargas de efluentes não tratados provocam contaminação das linhas de água na Ribeira Grande.

Autores: Carlos Silva, Joana Pombo Tavares e José Eduardo (PS).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 31

Referência: 54.02.02 – N.º 685/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque685.pdf

Assunto: Casas de banho em miradouros da Região.

Autor: José Pacheco (CH).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 01

Referência: 54.09.02 – N.º 686/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque686.pdf

Assunto: Atraso de mais de 270 dias na conclusão das obras na estrada da Ribeira Quente.

Autores: Carlos Silva e José Contente (PS).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 07

Referência: 54.02.02 – N.º 687/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque687.pdf

Assunto: Envio de dados sobre a unidade populacional do goraz (Pagellus Bogaraveo) nos Açores.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 688/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque688.pdf

Assunto: Recusa de acompanhamento de animais de assistência, por parte da SATA, a pessoas com doença mental/psiquiátrica comprovada.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 689/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque689.pdf

Assunto: Governo Regional continua a ignorar a grua do porto de pescas das Lajes avariada desde março.

Autores: José Eduardo, José Manuel Ávila e Mário Tomé (PS).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 08

Referência: 54.02.08 – N.º 690/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque690.pdf

Assunto: Governo Regional deixa os caminhos e infraestruturas agrícolas de São Miguel ao abandono.

Autores: Patrícia Miranda, Sandra Dias Faria e Carlos Silva (PS).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 08

Referência: 54.02.02 – N.º 691/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque691.pdf

Assunto: Abate de espécies protegidas no plano operacional para o combate a pragas nos Açores.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 14

Referência: 54.06.00 – N.º 692/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque692.pdf

Assunto: Propagação do escaravelho japonês (*Popillia japonica*) na ilha das Flores.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 17

Referência: 54.06.08 – N.º 693/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque693.pdf

Assunto: Estado da Rocha dos Bordões.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 17

Referência: 54.06.08 – N.º 694/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque694.pdf

Assunto: Um contrato ARAAL entre o Governo Regional e a Câmara de Ponta Delgada que surge tarde e em más condições.

Autores: Sandra Dias Faria, Célia Pereira, Marta Matos, Patrícia Miranda, Rui Anjos, José Contento e Vílson Ponte Gomes (PS).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 17

Referência: 54.02.02 – N.º 695/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque695.pdf

Assunto: Falta de condições no Centro de Saúde da Madalena compromete cuidados de saúde prestados aos picarotos

Autores: Marta Matos e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2023 – 08 – 17

Referência: 54.02.06 – N.º 696/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque696.pdf

Assunto: Morte de touros durante tourada à corda.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 22

Referência: 54.06.03 – N.º 697/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque697.pdf

Assunto: Utentes do Serviço Regional de Saúde continuam sem saber a quem devem dirigir queixas ou reclamações.

Autores: Tiago Lopes, Andreia Cardoso, Sandra Dias Faria, Ana Luís, Maria Isabel Teixeira, Rodolfo Franca, Célia Pereira, Joana Pombo Tavares, José Manuel Ávila, José Eduardo e Lubélio Mendonça (PS).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 698/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque698.pdf

Assunto: Número de ações inspetivas por parte da Inspeção Regional das Pescas.

Autor: Nuno Barata (IL).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 25

Referência: 54.10.00 – N.º 699/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque699.pdf

Assunto: A enorme falta de transparência que continua a envolver o processo do estudo sobre o transporte marítimo de mercadorias na Região Autónoma dos Açores.

Autores: Carlos Silva e Tiago Branco (PS).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 700/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque700.pdf

Assunto: Morte de touros na Aqualva.

Autor: Pedro Neves (PAN).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 25

Referência: 54.08.03 – N.º 701/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque701.pdf

Assunto: Relatório Técnico do LREC 10/2019.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 25

Referência: 54.06.00 – N.º 702/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque702.pdf

Assunto: Abate de gamos na ilha das Flores.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 28

Referência: 54.06.08 – N.º 703/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque703.pdf

Assunto: Situação financeira das Unidades de Saúde de Ilha.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 28

Referência: 54.06.00 – N.º 704/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque704.pdf

Assunto: Contratos em regime de avença na USIC.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 08 – 29

Referência: 54.06.09 – N.º 705/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque705.pdf

Assunto: Governo Regional sem controlar a praga de ratos esquece a prevenção da leptospirose.

Autores: Tiago Lopes, Sandra Dias Faria, Ana Luís, Maria Isabel Teixeira, Rodolfo Franca, Marta Matos, Célia Pereira, José Contente, Patrícia Miranda, Manuel Ramos, Joana Pombo Tavares, José Gabriel Eduardo e Lubélio Mendonça (PS).

Data de Entrada: 2023 – 09 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 706/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque706.pdf

Assunto: Nomeações e cessação de funções de cargos dirigentes.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 09 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 707/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque707.pdf

Assunto: Os mal explicados despachos de exoneração da Secretária Regional dos Assuntos Culturais.

Autores: Marta Matos, Andreia Cardoso, Tiago Lopes, Rodolfo Franca, João Vasco Costa, Joana Pombo Tavares, José Ávila, Manuel Ramos, Célia Pereira e Sandra Dias Faria (PS).

Data de Entrada: 2023 – 09 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 708/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque708.pdf

Assunto: Porto de Pesca das Capelas.

Autor: José Pacheco (CH).

Data de Entrada: 2023 – 09 – 06

Referência: 54.09.02 – N.º 709/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque709.pdf

Assunto: Manutenção dos percursos pedestres na ilha das Flores.

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE).

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.06.08 – N.º 710/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque710.pdf

Assunto: Processo de atribuição de montantes por reposição do equilíbrio financeiro da SATA deve ser claro e público.

Autores: Carlos Silva e Tiago Branco (PS).

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08

Referência: 54.02.00 – N.º 711/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque711.pdf

11-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: O Governo Regional quer vigiar o chicharro do continente.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 656/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp656.pdf

Assunto: Dívidas da região à EDA.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 17

Referência: 54.06.00 – N.º 658/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp658.pdf

Assunto: Estrada alternativa à Ribeira Quente.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 17

Referência: 54.09.02 – N.º 660/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp660.pdf

Assunto: Graciosa está a ser prejudicada no transporte de pescado.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 17

Referência: 54.02.04 – N.º 662/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp662.pdf

Assunto: Constrangimentos nos matadouros prejudicam produtores açorianos.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 663/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp663.pdf

Assunto: Funcionamento da Unidade Médica de Evacuações Aéreas do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 17

Referência: 54.10.03 – N.º 668/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp668.pdf

Assunto: Relatório do LREC sobre a estabilidade do talude da Rocha da Fajãzinha.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.06.08 – N.º 654/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp654.pdf

Assunto: Grupo de Trabalho para revisão do Regime de Observação de Cetáceos criado pelo Governo Regional sem qualquer trabalho conhecido.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.06.07 – N.º 655/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp655.pdf

Assunto: Apoios públicos à Ryanair para operar em rotas liberalizadas.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 657/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp657.pdf

Assunto: Descriminalização de drogas sintéticas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.09.00 – N.º 661/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp661.pdf

Assunto: Investimentos no sector espacial na Ilha de Santa Maria.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.06.01 – N.º 664/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp664.pdf

Assunto: Governo esconde processo de criação de Zona Livre Tecnológica nos Açores.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 665/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp665.pdf

Assunto: Relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil relativo às arribas da Vila das Capelas.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.02.02 – N.º 666/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp666.pdf

Assunto: Empreitada de Reparação dos Estragos do Porto de Pescas do Calhau – 2.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.06.06 – N.º 667/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp667.pdf

Assunto: Número de crianças em creche e respetiva lista de espera.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 670/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp670.pdf

Assunto: Relatórios e contas das unidades de saúde de ilha.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 671/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp671.pdf

Assunto: Governo Regional continua sem requalificar o acesso e área de lazer da cascata do Aveiro prejudicando Santa Maria.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 673/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp673.pdf

Assunto: Processo de reforma estratégica da Marca Açores.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 677/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp677.pdf

Assunto: Governo Regional prejudica armadores açorianos no acesso aos fundos do novo POSEI Pescas.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 08 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 680/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp680.pdf

Assunto: Despacho da Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais asfixia Setor da Cultura.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 01

Referência: 54.02.00 – N.º 674/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp674.pdf

Assunto: Centros de inspeções periódicas obrigatórias dos Açores.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 01

Referência: 54.09.00 – N.º 678/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp678.pdf

Assunto: Instituições com situação tributária e contributiva irregular

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 01

Referência: 54.06.00 – N.º 682/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp682.pdf

Assunto: Cuidadores Informais do Programa "Novos Idosos".

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 01

Referência: 54.06.00 – N.º 683/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp683.pdf

Assunto: Recusa de acompanhamento de animais de assistência, por parte da SATA, a pessoas com doença mental/psiquiátrica comprovada.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 01

Referência: 54.06.00 – N.º 689/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp689.pdf

Assunto: Custos com a reparação e reconstrução das infraestruturas danificadas pelo furacão Lorenzo.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 672/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp672.pdf

Assunto: Parque de Campismo das Sete Cidades.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.09.02 – N.º 675/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp675.pdf

Assunto: Governo Regional não avançou com a compensação prevista no FEAMP prejudicando pescadores e armadores dos Açores.

Proveniência: Governo.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 676/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp676.pdf

Assunto: Atrasos na aprovação e nos pagamentos das candidaturas às reformas antecipadas e aos projetos de jovem agricultor.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 679/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp679.pdf

Assunto: Governo Regional prefere a propaganda ao combate à infestação por térmitas nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 681/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp681.pdf

Assunto: Entendimento entre Governo Regional, ASTA e Câmara Municipal de Ponta Delgada sobre obras na Calheta Pêro de Teive.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.06.02 – N.º 684/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp684.pdf

Assunto: Descargas de efluentes não tratados provocam contaminação das linhas de água na Ribeira Grande.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.02.02 – N.º 685/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp685.pdf

Assunto: Casas de banho em miradouros da Região.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.09.02 – N.º 686/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp686.pdf

Assunto: Envio de dados sobre a unidade populacional do goraz (Pagellus Bogaraveo) nos Açores.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 688/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp688.pdf

Assunto: Governo Regional continua a ignorar a grua do porto de pescas das Lajes avariada desde março.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.02.08 – N.º 690/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp690.pdf

Assunto: Governo Regional deixa os caminhos e infraestruturas agrícolas de São Miguel ao abandono.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.02.02 – N.º 691/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp691.pdf

Assunto: Propagação do escaravelho japonês (*Popillia japonica*) na Ilha das Flores.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07

Referência: 54.06.08 – N.º 693/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp693.pdf

Assunto: Atraso de mais de 270 dias na conclusão das obras na estrada da Ribeira Quente.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08

Referência: 54.02.02 – N.º 687/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp687.pdf

12-

Informações:

Assunto: Ofício n.º 293227.23/2023 – DA n.º 25936/21-AP a acusar a receção do envio de cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avals a Empresas Privadas.

Proveniência: Sérgio Pena, Chefe do Gabinete de Sua Excelência a Procuradora-Geral da República.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Parecer do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) relativo ao Projeto de Decreto-Lei sobre a reforma e simplificação de licenciamento industrial, aprovado por maioria de 23 votos a favor, realizada por consulta eletrónica a 13 de julho de 2023.

Proveniência: Sofia Castel Branco da Silveira, Secretária Executiva do CNADS.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 14;

Assunto: Ofício n.º 89/023MS a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a seguinte alteração de composição na Direção do Grupo Parlamentar do PSD: a Sra. Deputada Délia Melo foi eleita Secretária da Direção do Grupo Parlamentar do PSD, substituindo a Sra. Deputada Elisa Sousa.

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 14;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que reavalie o despacho de remessa para a Comissão de Assuntos Sociais do Projeto de Resolução n.º 173/XII (PSD/CDS-PP/PPM) - Realização de uma campanha de sensibilização da população para os riscos associados a elevadas concentrações de gás radão e promoção de boas-práticas nesse âmbito, alegando que a iniciativa trata de matéria de Ambiente, o que, na ótica da CAS deveria ficar afeta à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Proveniência: Joaquim Machado, Délia Melo e Marta Matos, Deputados que compõem a Mesa da CAS.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 18;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 61/XII (PAN) - Determina o fim das touradas e prevê apoios aos trabalhadores e à reconversão das praças de touros.

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 20;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 86/XII (IL/PSD/CDS-PP/PPM) - Estabelece medidas de apoio aos indivíduos diagnosticados com a doença de Machado-Joseph e 93/XII (PS) - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2019/A, de 5 de novembro, que - Aprova o Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal na Região Autónoma dos Açores e da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII (GOV) - Regime jurídico das instalações desportivas de uso público.

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 24;

Assunto: Ofício n.º 1254-ST a remeter, para conhecimento, a lista das verificações internas de contas realizadas pelo Tribunal de Contas em 2023 – 1.º semestre, objeto de homologação.

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 24;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores remetendo um exemplar do relatório à Assembleia da República sobre a atividade do Provedor de Justiça no ano de 2022, bem como o seu anexo, relativo ao trabalho desenvolvido pelo Mecanismo Nacional de Prevenção Contra a Tortura.

Proveniência: Maria Lúcia Amaral, Provedora de Justiça.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 25;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apelando que diligencie junto dos diversos Grupos e Representações Parlamentares e ainda do Deputado Independente, a partilha de um pedido de colaboração com contributos e/ou opiniões que levem à melhoria do portal do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), tendo em conta as necessidades dos utilizadores e no sentido de aumentar a acessibilidade dos dados que divulga.

Proveniência: Ivo Sousa, Diretor do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

Data de Entrada: 2023 – 07 – 25;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Parecer do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento

Sustentável (CNADS) sobre o relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) 2022, aprovado por maioria de 25 votos a favor, realizada por consulta eletrónica a 25 de julho de 2023.

Proveniência: Sofia CastelBranco da Silveira, Secretária Executiva do CNADS.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 26;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer do Projeto de Resolução n.º 176/XII (BE) - Linhas orientadoras para a elaboração do próximo Programa de Ordenamento do Turismo da Região Autónoma dos Açores que garanta um desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, ambiental e social.

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 31;

Assunto: of. n.º 16/2023, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, nos termos previstos do n.º 1 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, exonerou o Assessor de Comunicação da Representação Parlamentar do CHEGA, Abel Barbosa Almeida, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2023.

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 01;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, de acordo com o Despacho n.º 5/2023/GPPSDA, Sofia Branco Serpa foi nomeada

para o cargo de Assistente do Grupo Parlamentar do PSD, auferindo a remuneração mensal de 622,30 € (seiscentos e vinte e dois euros e trinta cêntimos), com efeitos a partir do dia 1 de agosto de 2023.

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 02;

Assunto: Of. com a ref.^a 2897/2023, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma nova versão do Projeto de Decreto-Lei que regulamenta a Lei n.º 90/2021, de 16 de dezembro, que altera o regime jurídico aplicável à gestação de substituição - MS - (Reg. DL 126/XXIII/2023), considerando os contributos remetidos, para nova audição, do projeto de diploma referenciado, até ao dia 10 de setembro de 2023.

Proveniência: Francisco Cordeiro Ferreira, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 09;

Assunto: Of._A 37, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 20, 21, 22, 23, 24 e 25/2023, devidamente assinados, que foram enviados para publicação no Diário da República.

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 10;

Assunto: Ofício SAI-IARTCC/2023/224, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o relatório semestral de atividade do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, referente ao 1.º trimestre de 2023.

Proveniência: Francisco Roberto Cota Lima, Inspetor Regional.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 14;

Assunto: Of. com a ref.^a 011/2023, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a resposta enviada à Dra. Alexandra Guerreiro, Coordenadora Regional do FEAMPA, em contestação à resposta facultada ao ponto dois do Requerimento n.º 680/XII da autoria dos Srs. Deputados José Ávila, Mário Tomé e Carlos Silva, do Grupo Parlamentar do PS - Governo Regional prejudica armadores açorianos no acesso aos fundos do novo POSEI Pescas, dada pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Proveniência: Gualberto Costa Rita, Presidente da Direção da Federação das pescas dos Açores.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 17;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos do n.º 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, exonera, com efeitos a partir do dia 31 de agosto de 2023, Sofia Pacheco Carvalho do cargo de Assessora do Gabinete da Representação Parlamentar do PAN.

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 21;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos do n.º 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, exonera, com efeitos a partir do dia 31 de agosto de 2023, Sónia Alexandra Ramalho Domingos do cargo de Chefe do Gabinete da Representação Parlamentar do PAN.

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 21;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores remetendo um exemplar do Relatório Anual à Assembleia da República sobre a atividade do Provedor de Justiça no ano de 2022, bem como do Relatório relativo ao trabalho desenvolvido pelo MNP - Mecanismo Nacional de Prevenção.

Proveniência: Eva Gaspar, Chefe do Gabinete da Provedora de Justiça.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 28;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos do n.º 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, exonera, com efeitos a partir do dia 31 de agosto de 2023, Sara da Ponte Vieira do cargo de Assistente da Representação Parlamentar do PAN.

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 28;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeia, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2023, Sara da Ponte Vieira para o cargo de Assessora da Representação Parlamentar do PAN, auferindo o vencimento base de 1.650,00 € (mil seiscentos e cinquenta euros).

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 28;

Assunto: Ofício SAI-SRFPAP/2023/157 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, em cumprimento do artigo 4.º do Decreto Legislativo regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, os documentos de prestação anual de contas das Empresas do Setor Público Empresarial Regional se encontram disponibilizados para consulta, agrupados entidade a entidade, através do seguinte link: <https://portal.azores.gov.pt/web/drot/sper-listagem-das-entidades>

Proveniência: Vassili Plesov, Adjunto do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 30;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeia, com efeitos a partir do dia 4 de setembro de 2023, Beatriz Rosa Botelho para o cargo de Assessora da Representação Parlamentar do PAN, auferindo o vencimento base de 1.650,00 € (mil seiscientos e cinquenta euros).

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 30;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, anula o Despacho n.º 170/2023 de 9 de agosto, publicado no Jornal Oficial n.º 153, II Série, de 9 de agosto de 2023, que nomeava Sofia Branco Serpa para o cargo de Assistente do Grupo Parlamentar do PSD, auferindo a remuneração mensal de 622,30 € (seiscientos e vinte e dois euros e trinta cêntimos), com efeitos a partir do dia 1 de agosto de 2023.

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 30;

Assunto: Ofício n.º 1840/GPAR-ab-D6681 a acusar a receção e a agradecer o envio de cópia da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2023 – Resolve pronunciar-se, por sua iniciativa, junto da Assembleia da República, no âmbito de Revisão Constitucional e a informar

Sua Excelência o Presidente da ALRAA que a mesma foi enviada à Comissão Eventual de Revisão Constitucional

Proveniência: Joana Drummond Borges, P'la Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 30;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado pelo do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeia, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2023, Hélia Maria Tavares Cabeceira Estrela, para o cargo de Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do PPM, auferindo a remuneração mensal de 1.020,77 € (mil e vinte euros e setenta e sete cêntimos).

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 31;

Assunto: AT/1470/2023 a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nos termos do Regimento da ALRAA, o Senhor Deputado Manuel Ramos passa a substituir o Senhor Deputado Rui Anjos na Comissão Especializada Permanente de Economia, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2023.

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 31;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de substituição temporária por motivo relevante, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, por um período de 30 dias, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2023, inclusive.

Proveniência: Rui Anjos, Deputado do Grupo Parlamentar do PS.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 31;

Assunto: Ofício S/125/2023/XII, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação de suspensão do mandato do Deputado Rui Filipe Ferreira Vieira Anjos, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pelo candidato José Carlos San-Bento de Sousa, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2023, inclusive.

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 31;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre “Transportes Aéreos”, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 75.º do EPARAA e da alínea f) do n.º 1 do artigo 16.º e artigos 183.º e 184.º do Regimento da ALRAA.

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 01;

Assunto: Ofício ref.^a 269, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento, para a sessão legislativa de setembro de 2023 de um debate de urgência a respeito do incumprimento das responsabilidades do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 05;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 4 de setembro de 2023, a Comissão de Política Geral deliberou admitir a Petição n.º 57/XII – Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 05;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a intervenção do Presidente do CESA, na sequência da Assinatura do Acordo de Parceria Estratégica 2023/2028 – Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento.

Proveniência: Lúcia Morgado Lima, Assistente Técnica do Conselho Económico e Social dos Açores.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 06;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o

Acordo de Parceria Estratégica 2023/2028 – Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento, documento assinado na reunião de 6 de setembro de 2023

Proveniência: Lúcia Morgado Lima, Assistente Técnica do Conselho Económico e Social dos Açores.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 06;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de substituição integral da Anteproposta de Lei n.º 16/XII (IL) – Primeira Alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da regularização dos "Chãos de Melhoras".

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar da IL.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 4 de setembro de 2023, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou admitir a Petição n.º 58/XII – Pela constituição de duas turmas do 1.º ano em Santa Cruz das Flores, como pediu o Conselho Pedagógico, não à junção do 1.º e 4.º anos.

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (GOV) – Adapta o sistema nacional de monitorização e comunicação de risco, de alerta especial e de aviso à população a todo o território da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 179/XII (CH) – Recomenda ao Governo Regional, obedecendo ao código de contratação pública, recorrer ao serviço de empresas para assegurar a limpeza das ribeiras, linhas de água e sumidouros da Região.

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a 1954/2023, a acusar a receção e a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 28/2023 - Exigência do cumprimento do contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores, bem como a informar a realização de diligências a efetuar, no âmbito da discussão do MCTES com a Universidade dos Açores.

Proveniência: Pedro Barrias, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ensino Superior.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08;

Assunto: Ofício n.º 1517-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Anteprojeto de Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativa a 2022, enviado, para efeitos de contraditório. À Secretária-Geral da ALRAA, enquanto Presidente do Conselho Administrativo.

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico com a ref.^a 240099 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para conhecimento, o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e respetivos documentos de apreciação e certificação das referidas contas.

Proveniência: Paulo Jorge da Costa André, Presidente do Conselho de Administração da EDA.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 08;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 180/XII (BE) – Revogação do Despacho n.º 1556/2023 de 8 de setembro de 2023 e criação de apoios aos produtores para implementação de medidas de proteção das culturas

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório Anual de Execução do Plano Regional Anual de 2022, elaborado pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais.

Proveniência: António Almeida, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11.

13- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18449.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 841/XV (PSD) - Procede à quinta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, à quarta alteração ao Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril, à segunda alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, e à primeira alteração ao Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 323-d/2000, de 20 de dezembro - Audição n.º 210/XII – AR.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 26;

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Altera as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional – PCM (MEM) - (Reg. PL 172/XXIII/2023) - Audição n.º 141/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 02;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o regime jurídico do sistema de informação cadastral simplificado e do Balcão Único do Prédio – MJ – (Reg. DL 219/XXIII/2023) - Audição n.º 147/XII – GR.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 10;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Regulamentar que - Regulamenta o regime jurídico do Sistema de Informação Cadastral Simplificado e do Balcão Único do Prédio – MJ – (Reg. DR 267/XXIII/2023) - Audição n.º 148/XII – GR.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 10;

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 15/XII (MESA) – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 07;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR015.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18444.pdf

Assunto: Sobre a Anteproposta de Lei n.º 16/XII (IL) – Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos "Chãos de Melhoras".

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 25;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICAPpL016_4.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 53/XII – Para Consulta Pública do projeto da 2.^a fase da Variante à cidade da Horta.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 10;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare1258_1.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 871/XV (BE) - Estabelece medidas de proteção dos trabalhadores que prestam trabalho no exterior durante a verificação de fenómenos meteorológicos adversos, incluindo temperaturas extremas - Audição n.º 214/XII – AR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 23;

Assunto: Sobre a Petição n.º 46/XII - Pela IGUALDADE no trabalho, 35 horas para todos os Ajudantes de Educação dos Açores.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 28;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare307.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Procede à revisão do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública – PCM – (Reg. DL 350/XXIII/2023) - Audição n.º 146/XII – GR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 28;

Assunto: Sobre a Petição n.º 55/XII – Pela recuperação, requalificação e habitação dos quatro prédios degradados da antiga Estação Rádio Naval da Horta.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 04.;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare1448.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18453.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Procede à criação de Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. – MC - (Reg. DL 274/XXIII/2022) - Audição n.º 138/XII – GR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 17;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Altera o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado de seleção

e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança – MEDU - (Reg. DL 151/XXIII/2023) - Audição n.º 140/XII – GR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 17;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva lei orgânica - MC - (Reg. DL 275/XXIII/2023) - Audição n.º 139/XII – GR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 18;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 852/XV (PS) - Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida - Audição n.º 211/XII – AR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 24;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 02;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR094.pdf>

Assunto: Sobre a Petição n.º 51/XII – Solicitação da eliminação da alínea a), do n.º 2, do artigo 5.º e da alínea e), do n.º 1, do artigo 18.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, de 17 de fevereiro.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 02;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare761.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 859/XV (IL) - Aprova a Lei de Bases do Sistema Universal de Acesso à Saúde, procedendo à revogação da Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro - Audição n.º 213/XII – AR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 04;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece o regime de dispensa de medicamentos em proximidade – MS – (Reg. DL 227/XXIII/2022) - Audição n.º 145/XII – GR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 16;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 101/XV (GOV) – Autoriza o Governo assegurar a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (CE) n.º 1223/2009, relativo aos produtos cosméticos - Audição n.º 215/XII – AR.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 22;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 165/XII (PS) – A promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR165.pdf>

Assunto: Sobre a Petição n.º 56/XII – Pela criação do circuito especial farmacêutico de cedência de antibióticos orais em unidose nos Açores como forma de prevenção das resistências aos antibióticos.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare1521.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 11;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18445.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Prorroga o regime transitório para a atribuição do subsídio social de mobilidade - MF - (Reg. DL 303/XXIII/2023) - Audição n.º 143/XII – GR.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia.

Data de Entrada: 2023 – 07 – 25;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Atualiza o regime que regula o uso não profissional de produtos fitofarmacêuticos em ambiente doméstico – MAA - (Reg. DL 20/XXIII/2023) - Audição n.º 142/XII – GR.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 01;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi – MAAC – (Reg. DL 330/XXIII/2023) - Audição n.º 144/XII – GR.

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia.

Data de Entrada: 2023 – 08 – 10;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 157/XII (IL) – Recomenda ao Governo Regional novo paradigma no transporte aéreo entre os Açores, a Madeira e o Continente.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia.

Data de Entrada: 2023 – 09 – 05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR157.pdf>

14- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 112, 114, 116, 117 e 118.

A redatora: Ana Paula Lemos.